



saberes &
memórias
INHOTIM

O que o nosso povo contou

Brumadinho, 2024

Os saberes, as memórias e as lutas

Gleyce Kelly Heitor

*Primeiro, somos é gente,
primeiro, a gente é um ser,
e depois se faz o que for
preciso para
continuar sendo.*
(Antônio Bispo dos Santos)

Ao organizar uma exposição, um livro ou uma coleção, os museus elegem conjuntos de objetos, obras, artefatos, vestígios, documentos ou personagens que irão sustentar, por via da cultura material ou imaterial, suas narrativas. Contar uma história, a partir desses espaços, é sempre um gesto de seleção e de escolha. Portanto, ao falarmos que os museus operam por seleção, queremos ressaltar, também, que as histórias que contam são pontos de vista – uma perspectiva sobre acontecimentos, pessoas e culturas, uma forma de compreender a sociedade.

Consequentemente, o gesto de selecionar, próprio dos museus, faz com que pessoas, coisas e formas de ler e interpretar o mundo fiquem de fora das histórias contadas por essas instituições. Por essa razão, foi preciso haver, assim como nos livros de história, muitas críticas para que os museus incluíssem nas suas narrativas as vozes das mulheres, dos indígenas, dos quilombolas, dos imigrantes e de tantos outros grupos sociais como sujeitos da história, como criadores e como produtores de conhecimento.

O projeto *Saberes & Memórias* foi concebido como uma forma de o Instituto Inhotim – um museu de arte contemporânea – contribuir com a escrita de histórias mais amplas do que as que sua coleção comporta, e também para que o museu possa aprender e se relacionar com as histórias de Brumadinho, território no qual a instituição está inserida.

Por isso, cada livro que resulta da coleção parte dos saberes, das tradições e das histórias locais, por meio da metodologia de inventário participativo que, como definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, tem como objetivo “construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas” (Iphan, 2016, p.9). São, portanto, livros constituídos a partir da escuta e da produção compartilhada de conhecimento *sobre e com* as pessoas desse território.

Entre os anos de 2022 e 2024, o Instituto Inhotim realizou, em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros – Ipeafro –, o Programa Abdias do Nascimento, a partir do qual foram organizadas exposições e uma série de eventos em homenagem ao legado desse ativista, artista e político, que é

uma figura central na luta contra o racismo e na promoção da cultura afro-brasileira.

O programa foi o ensejo para que o Inhotim se aprofundasse em um dos principais legados do pensamento de Abdias do Nascimento: o conceito de quilombismo. Nascimento via o quilombismo como uma chave para a criação de uma sociedade baseada nos valores e nas experiências dos quilombos, vistos por ele não apenas como espaços de resistência, mas como exemplos de uma organização social alternativa, fundada em princípios de solidariedade, cooperação, igualdade e respeito à diversidade.

Portanto, a ideia de quilombismo está presente no seu pensamento como uma proposta para a construção de uma nova sociedade, em que as comunidades negras pudessem se autodeterminar e viver de acordo com suas tradições e seus valores, livres da exploração e da dominação colonial. Nesse sentido, o quilombismo é uma filosofia que inspira a luta por direitos civis, a promoção da cultura afro-brasileira e a busca por justiça social, propondo uma reorganização da sociedade que privilegie a coletividade e o bem-estar comum, em oposição às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a discriminação.

Em diálogo com o programa, o primeiro livro do projeto *Saberes & Memórias*

reconhece e celebra Brumadinho como território negro, e aborda as trajetórias e referências culturais que formam os quatro quilombos situados no município: Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão.

Tais quilombos são povoados por pessoas que, com seus saberes, são exemplos vivos da resistência e da preservação da cultura afro-brasileira nessa região. Através da trajetória de cada uma e cada um, compartilhada no livro, temos um exemplo do quanto essas comunidades seguem lutando por direitos e por acessos, e o quanto elas preservam, a partir de diferentes estratégias, a terra e as tradições em um contexto marcado por desigualdades.

Foi praticando o quilombismo, através de muitas articulações coletivas, ora dentro das próprias comunidades, ora mobilizando recursos e esforços entre todos, que esses quatro quilombos asseguraram a permanência em um território em forte disputa. Seu Dilson, de Ribeirão, compartilha que as águas que chegavam décadas atrás às casas, por regos, córregos e minas, foram escasseando pela ação das fazendas vizinhas. Ao represar córregos e despejar resíduos nos rios, acabaram instaurando uma forte crise hídrica entre as comunidades que, juntas e sem intervenção governamental,

conseguiram mobilizar recursos para perfurar poços em oito localidades da cidade, no marco do projeto Água Viva. Seu Cambão, de Marinhos, e Dona Lena, de Rodrigues, rememoram o Grupo de Roça e a Festa da Colheita, outro esforço coletivo para que oito famílias pudessem alcançar a autonomia alimentar, trabalhando todos os sábados em um terreno cedido em “meia” por um fazendeiro. Tudo o que produziam era compartilhado igualmente entre as famílias e colocado à disposição da comunidade na celebração da Festa da Colheita. Com esse mesmo empenho, as tradições culturais se mantêm, sendo as Guardas de Moçambique e do Congo capitaneadas e formadas por pessoas de todos os quatro quilombos. Muitas das mestras e dos mestres entrevistados compartilharam suas vivências, contando como receberam ensinamentos e como os propagam entre os mais jovens – desde as adorações, os instrumentos, os festejos e seus preparos, a decoração, até a coroação e a mesa que, segundo Dona Vera, da comunidade de Sapé, conta com a ajuda dos santos para que seja sempre farta.

A reunião dessas histórias nos faz ver a memória como importante fator de mobilização política e social. No corpo a corpo com cada quilombo – nas oficinas de memórias, nas festas, nos

reinados, nas entrevistas – aprendemos que lembrar, repetir e contar histórias são gestos diretamente ligados à forma como cada grupo, cada família e cada indivíduo lida com os desafios do passado e do presente, levando a oralidade como principal modo de troca de saberes e de resistência de seus modos de vida.

Nesse contexto, o livro se materializa como mais um suporte para essas narrativas: as origens, as saudades, as importâncias, as lições sobre o que não convém ser revivido, e o direito de aparecer, seja na forma de imagem ou de texto. Esse direito de ser gente e de ter sua história escrita, como propôs o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, significa criar um contraponto aos processos históricos de exclusão e de invisibilização desses povos.

O Inhotim já é amplamente conhecido por seu vasto acervo de arte contemporânea e botânica e, agora, com 18 anos de atuação, fortalece a missão de se tornar um espaço acessível a todas as pessoas, caminhando para consolidar a vocação para a qual foi idealizado: ser um espaço público, um museu vivo e democrático e um jardim botânico que produz e compartilha conhecimentos científicos e populares.

Com uma série de projetos especialmente voltados para

Brumadinho, almejamos ainda ampliar a presença do Inhotim na cidade e também da cidade no Inhotim, por meio da democratização do acesso e da ampliação das oportunidades artísticas e educativas como marcas deste momento de transformação.

Saberes & Memórias – O que o nosso povo contou materializa esse momento de escuta, de diálogo ampliado, de vontade de fazer com e a partir das pessoas. É um livro que corrobora o desejo de que a parceria do Inhotim com Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão seja longa, duradoura e produtiva, e que também enuncia seu papel institucional de educar para inspirar uma sociedade mais equânime, plural e diversa. E que é, além disso, um gesto com o qual desejamos inspirar outros museus para que assumam, por meio de seu patrimônio e de sua capacidade de dialogar com diferentes públicos, uma conduta em defesa da pluralidade dos diversos modos de vida que colorem nosso mundo.

Referências

IPHAN. **Educação Patrimonial*: inventários participativos. Brasília – DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.*

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002.

SANTOS (NÊGO BISPO), Antônio Bispo dos. A influência das imagens na trajetória das comunidades tradicionais. In: VILELA, Bruno (Org.). *Mundo, imagem, mundo: caderno de reflexões críticas sobre a fotografia*. Belo Horizonte: Editora Malagueta Produções, 2018. pp. 111–128.

12

Para que nossa história não se perca
Patrícia Marcelina Silva Santana, Rosimara da
Silva Santos e Tânia Maria dos Santos Silva

20

Abrir caminhos desde o passado:
o legado da experiência quilombola
Josemeire Alves

28

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SAPÉ

34

Cirineu de Fátima da Silva

42

Matuzinha de Fátima da Silva

52

Lecilda Aparecida da Silva e Rita Maria de Cássia

60

Silvestre Antônio da Silva

68

Elza Maria Silva Santos

76

Vera Lúcia Damião

82

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MARINHOS

88

Antônio Alves da Silva (Cambão)

100

Nair de Fátima Santana Silva

112

Teresa Sant'Ana Alves

118

Lenilda Maria de Carvalho Alves

126

Lecilda Ana de Carvalho

134

Percido Meida (Pelé)

142

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIBEIRÃO

148

Orias, Maurina, Deusdete, Creuza e Marcília Braga

164

Caetano Maria Braga

172

Josefina do Rosário (Dona Fina)

180

Maria Matusinha (Sussuca)

186

Edson da Silva (Dilson)

194

Zumira, Célio, Iracilda, Irailda, Ana Alice e Lenilda Braga

204

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RODRIGUES

210

Zulmira de Souza Silva (Dona Cuti)

216

Waldemar e Marlene de Souza

224

Helena das Graças Antunes

234

Euclério dos Santos Braga

240

Sueli das Graças Antunes

248

Adriana Regina Braga Silva (Dina)

260

SOMOS NÓS, somos uma purção de gente!
Olízia "Iyá", Rei Batuque,
Igor Santana e Sayonara Braga

268

Cultivar a história

Felipe Carnevalli, Francisca Caporali, Jana Janeiro,
Luiza Verdolin e Paula Lobato



Para que nossa história não se perca

Patrícia Marcelina Silva
Santana, Rosimara da Silva
Santos e Tânia Maria dos
Santos Silva

Nos quilombos Sapé, Marinhos, Ribeirão e Rodrigues, ainda há muitas pessoas mais experientes e vividas que sabem falar da sua infância, de como viveram e vivem até hoje. Há muitos mais velhos e mais velhas que guardam a nossa história e ainda podem contá-la para quem quiser ouvir. Mas e se tudo isso fosse registrado para que nossa história não se perca? Juntas, imaginamos que um livro seria uma boa oportunidade de mostrar para as pessoas o que é a nossa comunidade, e compartilhar com as pessoas interessadas o que aconteceu quando nossos pais e avós eram jovens, em um tempo em que nós nem existíamos.

Em nossa época de escola, quando estudávamos em Marinhos, nossa história era contada em um só parágrafo nos livros. Poucas linhas resumiam toda a complexidade da nossa vivência nesse território. Ainda que, nessa época, o lugar onde moramos, hoje, não fosse reconhecido ainda como quilombo – pois ainda não tínhamos o registro –, nós sempre fomos uma comunidade cheia de narrativas a serem compartilhadas. Por isso, propusemos a criação deste livro, para que as comunidades quilombolas de Brumadinho, que se entendem como uma grande família estendida, possam compartilhar suas sabedorias e as histórias sobre nossas origens. Para

nós, é uma alegria reunirmos, aqui, a fala das pessoas que aceitaram dividir suas experiências.

No início dos anos 2000, iniciamos o processo de registro da comunidade quilombola do Sapé, pela Fundação Palmares, e fomos os primeiros em Brumadinho a solicitar o reconhecimento. Antes disso, não tínhamos ideia de que existia esse direito. O processo nos foi apresentado por uma amiga, funcionária da Prefeitura de Brumadinho, que nos contou que éramos uma comunidade quilombola porque somos todos negros e ocupamos o mesmo território por gerações, a partir do casamento de primos com primos.

A partir disso, o assunto foi introduzido à comunidade que, a princípio, não recebeu bem a proposta. Ninguém aceitava fazer parte de um quilombo, porque éramos muito sofridos e tínhamos vergonha de nos posicionar, já que crescemos sendo humilhados pela cor da nossa pele. “De jeito nenhum, nós vamos ser chamados de negros!” – eles falavam. Muitas pessoas não aceitavam porque nós sempre fomos muito discriminados por sermos negros, principalmente nas escolas da região. Depois de muitas conversas com as pessoas, elas foram concordando, e nossa amiga da prefeitura ligou para Brasília e resolveu a papelada. Um

tempo depois, a ministra Matilde Ribeiro esteve no Sapé para o reconhecimento e foi recepcionada com uma grande festa.

Nesse processo de reconhecimento de nós mesmos como quilombolas, começamos a entender algumas práticas culturais que já existiam na comunidade como parte da cultura negra. Começamos, inclusive, a comemorar o Dia da Consciência Negra, que segue sendo festejado anualmente pela comunidade de Sapé, além de ser comemorado rotativamente entre Marinhos, Rodrigues e Ribeirão. Essa festa foi um jeito de mostrar para a sociedade que nós existimos, que não temos mais vergonha de quem somos. Nós passamos a entender que é muito importante mostrar para o mundo que nossa comunidade existe. Isso ajudou muito na mudança de posicionamento, principalmente em relação aos jovens. Trouxemos autoestima a partir do reconhecimento de que fazemos parte de algo maior. Depois que recebemos o título de quilombo, nossa fé em nós mesmos aumentou muito.

Hoje, nossos jovens não só completam a jornada escolar como também frequentam as universidades. Na nossa época, isso não era normal: tínhamos que caminhar quilômetros para chegar à escola e ainda enfrentar um ambiente em que nos sentíamos desvalorizados.

Como nossas famílias ainda precisavam de ajuda para manter a casa, nós acabávamos precisando trabalhar na roça e fora da comunidade. Na roça, carregávamos sacos de milho e arroz na cabeça para vender em Marinhos. E, fora das comunidades, muitos iam trabalhar nas cidades e eram explorados por seus empregadores.

Foram muitas mudanças ocorridas de forma rápida nas últimas décadas, o que torna ainda mais urgente a documentação da vida que levávamos tradicionalmente. A geração dos nossos filhos recebe acompanhamento pré-natal e nasce no hospital em Brumadinho. Mas a geração que, hoje, tem cerca de 30 anos nasceu ainda na comunidade, com as parteiras e benzedeiras. É importante documentar como era nossa vida, resgatar um pouco das práticas que os mais velhos e as mais velhas ainda guardam, e registrar as tradições e histórias através de suas falas. Várias lembranças foram se perdendo no tempo, mas nossos antigos ainda são uma biblioteca viva, que guarda muita coisa que já não é praticada por aí. Que este livro seja o primeiro de muitos!





Sapé é reconhecida como Comunidade Quilombola

Em ato público realizado no Adro da Igreja de São Vicente de Paula, em 10 de fevereiro, Sapé foi reconhecida como Comunidade Quilombola pelo Governo Federal, através do Ministério da Cultura. O evento contou com a presença da representante da Fundação Cultural Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva, que passou a certidão às mãos de Matozinha de Fátima, integrante da Associação de Sapé. Durante a solenidade, houve apresentação das Guardas de Moçambique sob o comando de Eustáquio Santos Cruz. Autoridades Municipais, representantes da imprensa, a comunidade e outros convidados participaram de um almoço servido após a entrega oficial da Certidão de Comunidade Quilombola.



Fé e religiosidade da comunidade de Sapé



Momento histórico



Benção ao sagrado alimento



Convidados e autoridades no palanque oficial



Governo de Brumadinho e Comunidade Quilombola de Sapé dão boas vindas à representante da Fundação Cultural Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva

Abrir caminhos desde o passado: o legado da experiência quilombola

Josemeire Alves

Quem chegasse à região onde hoje se localizam as comunidades de Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão, lá pelos idos anos de 1800, possivelmente depararia com grandes fazendas, dotadas de muitas famílias de trabalhadores constituídas por gente vinda das Áfricas e seus descendentes, muitos dos quais já nascidos em terras brasileiras, sob o jugo da escravidão. Mas é possível que encontrassem também quantidade significativa de gente livre, identificada como parda, preta e, até mesmo, africana.

É que, nas Minas daquele tempo, a conquista das alforrias era parte da economia e ocorria por diferentes formas: havia a possibilidade da compra da Carta de Liberdade, a alforria condicionada ao serviço aos antigos senhores por determinado período (geralmente até o falecimento daquele senhor), a concessão de alforria por “bons serviços” – esta mais rara –, dentre outras possibilidades. Uma liberdade muito desejada pelos que viviam no cativeiro, ainda que marcada pela precariedade do risco da reescravidão e da pobreza.

Ainda assim, o peso da escravidão era econômica, política e culturalmente notório naquela sociedade e é possível percebê-lo em muitos dos documentos que estão nos arquivos públicos do

estado e das cidades mineiras. Nos mapas de população, por exemplo, encontramos nomes de senhores e escravizados e, também, de famílias negras livres. Um exemplo está no Mapa de População do Termo de Queluz, em que, das 26.815 pessoas, 10.928 eram escravizadas.

A região que é hoje Brumadinho, àquela época, correspondia a parte do então Distrito de Bonfim, pertencente à Freguesia de Congonhas do Campo, que fazia parte do Termo de Queluz. Das 1.616 pessoas que habitavam Bonfim, 655 eram escravizadas.

Os signos da relevância da escravidão em uma sociedade que tendia a ser constituída também por pessoas negras livres, muito antes de 1888, aparecem nos Mapas de População. Para se ter um exemplo, no mesmo ano de 1831, no Mapa da População do Distrito de Brumado, Termo de Queluz, foram registradas, dentre outras, as seguintes pessoas: Delfino José Coelho, branco, 18 anos, casado, roceiro; sua esposa, Anna, branca, 22, casada, fiandeira; seus filhos: João, 3, Maria, 2, Joaquim, 1. Para essa família, trabalhavam na condição de escravizadas as seguintes pessoas: Manoel, pardo, 26 anos, solteiro; José, *creoulo*, 24, solteiro; Maria, preta, 22, solteira; Josefa, *creoula*, 16; José, *creoulo*, 3; Jeronimo, pardo, 2; Camilo, pardo, 1 ano de idade.

Mapa da População do Termo de Queluz, em 1831 - ⁶⁰⁹ 608 N.º 1									
Freg.ª	Distritos	Freg.ª	Lugares			Capelas			Subt.
	de	de	Homens	Mulheres	Meninos	Homens	Mulheres	Meninos	Total
Vila de Queluz	Matriz	274	679	606	174	378	293	169	2.076
	S. Anna	57	96	113	92	122	126	74	689
	Nossa	106	231	273	132	141	77	58	912
	Glória	69	127	137	76	239	154	86	221
	Barraquea	108	208	219	137	126	82	45	223
	S. Amaro	144	307	328	192	339	254	91	1581
6832									
Município	Matriz	328	538	668	270	376	227	210	2.307
	Calva-altos	248	340	410	119	359	236	165	1.607
	Noruega	217	460	705	92	315	207	163	1.926
	Santos em estudo	"	"	"	"	"	"	"	"
5.238									
Compartimento de Campos	Redonda	166	291	302	83	185	90	29	960
	S. Cruz	64	96	115	70	132	75	111	577
	S. Gonçalo	89	169	169	82	229	106	67	728
	S. Anna	131	198	225	125	211	95	118	1.061
	Barraquea	225	371	480	110	310	180	185	1.616
	Redonda	458	736	879	215	410	316	164	2.715
	Redonda	171	259	298	195	289	182	117	1.360
	Conquistador	166	265	335	111	202	150	166	1.179
	Pracense	296	506	636	130	519	310	215	2.312
	S. João	236	385	419	101	372	216	106	1.577
16.165									
Totalidade		3432	5998	7387	2.502	5316	3.352	2.256	26.215

Mapa da População do Termo de Queluz, em 1831

Fonte: Arquivo Público Mineiro

Já no então Distrito de São José da Paraopeba, pertencente ao Termo de Ouro Preto, também em 1831, dentre as famílias registradas, encontramos a de Manoel Martins Gandra, branco, 70, roceiro, casado com Ignacia Fernandes, parda, livre, 60, fiadeira; Manoel Alves, pardo, livre, solteiro, roceiro; Custodio, pardo, livre, 17, solteiro, roceiro; Felicidade Alves, parda, livre, 30, casada, fiadeira; Matheus, preto, *captivo*, 49, solteiro, roceiro; Miguel, preto, *captivo*, 44, solteiro, roceiro; Anna, preta, *captiva*, 38, solteira, fiadeira; Delfina, *creoula*, *captiva*, 17, solteira, fiadeira; Rosa, *creoula*, *captiva*, 14, solteira, fiadeira; Anna, *creoula*, *captiva*, 6; Lucinda, *creoula*, *captiva*, 3.¹

Nos documentos mencionados, há registros de núcleos familiares com mais de 20 escravizados – o que caracterizava as grandes posses, que eram raras, contudo mais presentes no contexto rural, durante o período colonial, constituindo a mão de obra das grandes fazendas.

Naquelas redondezas, já existia, nessa época, uma

dessas fazendas, a Boa Vista, cujas referências aparecem, mais tarde, nos Registros Paroquiais de Terras realizados na região, entre 1855 e 1856, em decorrência da “Lei de Terras” (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). De 1855, mais precisamente, são as declarações de Francisco Martins da Silva e Domingos Martins da Silva de serem possuidores de partes da Boa Vista. Além deles, Balbina Alves dos Santos, atestava, em 1956, também ser proprietária de terras na mesma fazenda.

A “Fazenda dos Martins”, como ficou conhecida, tornou-se patrimônio cultural de Minas Gerais, em 1977, pelo Decreto nº 18.531, tendo sido inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes. Considerando as informações sobre ela, no Guia de Bens Tombados do Iepha-MG (vol. 1), pouco se sabe a respeito dessa fazenda que, pelas indicações de sua arquitetura, teria sido construída cerca de um século antes do Registro Paroquial de Terras.

A declaração prestada por Francisco Martins Silva quando do Registro Paroquial de

suas terras nos permite conhecer sobre ela, à época:

que tem para mais de trezentos e quarenta alqueires de planta, cita no Curato de São Caetano da Moeda, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba, cuja está ainda pró-indivisa em comum com mais sócios, e em litigio público, que pelo Nascente deriva com terras de Dona Maria Dulcinea, Antonio Manoel, ao Sul com Fortunato Francisco, e herdeiros do finado José Braga, pelo Poente com José de Medeiros, e herdeiros do finado Antonio Rodrigues, e dahi por todo o Norte com a Fazenda das Três-Barras de Antonio Lucio, fecha ao Nascente com Silvério Pedro (Registro Paroquial de Terras - Piedade do Paraopeba, 1855-1856).

Mais que a lacuna da narrativa oficial, uma das coisas mais significativas que perceberemos sobre a “Fazenda dos Martins” é a maneira como ela aparece direta ou indiretamente nas memórias elaboradas pelas pessoas mais antigas da Comunidade do Sapé: ela seria também a “Fazenda dos Escravos” – já que nela teria sido praticado o comércio de pessoas escravizadas. Seriam as vozes e as imagens percebidas por algumas pessoas nas

comunidades, como de “outro mundo”, uma dimensão dessa memória ancestral?

São memórias fragmentadas do tempo do cativo, brevemente enunciadas nas narrativas de quem conta as histórias registradas neste livro. Memórias do tempo em que os ancestrais do Sapé, recusando-se à perseguição dos fazendeiros, como nos contou Seu Cirineu, se estabeleceram no lugar que ficou conhecido como “Quilombo”, situado “no meio da mata, na parte mais alta do Sapé”, em terras que não pertencem mais a Sapé...

A memória de Seu Cirineu, tecida por diferentes temporalidades, nos informa: “Os escravos da região, que na época trabalhavam na fazenda do João Borges (*possível descendente do José Borges, mencionado por Francisco Martins?*), costumavam fugir dos maus tratos e se escondiam nesse lugar. Subindo o morro perto de onde hoje é o Colégio, tinha uma estrada por onde eles passavam até chegar ao quilombo. Como esses escravos eram muito espertos, ficaram escondidos por lá no início e, só muito tempo depois, construíram suas casas nas regiões mais baixas do Sapé”. Desses primeiros moradores, o Justino, conhecido como “Pé Grande”, parece ter sido a ponte

1 As denominações de cor registradas no documento (“preto”, “pardo”, “cabra”, “creoulo”, etc.), assim como os termos “captivo”, “captiva”, para designar pessoas em condição de escravizada, são termos utilizados à época em que os documentos foram produzidos.

dos antigos com as gerações que foram se formando ao longo do tempo até as primeiras décadas do século XX. Quando Seu Cirineu o conheceu, ele ainda morava nas terras altas do “Quilombo”.

Do Sapé, a comunidade-mãe – como nos diz Seu Antônio Cambão, de Marinhos –, surgiram as demais. Fato é que, como também nos dizem os documentos arquivísticos, a presença dos ancestrais das famílias de Marinhos, Sapé, Rodrigues e Ribeirão, no território que habitam, é tão antiga quanto a existência de Minas Gerais – se considerarmos que muitos desses ancestrais são os que aparecem nos mapas de população como a maioria da população da região correspondente ao atual Município de Brumadinho.

Essas pessoas descendem de uma experiência de liberdade diferente daquela das alforrias – é a liberdade do quilombo que, aos olhos das autoridades e dos senhores, era uma constante ameaça à ordem social daquele tempo. A repressão aos quilombos foi uma realidade na Província de Minas Gerais ao longo dos séculos XVIII

e XIX. Não sem razão, dizer-se quilombola ou reconhecer-se como quilombola foi, há até bem pouco tempo, algo arriscado: se, no passado, o risco era o da reescravização e da violência física; no presente, os ecos da escravidão ressoam no racismo e na discriminação impostos sobre várias gerações de pessoas negras cujas mãos, cuja energia, cuja vida têm sido elementos fundamentais para a construção da riqueza da região.

A noção de “quilombo”, como nos diz Kabengele Munanga, já era utilizada em território africano, pelos povos falantes da língua Umbundo, desde o século XVI, para designar uma associação de homens da qual podiam participar todos, sem distinção de filiação a qualquer linhagem e na qual todos os membros eram treinados ritualmente, transformando-se em guerreiros “invulneráveis às armas dos inimigos”.² Na América Portuguesa (Brasil), as experiências quilombolas do passado apresentam semelhanças com os quilombos constituídos pelos povos bantu, especialmente, na forma de organização coletiva,

tornando-se confrontantes à ordem social estabelecida.

A história das comunidades do Sapé, Marinho, Rodrigues e Ribeirão, por serem reconhecidas como quilombos, faz parte dessa experiência histórica dos quilombos do período colonial, mas também são parte de um movimento mais recente, que, desde os anos 1970, pelo menos, reivindica, via legislação, a garantia de direitos para os povos quilombolas – tanto em contexto urbano quanto rural. Uma dessas conquistas deu-se a partir da garantia, na Constituição de 1988 (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT CF88), do reconhecimento, pelo Estado, do direito dessas comunidades à propriedade de seus territórios.

Além desse reconhecimento, em muitos casos ainda fortemente desrespeitados em disputas de terras em desfavor dos quilombos, busca-se garantir outros direitos como o aprimoramento do acesso à saúde, à água e ao saneamento básico, à educação. Em relação a esse último aspecto, é importante lembrar que, para além das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645, de 2008 – que, respectivamente, alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a

obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena –, que asseguram também a legalidade da Educação Escolar Quilombola, existe a Resolução no 8, de 20 de novembro de 2012, que, especificamente, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Essa legislação, também em grande medida ainda descumprida, precisa ser acionada como suporte de que podem lançar mão governos municipais, estaduais e federal comprometidos na criação políticas públicas que garantam às comunidades quilombolas o direito à preservação de seus conhecimentos tradicionais também por meio das experiências educacionais. E que, para além disso, proporcionem meios de reeducação da sociedade brasileira, a partir do legado da experiência quilombola.

Afinal, como bem nos demandam as histórias, as memórias e os saberes tratados neste livro, é urgente produzir outras histórias e reinterpretar o Brasil, a partir da perspectiva das vivências e cosmogonias afro-indígenas que vêm abrindo caminho desde o passado, para a construção de futuros ancestrais.

2 MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 56–63, dezembro/fevereiro 1995–1996.



Comunidade Quilombola do Sapé







Cirineu Fátima da Silva

Comunidade
Quilombola do Sapé



“Hoje eu penso que, naquele tempo, tínhamos muita dificuldade, mas era bom. Eu gostava muito daquela época antiga.”

Nossa história começa em um lugar onde os escravos fugitivos da fazenda se escondiam para não serem perseguidos pelos fazendeiros. Esse lugar é o quilombo que fica no meio da mata da região mais alta do Sapé. Os escravos da região, que na época trabalhavam na fazenda do João Borges, costumavam fugir dos maus tratos e se escondiam nesse lugar. Subindo o morro perto de onde hoje é o colégio, tinha uma estrada por onde eles passavam até chegar ao quilombo. Como esses escravos eram muito espertos, ficaram escondidos por lá no início e só muito tempo depois construíram suas casas nas regiões mais baixas do Sapé.

Os primeiros a chegar foram se casando – primos com primos – e foi assim que a comunidade do Sapé foi construída. Um dos moradores mais antigos de que eu me lembro se chamava Justino do Pé Grande, porque o pé dele era grande. Eu cheguei a conhecê-lo: ele morava em uma casa que tinha alguns pés de manga e de outras frutas, e era descendente direto daqueles que foram os primeiros.

No meu tempo de mais jovem, nós costumávamos plantar milho no quilombo. Meu pai, o pai da Matuzinha e muitos outros também plantavam por lá. A terra pertencia a um fazendeiro, mas ele nos dava um pedaço para plantar. A colheita era toda dividida com ele. Tempos depois, eles venderam o terreno para um senhor que eu não sei se mora ali ou em outro lugar, mas que comanda as terras e cria porcos e outros bichos. Depois que ele entrou, não dava mais oportunidade para nós plantarmos. Ele não gosta muito de nós – como eu e minha esposa fazíamos caminhada, às vezes, esse fazendeiro passava de carro na estrada e jogava poeira em cima da gente, sem a menor cerimônia. Ele nunca nos cumprimentou e, na verdade, não nos cumprimenta até hoje.

Eu nasci em 1955, no Sapé, onde fui criado. Eu sou o segundo filho do Raimundo e o primeiro foi o Leonidas. Depois, vieram a Aparecida, a Rosângela e o Ailton. Nossa casa ficava em um lugar que, hoje, chamamos de Grota do Trovão, até que a vó da minha mãe nos deu uma parte do terreno dela para construirmos. Em algum momento, tivemos que sair dali, porque um raio caiu na igreja. Nós, então, fomos morar na casa do meu tio Zé Maria e do meu avô Lourival, mas depois voltamos para cá.

Meu pai e minha mãe também nasceram no Sapé. Meu pai trabalhava nas fazendas picando lenha, roçando pasto e fazendo cerca. Já a minha mãe trabalhava na escola que tinha no local, que era do primeiro ao terceiro ano, fazendo alimentação para as crianças. A história que meus pais contavam é que meu avô Lourival gostava muito de fazer um forró. Ele chamava as pessoas para ajudar, e cada um levava uma coisa diferente. As pessoas levavam os ingredientes e ele fazia as comidas e bebidas. Era todo mundo dançando, comendo e bebendo, um forrozão, mesmo, de sábado para domingo. Alguns vizinhos eram contra. Eles chegavam ao baile a cavalo, desciam e não tiravam a espora do pé. Chegavam, dançando, e falavam: “Agora vocês vão ter que dançar conosco com espora”. Era um sofrimento, mas o tempo foi passando e, depois, tudo mudou.

Os tempos sempre mudam, e sobre isso eu penso o seguinte: nossa época de pequeno era muito boa, porque estudávamos no Sapé e ainda ajudávamos meu pai no trabalho. Até na Fazenda dos Martins nós trabalhamos: saíamos a pé muito cedo e chegávamos só à noite. Nós plantávamos nas lavouras de milho, abóbora, feijão e tudo mais, até que meu pai começou a trabalhar na fazenda do Geraldo Vieira, que mexia com carvão. Eu também ajudava meu pai. Nós pegávamos a lenha, colocávamos dentro do forno, fechávamos a porta, pondo fogo por cima, e cozinávamos o carvão.

Eu estudei até a quarta série, em Marinhos, e todas as vezes que eu voltava da escola, minha mãe dizia que tinha um trabalho para mim – que era o de socar arroz no pilão. Minha mãe deixava tudo pronto. Fazia toda a comida, e eu pegava na palma da mão e comia. Ela sempre fazia duas marmitas, para mim e para o meu pai, que saía cedo e levava café. Na roça que ele plantava, ele arrancava mandioca ou batata, acendia o fogão, colocava a mandioca pra assar e comia com café até eu chegar com o almoço. Então, nós comíamos juntos antes de voltar ao trabalho. Teve um tempo em que eu fiz um carrinho de boi e levava para a lavoura. Na hora de ir embora, eu e meu pai enchíamos o carro de lenha e levávamos, um do lado do outro, para ajudar minha mãe. Hoje eu penso que, naquele tempo, tínhamos muita dificuldade, mas era bom. Eu gostava muito daquela época antiga.

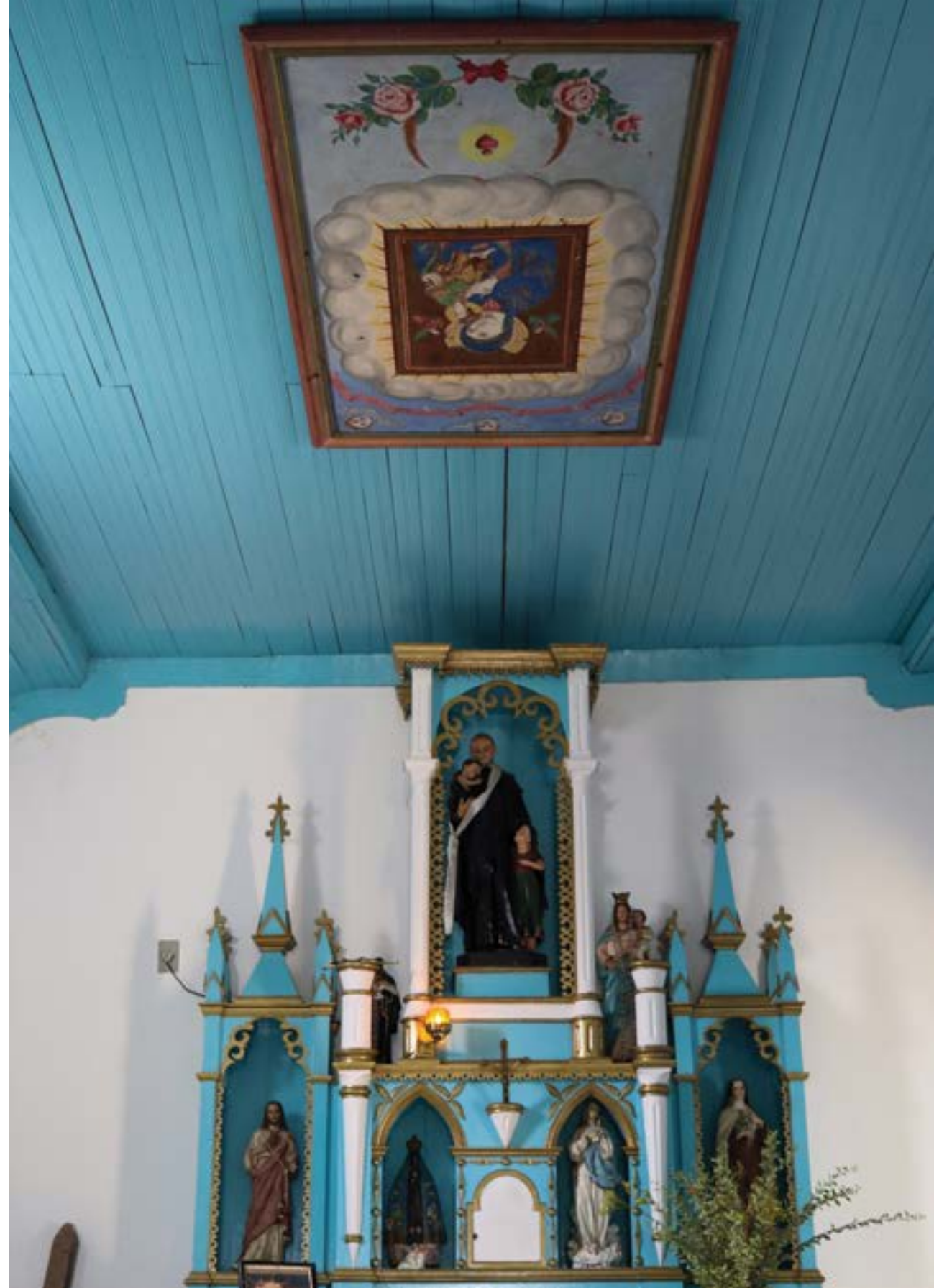




Matuzinha de Fátima da Silva

Comunidade
Quilombola do Sapé

*“Tenho as mãos
cheias de ricas
bênçãos.
Querido irmão,
estas são para ti.
Vem ao meu lado,
quero te olhar.
Querido irmão,
te abençoar.”*



Eu nasci e fui criada na Varginha, mas, como a gente sempre conversa, parece que toda a região desse entorno é Sapé. O Seu Cambão fala que na Varginha, onde ele também nasceu e foi criado, eles têm um documento no qual se lê “Vargem do Sapé”. Em Marinhos, no túnel que passa ali, tem uma placa com data de construção em que está escrito “Túnel do Sapé”. Então, nós concluímos que, antigamente, a região toda era Sapé, pois, se Marinhos já existisse, o túnel se chamaria Túnel de Marinhos, e a Varginha, Vargem de algum outro lugar.

Eu conheço o Cirineu desde pequena, mas nos casamos em 1997, quando me mudei para o Sapé. Nós frequentávamos a igreja do lugar, assim como todo mundo da região, já que, antigamente, não existia a Igreja de Marinhos – ela foi construída somente em 1955. Depois que a Igreja de Marinhos foi construída, meu pai, que era um dos rezadores da região e participava da Reza do mês de Maria, decidiu dividir o mês em duas metades: 15 dias em maio para o Sapé e 15 dias para Marinhos. Eu ajudei muito nessa igreja do Sapé, pois fui catequista, preparei turmas de primeira comunhão e crisma, e ajudava nas missas. Por isso é que eu falo que sou de Sapé.

Quando comecei a namorar com o Cirineu, foi também quando comecei a pensar em estudar. Eu estudei da primeira à terceira série, em Marinhos, mas ali não tinha a quarta série. Quando concluí o terceiro ano, eu tinha 11 anos e tinha muita vontade de continuar estudando, mas, para isso, eu precisaria de alguém que me abrigasse em Brumadinho ou ter dinheiro para pagar a passagem de trem, diariamente, para ir à escola. Como nós não tínhamos nenhuma condição, eu acabei indo para a casa do meu irmão, em General Carneiro, para ajudar a cuidar das minhas sobrinhas gêmeas. Eu cuidava como gente grande: pegava uma em cada braço e trocava a fralda. Depois de um ano, meu irmão voltou para Varginha, para morar perto da casa do meu pai, e eu fui trabalhar em uma pensão em Belo Horizonte. Isso foi na década de 1960.

Nessa época, eu não vivi um mar de rosas. Eu pensava que era normal as empregadas terem um tratamento totalmente diferente das outras pessoas, e não percebia o quanto éramos maltratadas. Nessa pensão, trabalhávamos eu, minha irmã e minha tia. Nós tínhamos um prato e um copo separados embaixo da pia, e não podíamos usar outros. Eu, com 12 anos, varria os terreiros da casa, me levantava cedinho para comprar

pão e leite na padaria, molhava a horta e ajudava minha tia a lavar as vasilhas e a picar as verduras. Até hoje, eu consigo picar couve muito fininha, coisa que aprendi com minha tia. Era uma verdadeira escravidão, pois eles não me pagavam porque eu tinha que pagar as vasilhas que eu quebrava.

Um dia, por algum motivo, a dona da pensão gritou comigo. Nesse dia, meu pai estava por lá, fazendo alguns serviços mais pesados. Nesse momento, ele disse: “Você não vai ficar aqui mais, não, você vai embora”. Foi quando eu voltei para casa e em Marinhos já tinha a quarta série, então a professora me mandou um recado, perguntando se eu não queria concluir os estudos.

Depois de muitas dificuldades e idas e vindas, eu consegui meu diploma de quarto ano e fiquei um pouco parada. Eu não gostava de trabalhar fora, então vendia lenha para comprar as minhas roupas. Depois, comecei a trabalhar, novamente, em casa de família, em Belo Horizonte. A mesma situação: meu quarto no fundo do quintal, o prato separado embaixo da pia, o alimentar só depois que todo mundo se alimentava. Mas eu não ficava ali por muito tempo, só até comprar uma roupinha ou um sapato. Quando aquela roupa começava a ficar velha, eu voltava de novo para Belo Horizonte. Era assim.

Em 1981, fui trabalhar em uma creche, em Belo Horizonte, no Bairro Padre Eustáquio. Fiquei lá por dez anos e fiz magistério. Eu me formei em 1991 e retornei para passar alguns meses com meus pais. Depois, voltaria a Belo Horizonte, mas minha mãe não concordava com a minha volta. Por conta dela, resolvi ficar em casa e, graças a Deus, eu fiquei, pois, em 1994 ela nos deixou, seguida por meu pai, que faleceu em 1997. Se eu tivesse ido embora, eu nunca teria me perdoado. No ano em que perdi meu pai, foi quando o Cirineu passou a fazer mais parte da minha vida.

A igreja do Sapé é de 1930, como indica a inscrição na porta da frente. Existem pessoas da comunidade do Colégio que falam que foram seus parentes que a construíram. Mas eu digo com toda certeza que as pessoas da comunidade deram sua contribuição através de mutirão, da maneira com que se faziam as construções tradicionalmente.

Muitas festas acontecem no Sapé durante o ano. A primeira é a Festa de São Benedito, no quarto final de semana de maio, uma festa muito bonita, organizada pelas Guardas de Congo e Moçambique. No segundo final de semana de



julho, acontece a Festa do Padroeiro, São Vicente de Paulo. Essa festa também tem a participação das Guardas, que levantam a bandeira de São Vicente. Tem a Festa de Nossa Senhora do Rosário, no terceiro final de semana de setembro, com participação das Guardas de Congado, Moçambique e outras Guardas visitantes; e, em novembro, a Consciência Negra fecha o calendário das festas da nossa comunidade.

Eu não participo das Guardas, de modo que se possa dizer: “Matuzinha é rainha” ou “Matuzinha é do grupo das cozinheiras”. Não, eu não tenho o meu nome escrito em nenhum livro da Guarda, mas eu me considero parte dela, principalmente do Moçambique. Posso dizer que, quando comecei a perceber a minha existência, meu pai, Ildefonso Francisco da Silva, já fazia parte da Guarda. Ele era um dos líderes. Quando eu olho tanto para o Congado quanto para o Moçambique, é difícil dizer quem não é da minha família, porque ali estão meu irmão, meu sobrinho, o filho do meu sobrinho, o neto do meu irmão e por aí vai.

Eu me considero de família dos Moçambiqueiros e Congadeiros, e quero ser rainha, um dia, apesar de nunca ter sido e nem ter o meu nome escrito. Tinha uma freira que trabalhava no Sapé e sempre dizia que queria que eu e o Cirineu fôssemos

rei e rainha. O Cirineu, por causa da igreja dele, não poderia, mas eu quero ser. Quero ser rainha, um dia, para continuar cantando para as pessoas. Inclusive, eu canto para todas as pessoas que vão ao Sapé pela primeira vez. Não só eu, mas a comunidade inteira canta. É um canto de acolhimento e de pedido de bênção de Deus para as pessoas. Eu sempre digo que nós não cantamos por cantar, mas para pedir a Deus que ele abençoe cada pessoa que nos visita pela primeira vez. Eu aprendi esse canto em Belo Horizonte, quando ia aos grupos de oração, e nós fizemos dele o hino de acolhimento dos visitantes do Sapé. É a música das conchinhas, porque unimos nossas mãos como se fossem uma concha, para pedir a Deus que ele as encha de bênçãos. Nós fazemos o gesto e jogamos as bênçãos para as pessoas acolherem, e nós vamos cantando:

Tenho as mãos cheias de ricas bênçãos. Querido irmão, estas são para ti. Vem ao meu lado, quero te olhar. Querido irmão, te abençoar. Vem ao meu lado, quero te olhar. Querido irmão, te abençoar.

É assim.





Lecilda Aparecida da Silva e Rita Maria de Cássia

Comunidade
Quilombola do Sapé

“Nossa comida é simples, mas sempre foi feita com muito amor e carinho. Nós gostamos quando as pessoas vêm à nossa casa partilhar a comida junto conosco.”





Nossa história foi essa. Nós nascemos no Sapé, assim como nosso pai, Antônio Geraldo da Silva. Já a nossa mãe, Teresinha Maria de Jesus, veio de Ouro Preto para o Sapé. Quando pequenas, estudamos em Marinhos, e era uma época muito sofrida, porque passávamos muita necessidade. Nosso pai trabalhava à noite para que pudéssemos comer de dia. A nossa casa tinha cobertura de sapé e parede de pau a pique, bem simples, mesmo, mas éramos muito felizes. Éramos oito irmãos, agora somos só três.

Nossa profissão sempre foi do lar, o que significa muita coisa: nós arrumamos a casa, jogamos água nas plantas, cuidamos do quintal, damos comida para as galinhas, os cachorros e os passarinhos, ajudamos muito a comunidade e fazemos a comida do dia a dia. Quem nos ensinou a cozinhar foi nossa mãe, que cozinhava muito bem. O pai plantava arroz, colhia e levava para a limpadeira e, quando não limpava, socava direto no pilão. Quando não tinha arroz, nossa mãe fazia caldo de couve, angu, milho e essas verduras da horta. Também engordava porco e galinha.

Nossa mãe era uma pessoa sofrida, mas muito guerreira. Depois que nós a perdemos, ficamos aborrecidas, porque ela era tudo para nós. Ela era ministra de sacristia, ia muito à igreja, participava e dançava no Congado e era muito querida no Sapé. O povo gostava bastante dela. Depois que ela faleceu, nós

nos aborrecemos, mesmo, não queríamos mais sair de casa. No entanto, as nossas colegas e os nossos parentes vieram nos falar que não era isso que ela queria, que o desejo dela era nos ver alegres, continuando as coisas que nós fazíamos. Depois disso, nós voltamos a participar das festas e a cozinhar para a comunidade. Graças a Deus, hoje somos muito felizes.

Nossa comida é simples, mas sempre foi feita com muito amor e carinho. Nós gostamos quando as pessoas vêm à nossa casa partilhar a comida junto conosco e, às vezes, participamos da feitura das refeições que são servidas nas festas, junto com as cozinheiras do Reinado. Costumamos fazer feijoada no Dia da Consciência Negra, no Congado, no Sorriso Negro e na festa de São Vicente de Paulo que, junto com a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, são padroeiros do Sapé. A feijoada é uma comida muito boa e tradicional do Sapé, e, além de nós, as cozinheiras do Reinado também gostam de fazer. Também gostamos de cozinhar macarrão, arroz e tutu tonto – que é o feijão batido servido com cachaça –, além de churrasco e vinagrete, quando comemoramos o aniversário de alguém.

No quilombo, a comida é muito importante, é aquilo que nos mantém felizes e com vontade de continuar. Como dizem por aí, todo mundo precisa comer, e saco vazio não para em pé.





Silvestre Antônio da Silva

Comunidade
Quilombola do Sapé



“Eu tenho um grande apreço pelas pessoas da comunidade, porque quase todo mundo no Sapé é parente. Isso não tem preço.”

Apesar de morar em Brumadinho, eu sou nascido e criado na comunidade de Sapé, onde passei grande parte da minha vida. Eu tenho um grande apreço pelas pessoas da comunidade, porque quase todo mundo no Sapé é parente. Isso não tem preço.

O povo do Sapé, no geral, tem toda uma maneira passada de geração em geração, um mesmo jeito de ser. Hoje em dia, a comunidade é um pouco mais vazia por causa das pessoas que saem para trabalhar, mas sempre chegam outras que não são do lugar para morar na região. Ainda assim, 90% do pessoal que mora é do próprio Sapé, e os que vêm de outras comunidades, geralmente, são parentes e têm as mesmas raízes que a gente. Todo mundo que vai para o Sapé gosta.

Minha mãe também nasceu no Sapé, e meu pai veio de Pedro Leopoldo para trabalhar na região há mais de 80 anos. Na época, ele foi trabalhar na lavoura, porque tudo nesse lugar era fazenda e roça. Ele se casou com uma mulher em uma comunidade próxima e, tempos depois, se separou e se casou com a minha mãe. Da segunda família de meu pai, eu sou o mais novo, e estou com 73 anos.

Eu perdi meu pai com oito anos de idade, e sua partida deixou minha mãe viúva em uma época em que não havia pensão e nenhum tipo de ajuda. Todo o auxílio vinha da comunidade, do modo de vida da roça, em que todo mundo se ajudava. Em grande parte da minha vida, eu também trabalhava na plantação. Nós plantávamos milho, feijão, arroz e outras frutas e plantas de quintal, e comíamos tudo o que produzíamos. Também tínhamos criação de porco e galinha. Praticamente toda casa tinha um porquinho, uma galinha ou algo do tipo.

Quase todo mundo trabalhava com lavoura na região. Era assim: as pessoas tinham o costume de andar quilômetros com as ferramentas nas costas. Com o passar do tempo, eu deixei de trabalhar na roça para trabalhar na ferrovia que passa próximo ao quilombo, e hoje tem um pouco mais de 100 anos. Na época, eu era responsável pela manutenção da linha ferroviária, trocando os trilhos e os dormentes e fazendo a limpeza.

Nunca tive interesse em trabalhar na ferrovia, mas queria procurar algo que pudesse melhorar a nossa vida. Esse trabalho foi o que surgiu, foi o que eu pude encontrar. Antigamente, era muito difícil encontrar uma profissão, assim como era complicado

estudar. Mas hoje não se pode falar que no Sapé tem algum analfabeto, porque não tem. Todo mundo da minha geração estudou. Eu, por exemplo, tenho um diploma de quarta série de 1963, da escola de Marinhos. Essa foi, inclusive, a primeira vez que houve uma quarta série na região. Hoje, tem um grupo escolar mais estruturado, mas, na época, era só uma escolinha.

Era uma vida difícil, pois íamos para a escola e também ajudávamos dentro de casa. Esse era o básico da gente. Não tinha luxo, não tinha nada disso. Para eu chegar à escola, tinha que andar dois quilômetros, mas alguns andavam até léguas. As escolas eram longe e muita gente era analfabeta, como minha mãe, meu tio e minha tia. Eu me lembro de que eles só sabiam assinar o próprio nome. Isso durou até os anos 1970, e daí em diante as coisas foram mudando. Meus filhos, por exemplo, tiveram condições de estudar em colégio e até usar o ônibus escolar.

As casas da comunidade eram de sapé e barreado e, com o tempo, foram mudando para telha e pau a pique, a partir da melhoria de vida do povo. Era bem sacrificado, mesmo, mas todo mundo se ajudava. Se um casal da família chegava, por exemplo, logo mostravam o lugar onde eles poderiam fazer uma casinha de pau a pique e barreado. E quando alguém falava em barrear, na comunidade, todo mundo aparecia. Eu me lembro, inclusive, de pessoas muito idosas que andavam de bengala, mas tinham que ir para o barreado estar juntas das demais. O trabalho punha todo mundo junto, desde os adultos até as crianças. A meninada ia com a latinha buscar água no córrego para os outros que estavam amassando o barro. Eu me lembro de tudo: todo mundo estava, saía de onde fosse. Nós mesmos abríamos o caminho por onde passávamos, porque a prefeitura, naquela época, não existia.

Um cuidava do outro, e todo mundo era primo ou tio. Tomar bênção era o normal de todos nós, quando meninos. Nós tomávamos a bênção e obedecíamos, não tinha esse negócio de responder. Era baixar a cabeça e obedecer. Se um mais velho chamasse a atenção por qualquer coisinha, ninguém respondia. Era assim e isso, para mim, foi de um aprendizado enorme que todas as pessoas da época compartilhavam.

Minha infância foi muito diferente daquela dos meus filhos. Quando eu era criança, como em todo lugar de roça, todo

mundo andava descalço, de pé no chão, e com roupas poucas. Era aquele básico que todo mundo da roça compartilhava. Não tinha luxo, não tinha nada. Era fogão a lenha buscada nos pastos e roupa lavada no rio. Todo mundo tinha, nos fundos de casa, um lugarzinho para lavar roupa no córrego e tomar banho de bacia. Hoje, em todo lugar, a casa é mais arrumadinha, tem chuveiro e geladeira. Mas isso levou tempo, não foi de um dia para o outro.

Embora a vida nesse lugar tenha sido sofrida, eu sinto muita saudade do Sapé. Sempre que posso, estou no Sapé, mas não vou muito porque dependo de condução. Depois da pandemia de Covid-19, reduziram os horários dos ônibus, principalmente aos domingos. Inclusive, o que eu mais sinto saudade do Sapé é dos finais de semana na comunidade. O final de semana no Sapé parece mais alegre do que nos outros lugares. As pessoas falam que nas cidades há mais lugares para onde ir. Mas, para mim, uma pessoa que vai pegando mais idade quer ter mais sossego. Os mais novos gostam da farra, mas o que eu gosto mesmo é de uma visita, de estar sempre conversando com meus parentes e amigos.

Hoje, graças a Deus, os quilombos são reconhecidos e vários estão por reconhecer. Isso é um alívio, pois em muitos desses lugares onde as pessoas moram, mas não têm uma escritura, se um fazendeiro ocupa a terra, não se pode fazer mais nada. Já um quilombo reconhecido faz com que as pessoas saibam e respeitem. Hoje, todos sabem onde está o Sapé, mas, para mim, o quilombo todo começa desde o lado do túnel



de Marinhos. Esses terrenos todos pertenciam àqueles descendentes de escravizados que foram para o Sapé. Quando se chega à parte do túnel que o mato vai tampando, é possível ver um lugar onde está escrito “1918 — Túnel do Sapé”, pois quem construía esses túneis da ferrovia colocava inscrições com as datas. Isso está lá em Marinhos, o que quer dizer que o nome Marinhos chegou depois do nome Sapé.

E, na verdade, Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão são todos descendentes das mesmas famílias. O Sapé, como todo mundo conta, é uma comunidade quilombola de cujos

antepassados nós não sabemos o nome. Ninguém sabe dizer ao certo quem foi o fundador, mas se fala que um dos primeiros da comunidade foi um ex-escravo chamado João Borges, originário da Fazenda de Martins. Hoje, sabe-se que a maior família da região do Sapé é a de Jerônimo. Eu não sei se tenho alguma coisa a ver com Jerônimo, mas como todo mundo que vai para o Sapé, mesmo de fora, se sente parte da comunidade, acredito que somos todos parentes.

Um dia desses eu conversei com um primo que tem mais de 80 anos e que mora na comunidade quilombola de Boa Morte, no Município de Belo Vale. Ele nasceu lá, mas ainda assim ele é mais parente do povo do Sapé do que eu. Isso porque o pai e a mãe dele são do Sapé, também. Ele nasceu lá, mas os pais foram do Sapé para lá. Meu pai é da região de Pedro Leopoldo, o meu avô é de outra comunidade do Município de Moeda, mas se casaram e viveram na comunidade do Sapé com minha avó e minha mãe. Todos somos uma comunidade, nascidos ou não no Sapé.



Elza Maria Silva Santos

Comunidade
Quilombola do Sapé

*“Quando alguém
fala: ‘Ô, minha
filha, Deus te
abençoe’, não
é a pessoa que
está abençoando
você. Não é
a gente que
abençoa, não, é
Deus, mesmo.”*



Eu sou nascida e criada no Sapé, assim como minha mãe. Meu pai nasceu em Boa Morte, mas, quando se casou com minha mãe, se mudou para cá. Eu e o Osvaldo somos primos e estamos casados há 54 anos. Na comunidade, nós somos todos parte de uma mesma família.

Quando o Osvaldo saiu para trabalhar fora do Sapé, ele passou por vários lugares – Espírito Santo, São Paulo, Uberlândia e Rio de Janeiro – enquanto eu fiquei com os meninos pequenos, cuidando da roça. Nesse tempo, nós plantávamos arroz, feijão e milho, e, quando a colheita era farta, nós íamos até Brumadinho vender para as pessoas. Todas as quintas-feiras, eu trabalhava em uma fazenda que ficava além do Colégio, dando faxina, plantando milho e café e lavando as roupas dos outros. Hoje, meus dedos são todos calejados de tanto lavar roupa.

O trabalho do Osvaldo também era pesado, e ele passou mais dias trabalhando fora do que dentro de casa. No Espírito Santo, às vezes, ele trabalhava na manutenção dos trilhos do trem das 6h30 da manhã até as 11h da noite. Antes disso, ele também trabalhava na fazenda onde eu trabalhei, por 15 anos, sem carteira assinada. Ele só foi ter a carteira de empregado quando estava com 30 anos.

Depois que nos casamos, fomos morar em uma casinha construída pelo povo da comunidade, mesmo, de pau a pique com o telhado de sapé. Todas as casas eram de pau a pique, construídas por mutirão, e o piso era de barro branco misturado com bosta de boi, para dar liga. Em dia de sábado, juntava toda a criançada para passar barro no chão, que ficava esverdeado por causa da bosta, mas deixava a casa fresquinha. Nosso fogão a lenha também era de barro branco, que pegávamos de uma fazendinha na região.

Hoje, já não existem casas de pau a pique, são todas de adobe feito no local. Nós pegamos o barro, colocamos em uma forma, colocamos no quintal para secar e, depois, vamos empilhando. Tudo isso sempre foi feito em mutirão: os homens fazem o barro e as mulheres buscam água. Na minha infância, eu lembro que pegávamos água para beber e cozinhar em um corre-gozinho perto de casa, onde também lavávamos as roupas. Ao longo do tempo, o córrego se modificou, porque a água começou a chegar muito podre por causa dos chiqueiros de porcos das

fazendas. Com isso, nós começamos a sair para buscar água mais longe, nas minas que existiam nos quintais de outras famílias.

No meu quintal, tinha muitas plantas, e bastante gente pedia folhas de chá para curar dor de barriga e gripe. Para as crianças que estavam gripadas, eu fazia uma xaropada com várias folhas de chá e mel. Antes de aparecer aquelas formigas lava-pés, que comeram todo o meu jardim, eu tinha de tudo: alecrim, menta, hortelã, guaco, carqueja e cana-de-macaco. O alecrim é bom para tudo, desde pressão até infecção. Uma vez, minha filha estava com muitas dores e, depois de tomar o chá de alecrim, a dor nunca mais voltou. Quando a gente vai ao médico, nunca falamos que tomamos chás, porque eles não acreditam. Alguns falam que isso não resolve e não gostam muito. Mas a gente sabe do poder dos chás, que sempre funcionaram. Eu aprendi a ciência das plantas com a minha mãe, que aprendeu com minha avó. Também ensinei para minha filha Patrícia, que está ensinando para a minha neta.

Além de fazer os chás e xaropadas, eu ajudava a benzer e a fazer o parto das crianças. Os últimos partos no Sapé, entre 1985 e 1986, eu ajudei a realizar. Todas as crianças do Sapé costumavam nascer ali mesmo, com a ajuda de quem sabia, e depois começaram a nascer no hospital. O parto da Patrícia, que nasceu em junho de 1970, foi feito pela minha cunhada e pela bisavó dela. Eu lembro que foi debaixo de muita água. Mesmo em junho, chovia muito dentro de casa, porque a casa era de sapé. Foi preciso que a família fosse lá em casa com um guarda-chuva e uma coberta, porque molhava tudo. Era a mesma coisa de estar no terreiro.

A benzeção eu aprendi com a Tia Noemi. Já benzi muita gente neste mundo, gente que vinha até de Belo Horizonte. Mas a pessoa precisa ter fé, porque, se não tiver, não adianta. Já benzi algumas vezes com água e ramo, mas prefiro benzer na brasa. Às vezes, a pessoa está com mal-estar ou dor de cabeça, e eu benzo tudo na brasa. Quando a pessoa torce a perna, incha muito, eu benzo colocando um novelo de lã no inchaço e vou rezando e cosendo. A Patrícia aprendeu esse benzimento com a avó, que fazia assim: pegava um novelo, colocava no lugar que estava inchado, punha uma vasilha com água, uma panela de boca para baixo, dentro, e ia rezando. À medida que ia rezando e

costurando, a panela ia chupando a água toda que estava dentro da vasilha. Tem que benzer três vezes, e só depois das três vezes é que a pessoa melhora. Mas ela precisa ter fé!

Eu sou muito devota de Nossa Senhora Aparecida, e também do Divino Pai Eterno, de Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia – minha protetora –, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. São Benedito me ajuda em tudo, até na cozinha. Mas eu não gosto de cozinhar, não, pois já cozinhei demais nesta vida. Faço arroz, feijão, carne e macarrão, e já fiz muito doce. Mas, como atualmente eu não posso comer, eu não gosto muito de fazer.

O que eu gosto mesmo é de tomar bênção. Eu tomava bênção de todo mundo. Quando minha nora me chamou para ir à Bahia com ela, eu fiquei boba de ver. Gente que eu não conhecia, que era conhecido dela, chegava perto de mim e falava: “Bênção, Dona Elza”. Todo mundo, os pequenos, os grandes, os rapazes, todo mundo tomava bênção.

Hoje, eu estou recebendo bênção dos outros, mas eu não tenho quem receba a minha. Eu sinto falta, porque uma bênção é muito importante. Quando alguém fala: “Ô, minha filha, Deus te abençoe”, não é a pessoa que está abençoando você. Não é a gente que abençoa, não, é Deus, mesmo.





Vera Lúcia Damião

Comunidade
Quilombola do Sapé



“Antes, quem cozinhava eram as mães de muitas daquelas que cozinham hoje. Muitas delas já se foram, mas nós continuamos o trabalho delas.”

No Sapé, é assim: no terceiro final de semana de maio tem a Festa de São Benedito; no segundo final de semana de julho, fazemos a Festa de São Vicente de Paulo, padroeiro da comunidade, junto com Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; no terceiro final de semana de setembro, é a Festa de Nossa Senhora do Rosário; e, em novembro, fazemos a Festa da Consciência Negra. Se não for possível fazer a Festa da Consciência Negra no dia de costume, nós escolhemos outra data, mas não deixamos de organizá-la anualmente. O que também é tradição em todas essas festas – e que nós fazemos questão de manter – são as comidas.

A comida do Reinado foi mudando ao longo do tempo: agora, nós fazemos macarrão, tutu tonto e salpicão, que antigamente não tinha. Antes, quem cozinhava eram as mães de muitas daquelas que cozinham hoje. Muitas delas já se foram, mas nós, que somos cerca de oito pessoas, continuamos o trabalho delas. São quase todas do Sapé – e a minha filha, que vem de Marinhos.

Em todas essas festas, nós vamos para a cozinha, e sempre começamos no sábado, na casa do rei da festa. Mas, quando está chovendo ou não temos condições de cozinhar na casa do rei, acabamos fazendo a comida na casa paroquial da igreja. Para a festa de maio, nós fazemos uma lista de compras e quem entrega é o rei do ano. Como é ele que vai servir a comida, ele compra tudo e manda para nós cozinhar. Mas, quando a



comida é farta e pesada de carregar, juntam-se os homens e as mulheres da comunidade e todo mundo ajuda. Muita gente costuma fazer promessa e comunica a alguém das Guardas para ser o rei do próximo ano. Já outras pessoas colocam o nome na lista dos reis porque gostam, mesmo, e porque querem fazer parte da festa. Não tem idade certa, qualquer pessoa pode ser rei.

Muitas vezes, as pessoas da comunidade nos veem cozinhando e logo falam: “Essa comida não vai dar para tanta gente!”, porque, em algumas festas, há muitas pessoas. Nesses casos, nós pedimos ajuda para São Benedito, para que ele aumente nossa comida. E dá certo mesmo, ele sempre aumenta! Todo mundo come bem e ainda sobra comida. São Benedito é um santo de muita fartura. Nossas panelas são grandes e, nelas, cabe muita comida. Costumamos fazer mais de 20 quilos de arroz, 12 quilos de tutu de feijão – com dois copos de cachaça para que o tutu fique tonto.

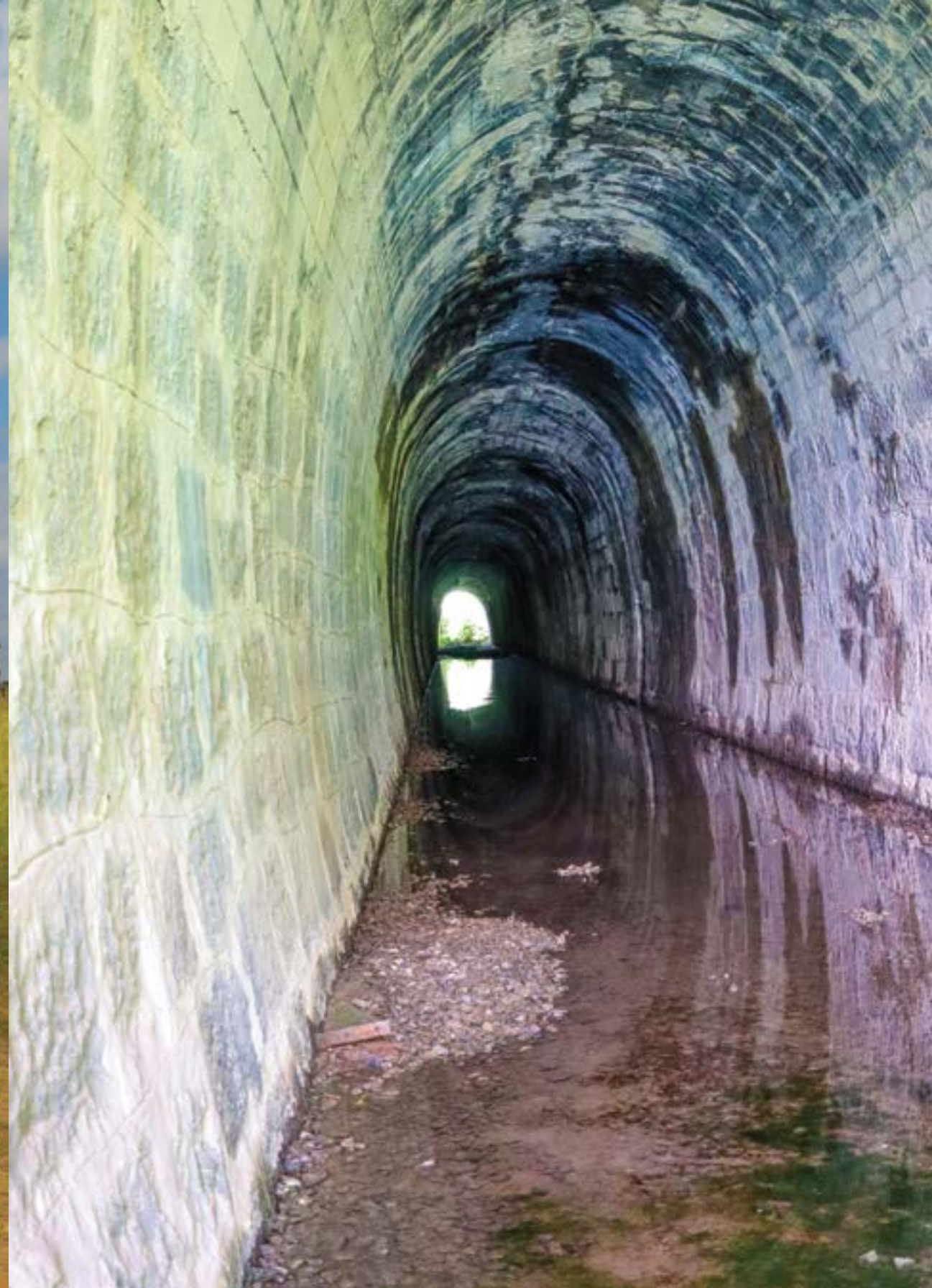
A comida do Reinado é muito gostosa, mas foi mesmo a nossa feijoada da Festa da Consciência Negra que ficou realmente famosa. Nós colocamos pezinho de porco, orelha, focinho, costelinha e *bacon*. Lavamos o feijão e colocamos água, sal e louro. A panela em que fazemos tem que ser bem alta, para cozinhar tudo direitinho, e, no fim, servimos com arroz, couve e laranja.

A comunidade inteira vai, porque gosta muito da nossa feijoada. Vai gente de Brumadinho, Belo Horizonte, Nova Lima, Belo Vale e Chacrinha, de onde as comunidades saem para jogar capoeira e se apresentar. Não podemos, de jeito nenhum, mudar o cardápio, porque todo mundo vai procurando nossa feijoada. Ela já virou tradição.



Comunidade Quilombola de Marinhos







Antônio Alves da Silva (Cambão)

Comunidade
Quilombola de Marinhos

“Eu nasci em Vargem do Sapé e sou um homem muito feliz, porque eu vim do berço de uma comunidade quilombola.”



Eu me chamo Antônio, mas todo mundo me conhece por Cambão, um apelido que veio do munho. Eu trabalhava no comércio e, certa vez, tinha ido buscar fubá em Rodrigues, montado a cavalo e com uma capa preta para não me molhar com a chuva. Quando eu estava chegando à venda, com o fubá, um amigo meu, Valdir, falou: “Ei, gente, vem cá para vocês verem o bitelo de cambão que vem subindo o morro!”. Foi assim que o apelido pegou. Mal sabia eu que cambão é uma peça muito importante, que liga duas juntas de carro de boi. E esse é realmente o meu trabalho hoje, e o que eu gosto de fazer: estar ligando um ao outro e ligando uma comunidade à outra. Por isso veio esse apelido.

Eu nasci em Vargem do Sapé e sou um homem muito feliz, porque eu vim do berço de uma comunidade quilombola. Eu trato o Sapé como uma comunidade-mãe porque ela foi a primeira a ser reconhecida, e também porque, próximo dali, existe um local chamado de Quilombo. Mas Vargem do Sapé está muito ligada a Marinhos, porque, na verdade, somos uma família só. Se formos vendo, todos têm um parentesco. Marinhos e Sapé são uma coisa só, um território.

Marinhos começa com a Fazenda dos Martins, que eu sempre chamo de Fazenda dos Escravos, porque eu aprendi com o meu avô e com meu pai que, ali, as pessoas sofriam. Meu pai me contava: “Meu filho, nessa fazenda dos escravos tem um quartinho no porão com uma janelinha que era onde eles passavam as coisas de comer para os escravos”. Eu tentava fazer meu pai me contar mais coisas, mas ele sempre dizia que dali para frente ele não podia falar mais. Eu imagino que ele não me contava mais por conta do sofrimento, pois ele não queria mais reviver essas histórias. Eu mesmo tenho em casa alguns cincerros, passados para mim pelo meu avô, que eram usados nos pescoços dos negros. Eles colocavam e amarravam os escravos que eles chamavam de fujões.

Tempos depois, um fazendeiro chamado Seu Antônio Hermenegildo, uma pessoa muito boa, contribuiu para a formação da nossa comunidade. Tudo ali era dele, e ele fez com que todos os terrenos dele fossem vendidos para as pessoas que moram no local, hoje, e que construíram Marinhos. A fazenda dele era como uma casa de acolhimento: ele acolhia negros,

brancos, médicos e fazendeiros. E a Lelé, que era sua esposa, cuidava muito das pessoas, era como a médica da comunidade.

O nome Marinhos foi dado por causa de um engenheiro que trabalhava na linha férrea, que se chamava Marinho. Naquele tempo, nomearam a estação de Marinhos, e por ela passavam os trens de luxo, que todo mundo conhecia como Vera Cruz. O pessoal pegava o trem para Jeceaba sem pagar, ficava todo mundo driblando o cobrador. Eu sempre achei que, um dia, isso ia fazer falta, então sempre pagava minha passagem. Hoje, não temos mais o nosso trenzinho, mas posso dizer que fui uma das pessoas que não contribuíram para que ele parasse.

O trem passava nos dois sentidos: tinha o trem baiano, que vinha da Bahia, e o trem de luxo, que ia de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro; e o chefe da estação na época era o Sô Acir, meu pai. A parada do trem sempre foi em Marinhos, e o pessoal do Sapé e do Ribeirão ia todo para lá, pegar o transporte. Era tanto movimento, que em volta da estação começou a ter comércio. Precisava fazer fila para engraxar o sapato, cortar o cabelo no barbeiro e comprar comida. Era preciso chegar à venda uma semana antes e encomendar toucinho, farinha e outras coisas que vinham de fora. Se não encomendasse, não tinha jeito.

O filho do Seu Antônio Hermenegildo e meu primo, José Baú, também tinham uma olaria central que fazia tijolos para vender. Em Rodrigues, tinha a olaria do Seu Eduardo, que fazia telhas e tijolos de adobe. Na casa onde eu nasci, era tudo de adobe, original, que as pessoas faziam com barro de pé. Já a minha casa atual, por exemplo, tem muito tijolo que veio das olarias, e outras casas eram de pau a pique, adobe e telha de sapé – mas tudo era feito em Marinhos, mesmo. Não tínhamos água, e a que conseguíamos vinha da Vargem do Sapé, que era onde o filho do Hermenegildo morava. Lá, tinha uma mina onde a água ia passando, encanada, e enchia uma caixa. Essa água era muito usada para abastecer as máquinas movidas a carvão para o trem, mas também passava por um chafariz onde minha mãe enchia os barris para as casas da comunidade. Ela enchia os barris na lata, punha na cabeça e carregava por aí. Minha mãe cuidava muito das pessoas, e eu também sempre fui cuidado por todos da comunidade.

Na fazenda do meu padrinho de crisma, Amaro, a filha dele, Maria Matusinha, tinha uma criação. Era um gado muito ajeitado e bem cuidado por mim. Eu cuidava deles e parecia que nós ficávamos em sintonia. Quando eu falava o nome das vacas, elas já vinham. Eu me lembro até dos nomes: Mamona, Chatinha, Gaivota, Palmeira. Eu cuidei desse gado por muito tempo. Lá, tinha um curral onde se fazia o embarque dos bois no trem para ir embora para o abate. Nesse curral, pertinho da casa da minha comadre Matusinha, eu cuidava desses animais. Eu punha ração e capim, cuidava da criação, e ela ficava toda linda, mesmo.

Eu sempre ajudei muito a comunidade e sempre participei das coisas do lugar. Por muitos anos, fui presidente da Guarda de Moçambique. Na época, era só o Moçambique e a festa era apenas na comunidade de São José, e começava na sexta-feira e só terminava na terça. Nesses tempos, meu avô Joaquim Jerônimo já era da Guarda, e tenho até hoje sua coroa de Rei Perpétuo. Nós íamos para São José, de mudança no carro de boi do Seu Antônio Hermenegildo, levando os colchões que eram feitos de palha de milho e palha de folha de bananeira, e, por lá, ficávamos até o último dia de festa. Mais tarde, foi fundado o Congo de São Benedito. O Nilton de Paulo, o Raimundo, pai do Cirineu, juntamente com a minha sogra, Dona Jandira, é que participavam.

O Moçambique, ligado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, é o mais antigo da tradição e foi passando de geração em geração. Inclusive, nós temos uma ata muito antiga. Além dele, temos o Congo de São Benedito e a Guarda de Nossa Senhora do Rosário. São coisas separadas, mas tudo é compartilhado.

Também tínhamos o nosso Carnaval, que foi criado pela minha sogra, Dona Jandira. Fazia tanto sucesso que, se for comparar o Carnaval do Rio de Janeiro, hoje, com o que fazíamos, o do Rio ficaria para trás. Até o trem de luxo parava na estação para ver a nossa festa. Naquele tempo, não tinha luz elétrica e, por isso, acendíamos lampião, fogueiras enormes. Meu sogro cuidava das crianças na matinê e, no momento de reunir a turma, ele sempre dizia: “Quem veio aqui para brincar, que sejam todos bem-vindos. Mas aqueles que vieram para atrapa-lhar, a porta em que vocês entraram está ali”.

Outra festa importante era a Festa da Colheita, que minha amada esposa, Leide, criou. Com a ideia de ajudar as pessoas que não tinham como plantar e precisavam de comida, nós juntamos oito famílias, conseguimos uma roça dos fazendeiros e plantávamos sempre juntos. Plantávamos arroz, feijão, milho e vegetais; a terça parte ficava com os fazendeiros e as outras eram divididas entre nós.

Um dia, a minha amada Leide, muito ativa e muito esperta, viu que uma das mulheres que trabalhavam no grupo estava meio distante. Ela olhou a sua marmita e viu que era muito simples, então ela falou: “Isso não pode acontecer. Você não tem que se separar, tem que ficar junto da gente”. Então, cada um tirava um pouquinho da sua marmita e todo mundo comia igual. Ali, não tinha diferença e era dividido igual. Alguma coisa que sobrasse era vendida. E, no final da colheita, passamos a fazer uma festa para compartilhar o que foi colhido com toda a comunidade. Antes não tinha festa, era só a roça. Depois, todo ano tinha, com direito a desfile de carro de boi. Tudo isso era organizado pela Leide.

Deus me deu uma esposa maravilhosa, que também era de uma comunidade quilombola, localizada em Belo Vale. Belo Vale, Chacrinha dos Pretos, Taquaraçu, lá estão os parentescos da minha amada Leide. Na época em que trabalhava com o gado da minha comadre, Dona Matusinha, eu e a Leide ficávamos de namorico na varanda da casa. Se aquele banco falasse, ele teria muitas histórias para contar! Fomos casados por 51 anos, até ela falecer. É preciso ter muito respeito e amor por ela, porque foi alguém muito importante na comunidade. Tivemos momentos muito felizes na nossa vida e, quando ela partiu, eu fiquei arrasado. Mas, um dia, eu estava dormindo e senti que ela me deu uma sacudida muito forte. Conversando com o padre, eu entendi: “Só pode ser um sinal da Leide para eu acordar e viver, aproveitar a minha vida”. Hoje, me sinto curado, e sempre falo com minha filha: “Nossa Senhora me curou”. Essa paixão por Nossa Senhora é incrível, porque ela é nossa mãe.







Nair de Fátima Santana Silva

Comunidade
Quilombola de Marinhos



*“Eu digo isso
para que as
pessoas se
lembrem de
que, quando se
trata da Guarda,
não se pode ter
 vaidade, porque
somos apenas
instrumentos na
mão de Deus.”*

Cresci em Marinhos e a minha infância foi ótima, pois brincávamos livremente. Hoje, não se pode fazer isso, menino nenhum pode fazer isso. Nós corríamos para o Córrego Grande e todos íamos nadar pelados, menino com menina. Não tinha perigo, ninguém fazia bobagem, era tudo na maior inocência. A gente brincava muito na infância. Desde pequenos, nós já trabalhávamos em casa, fazendo comida, lavando vasilha e roupa. Nessa época, nós tínhamos muita dificuldade. Minha mãe sempre fazia arroz, feijão, angu e folha de batata doce. Ou trocava a folha pelo caruru, que é grelo com um creme de abóbora. Ela fazia também muito umbigo de banana e sopa de cará, que eu não gosto até hoje, de tanto que comi quando criança. Como não tínhamos carne, era muito comum comermos quibebe de mandioca, que parecia um mingau branquinho. Quando tinha carne, geralmente era o cambito, o osso da parte do pernil. As pessoas compravam na venda e levavam para nós para, pelo menos, chuparmos o caldinho do osso da pata. Era muito raro ter carne para todo mundo – só quando matava alguma galinha ou porco do quintal.

Da minha infância, eu guardo muita coisa da minha avó Ana. Na noite de São João, do dia 23 para o 24 de junho, ela saía com todos nós por volta das 3h30 da manhã até o córrego para tomarmos banho. A noite era fria, mas a água era morna. Depois de voltarmos, quando chegávamos à cozinha, ela nos sentava em volta de uma roda de fogo que tinha e contava histórias. Naquele momento, já tinha broa de amendoim, João deitado, bolo, leite com café e chá. Ela falava que tinha tudo isso para nós não griparmos. Ela contava histórias de mula sem cabeça e lobi-somem, e nós acreditávamos em tudo.

Também tínhamos o costume de lavar o rosto na água no dia 24 de junho, porque minha avó dizia que, naquele dia, antes de o sol nascer, todas as águas eram bentas e todos os ramos, também. Ela batia na gente com cipó-de-são-joão, principalmente naqueles que eram mais baixinhos, para crescerem. Ela dizia que você tinha que olhar para sua sombra na água. Se você visse sua sombra, naquele ano você não morreria. Se você não a visse na água, naquele ano você morreria. Nós sempre tivemos aquele medo na hora de ver. Depois disso, os córregos foram ficando poluídos e a tradição foi acabando. Até pouco

tempo atrás, eu ainda fazia isso em casa, em uma vasilha na pia, com água. Agora eu parei de fazer.

Minha avó também tinha outro ritual: quando o sol ficava predominando muito, e demorava a chover, ela nos fazia pegar um litro de água ou pedras e ir para Santa Cruz, colocar nos pés da cruz para pedir pela chuva. Era uma coisa engraçada, pois, antes de nós passarmos da porta para dentro de casa, a chuva caía. Nós colocávamos pedras e água no pé da Santa Cruz e rezávamos para ela para que Deus mandasse a chuva. Isso também é uma coisa que eu aprendi com ela e que fica na memória.

Várias tradições fazem parte da minha vida, incluindo o Reinado. Os meus dois avós tinham cargos importantes na Irmandade, um era major e outro era primeiro capitão. O que era primeiro capitão me enfiava desde pequena no meio das coisas para que eu pudesse ser juíza ou princesa. Nessa época, só tinha o Moçambique, que tem hoje mais de 100 anos de idade, e as mulheres não podiam participar. Quando decidiram abrir mão para que as mulheres pudessem participar, era gente demais para ficar em uma guarda. Com isso, resolveram criar o Congo. Uns foram contra, outros foram a favor, mas acabou dando certo criar o Congo e desmembrar o Moçambique. Caiu um bocado de gente do Moçambique, que passou para o Congado, e foi assim que ele foi criado. O Congo é mais de mulheres do que homens, apesar de ter homens também. O canto é das mulheres, mas não quer dizer que os homens também não possam cantar.

Como foi o meu tio que criou o Congo, na época, ele me convidou para ser Rainha Conga da Guarda, que é o cargo maior que tem dentro da Irmandade. Como Rainha, eu não me sentia muito bem, porque não gostava de ficar presa, andando atrás de todo mundo. Depois, eu coloquei a minha tia para ser Rainha no meu lugar, e eu ficava com as meninas na ala, cantando. Com o tempo, minha tia veio a falecer, e minha irmã acabou pegando o cargo de Rainha Conga. As gerações da família ficam envolvidas já na barriga da gente, já dançando junto, e a gente envolve todos na festa para poder continuar dando sequência a ela. Os jovens se afastaram bastante e, em Marinhos, mesmo, nós temos muitos jovens que já não fazem mais parte da Guarda. Mas nós

temos muitos que ainda fazem parte. Tem os que já têm o dom, que já nascem com o dom para bater a caixa. E tem aqueles que já nascem com o dom para cantar.

No mês de maio, nós temos duas festas do Congo e Moçambique, que acontecem no primeiro domingo, em Rodrigues, e no quarto domingo, no Sapé. No primeiro domingo de maio, é a Festa de Santa Cruz, e no quarto domingo, é a Festa de São Benedito. No primeiro domingo de agosto, a festa acontece também em Marinhos e, no terceiro domingo de agosto, é a Festa de Nossa Senhora do Rosário na comunidade de cima, em São José. Quando chega setembro, a gente volta para o Sapé com a Festa de Nossa Senhora do Rosário, e quando chega o mês de outubro, nós encerramos essa festa, em Marinhos, com Nossa Senhora do Rosário. Essas festas são a coisa que mais nos fortalece, que nos dá força para seguirmos nossa luta.

Ao longo dos anos, as festas mudaram muito, até mesmo os nossos instrumentos. Nossos tambores eram pequenos, feitos de cipó, e agora eles são bem maiores. Ainda são feitos em Marinhos, meu irmão e meu primo que fazem, mas os materiais são diferentes. Antes, o couro era pregado no arco com tachinhas, tudo de preguinho, e agora já não é mais feito desse jeito. Agora é feito com corda, tirante e essas coisas que meu irmão usa. De vez em quando, eu brigo com eles porque eu sou meio antiquada, mas eles acabam vencendo. Os jovens foram querendo mudanças, escolhendo as caixas maiores, porque eles acham que faz mais barulho, que soa mais. Os patangomes e os guaiás eram feitos



de caeté, que é uma planta que tem muito na região. Agora, eles colocam esferas, e o barulho, para mim, é diferente. Eu prefiro o caeté, porque acho que o som é mais agudo e forte do que o das esferas. Mas, infelizmente, os jovens gostam, e tem horas que a gente precisa abrir mão. Temos que preservar e valorizar as coisas antigas, mas não podemos ficar presos só na antiguidade.

Independentemente dos instrumentos, eu costumo falar que, às vezes, nós alcançamos muitas graças através dos nossos batidos e cantos de louvação. Eu digo isso para que as pessoas se lembrem de que, quando se trata da Guarda, não se pode ter vaidade, porque somos apenas instrumentos na mão de Deus. Já houve graça de pessoa estar com câncer terminal e alcançar a cura só de ouvir a música dos tambores através do telefone. Já houve até caso de pessoa surda voltar a ouvir. Para nós, isso é gratificante. São muitas graças que nós alcançamos, mas a maioria das pessoas não tem noção do que elas conseguem com canto de louvação. Às vezes, se tira o canto sem saber o que está cantando, sendo que ele é uma súplica profunda. Eu acho bom lembrar isso sempre para que as pessoas não tenham vaidade.

A maioria das Guardas de fora ensaiam as batidas e os cantos para as festas, mas nós, não. Não ensaiamos batida, não ensaiamos canto, não ensaiamos missa. Essas coisas simplesmente vêm. A gente trabalha no Espírito Santo, mesmo, que nos orienta junto com São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Eles nos direcionam, e assim vamos seguindo o nosso legado, a nossa cultura, a nossa fé e a nossa ancestralidade.

Eu tenho o lado desse meu avô, que é o Maçambique, o Congado e essas coisas todas. Já o legado do outro avô foi para outro tipo de ancestralidade, que é de oração, de reza, de

adoração de Ladainha. Tem uma adoração natalina em que ficamos rezando e cantando a noite toda. Começamos às 10h da manhã e terminamos às 6h da manhã do outro dia. Isso eu já herdei dele. A Ladainha sempre foi em latim, e ele nos fez aprender para podermos rezar. Essa tradição foi acabando, porque a maioria dos jovens não quer mais saber. Eu acho que as raízes e as tradições dessa oração são algo que não podemos deixar acabar, porque é uma riqueza que nós ainda mantemos.

Geralmente, são as mulheres que cantam, mas temos também um dueto com os homens. Só de falar que tem dueto com os homens, eles aceitam para nos peitar. Vai dando aquela vontade neles de nos desafiarem e de virem dar seguimento às nossas orações, aos nossos louvores. Isso é o que nos fortalece, é o que nos mantém vivos no nosso dia a dia para enfrentarmos as dificuldades.

Todos os dias, nós temos que lutar para afirmar que somos pessoas negras, que nós podemos, que conseguimos fazer qualquer coisa e que não precisamos mudar nada em nós. Temos que ser quem nós somos, cultivar nossas tradições, que são riquíssimas, e seguir em frente, sem vergonha de festejar e de louvar. Hoje, muita gente fica fazendo a cabeça dos mais novos para o lado errado. Nós temos que lutar contra isso para manter nosso sagrado. E também explicar para as pessoas aquilo que fazemos, porque muita gente confunde Guarda com terreiro e com centro espírita. Cada uma dessas coisas é uma, e nenhuma tem a ver com a outra. Não é que eu não goste dessas religiões, eu respeito todas elas, desde que respeitem a minha. Nós somos mais da louvação a Deus, a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, mesmo. E assim nós seguimos, apesar das dificuldades.

Desde então, nossa associação está sempre em luta, apesar de as coisas custarem, porque tudo é mais difícil para nós. As pessoas, muitas vezes, acham que nós, da associação, somos privilegiados. Acham que conseguimos as coisas com facilidade e, na verdade, não é assim. É um trabalho árduo, que demanda que nós doemos praticamente a nossa vida para arrumar as coisas para a comunidade. Uma grande provação que tive, enquanto fui presidente da Associação, foi o rompimento da barragem no Córrego do Feijão. Para mim, foi um tormento. Quando soube do ocorrido, me lembrei de que meu irmão estava trabalhando lá, meu sobrinho estava lá, além de primos e de amigos. Meus parentes

sobreviveram, mas morreram dois rapazes de Marinhos, o Geralzinho e o Júnior. O Geralzinho tentou fugir com meus parentes, mas não deu conta porque tinha um problema na perna. Ele falou com os meninos: “Corre que eu não dou conta”. Um dos meninos queria até voltar para poder pegá-lo, mas não conseguiu. Graças a Deus, os nossos, pelo menos os parentes, se salvaram todos. Mas morreu muito amigo nosso nesse dia.

Depois do acidente, nós ficamos isolados, e tínhamos que passar ali, de ônibus, vendo aquela coisa toda, encontrando as carretas pesadas e a passagem estreita. Depois, a Vale abriu caminho e veio reunião atrás de reunião. Foi um horror o que aconteceu. Nós somos comunidades tradicionais, mas nós só recebemos a metade do dinheiro do salário emergencial. E eu costumo até falar que nós somos mais atingidos do que o pessoal que mora dentro de Brumadinho, sem contar os familiares de vítimas, porque o pessoal que mora em Brumadinho ficou com tudo lá: farmácia, médico, o ir e vir para Belo Horizonte. Nós, não. Nós ficamos sem nada. Por isso é que eu costumo falar que a gente continua sendo atingido. Nenhum dinheiro do mundo vai reparar a vida das pessoas e o ambiente, que também foi degradado. Na comunidade, o que nós mais queremos é o respeito por sermos uma comunidade tradicional.

Quando saíram os documentos da certificação que nos reconheceu como quilombolas, quem articulou foi o Antônio. Lembro que fizemos um teste de DNA na igreja, com nossa saliva, para ver qual era nossa origem. A maioria dos resultados desse exame constatou que nós éramos afrodescendentes, e isso deu mais força ainda para sermos reconhecidos como quilombo.

Eu tenho muito orgulho de falar que eu moro na Comunidade Quilombola de Marinhos, porque é onde viveram os meus ancestrais – o meu pai, os meus avós e meus bisavós. Pode-se contar nos dedos quem não é parente por lá. Se você escolher a dedo, todo mundo acaba sendo parente, e os que não são parentes são amigos do peito, do coração, como se fossem nossos irmãos de sangue. Tanto faz Rodrigues, Ribeirão, Sapé ou Marinhos, pois todo mundo é parente. As características das comunidades são diferentes, as vivências e as pessoas, também. Mas é como se diz por aí, é tudo parente, apesar das diferenças. Somos todos entrelaçados.





Teresa Sant'Ana Alves

Comunidade
Quilombola de Marinhos

*“Eu tive seis
filhos com
meu marido,
e nossa história
se mistura
com a história
das festas
de Marinhos.”*



Eu tive seis filhos com meu marido, e nossa história se mistura com a história das festas de Marinhos. Quando as crianças eram pequenas, iam para o caminho perto da linha de trem todos os dias, à tarde. Até quando estava chovendo eles iam e, quando íamos ver, estavam todos sujos de barro. O lugar que eles tinham para brincar era ali.

Quando um dos meus filhos tinha dois anos, ele teve um problema que começou nas pernas, uma coceira que inflamava. Nós fomos a tudo quanto era médico, mas nunca passava. Ele tomou até injeção de Benzetacil, mas, quando parecia que ia sarar porque a ferida estava secando, ela abria de novo, de tanto que coçava. Outros médicos receitaram um óleo para passa depois do banho e que queimava muito, então o menino chorava feito doido.

Na época, tinha uma benzedeira e um farmacêutico em Marinhos, que cuidavam das pessoas. Eles me ensinavam a fazer chá de várias coisas, mas a ferida nunca melhorava. Alguém me mandou dar banho no menino com erva-de-santa-maria e até banho de sangue de tatu. Até isso eu fiz: meu marido pegou um tatu, matou, tirou o sangue dele, colocou na água e demos banho. Parecia que a coisa ia secar e acabar, mas logo voltou tudo de novo. Também fizemos doce com um cipó que não tem na região. Meu marido foi até a Serra da Moeda para buscar esse cipó. Nós pegamos, cozinhamos a folha e fizemos um doce de leite com ela. Era muita coisa que receitaram: raízes, eu tinha tentado várias. Andava até o mato para achar as tais raízes, mas também não funcionavam.



Por fim, meu filho teve uma pressão alta e teve que ficar 12 dias internado em Brumadinho. Ele inchou demais da conta. E, no dia em que eu fui buscá-lo no hospital, o médico me disse para não deixá-lo ir brincar no mato ou no campinho, porque ele não iria se curar. Ele me disse: “Dona, esse menino da senhora não tem cura. Sabe aquelas pessoas que ficam sentadas na rua, doentes? Daqui a uns dias, você vai ver o menino da senhora sentado assim também”. Virgem Maria! Aquilo foi um aperto no meu coração! Eu cheguei em casa e contei para meu

marido, Geraldo Pedro, o que o médico tinha me dito. Ele me disse: “Ele vai curar, sim”, e foi quando fez uma promessa para São Sebastião. Ele começou a fazer uma festa pedindo intervenção de São Sebastião e, graças a Deus, o nosso menino sarou. Jogava muita bola no campinho e andava para todos os lados no mato, e a ferida nunca mais voltou. Desde então, meu marido passou a fazer a festa todos os anos, para agradecer ao santo, até seu último ano de vida.

A festa durou muito tempo, enquanto ele viveu. No último ano, ele fez a festa em janeiro e, em abril, ele partiu. Mas, desde então, somos muito devotos de São Sebastião. A Festa da Comunidade foi ele que criou também, e sempre

acontecia no segundo domingo de setembro. Na época, havia um desentendimento entre a comunidade de São José e a comunidade de Marinhos, então meu marido deu a ideia de fazer essa festa para juntar as comunidades. Cada vez, a festa era em um lugar. Era o Geraldo que inventava todas essas festas e continuou levando-as para frente até quando pôde.



Lenilda Maria de Carvalho Alves

Comunidade
Quilombola de Marinhos



“Nessa época, a estação era nossa grande diversão. As moças todas ficavam para lá e para cá na passagem do trem, e os rapazes ficavam doidos, atrás.”

Eu sempre trabalhei como doméstica e com artesanato. Participo do grupo Negro por Negro e gosto muito de fazer parte dessas coisas. Bordar eu nunca consegui, essa parte não deu certo para mim. Eu sei alguns pontos, mas aqueles bons, mesmo, eu não consegui aprender. Então, fui para as bonecas. Eu enchia as bonecas, pintava, fazia os olhinhos e as roupas.

Na minha época de criança, cozinávamos no fogão a lenha. Como nós éramos muito pequeninhas, minha mãe colocava o banquinho e nós subíamos e descíamos. Fazíamos arroz, feijão, angu e verdura. Toda a vida, essa coisa foi da gente. Nesses tempos, tinha um córrego que todo mundo conhecia, o Córrego Grande, que tem esse nome até hoje. A água era muito limpinha, chegava a ser azul. Aos domingos, nossa família, as colegas e os colegas íamos para lá. Quem sabia nadar entrava, e quem não sabia ficava ali, olhando. Era uma delícia. Hoje em dia, ninguém mexe com essa água mais, porque as descargas caem todas dentro delas. Em Marinhos, nunca teve rede de esgoto, então tudo cai nessa água. Isso desvalorizou a água do Córrego Grande, que era muito boa.

Por muito tempo, nós pedíamos a Brumadinho para instalar a rede de esgoto, mas ninguém ligou para nós. Há mais de 20 anos, um padre que morou no seminário teve condições de fazer um pontinho para dar água para as quatro comunidades. O projeto se chamava Água Cristalina 2000. Ele fazia quermesses e mais um tanto de ações para arrecadar dinheiro. Até conseguiu furar um poço, e todo mundo ficou alegre, porque antes buscávamos água na bica. Até o ano 2000, tínhamos que buscar água na bica, que ficava na casa da Maria Helena. Meu marido ia de bicicleta, colocava os garrafões do lado e enchia de água para cozinhar, lavar vasilha, lavar roupa e tomar banho de bacia. Não tinha outra água limpa por perto. Lá no Sapé, havia mais bicas e mais nascentes. Tinha também o córrego onde eles criaram uma



lavanderia. Ali, já morreu muita gente! A pessoa bebia água, caía dentro d'água e morria afogada.

A escola, antigamente, também era muito diferente. Só tínhamos até o quarto ano, e nós éramos muito pintadeiras! Nós não ficávamos quietas e, como as professoras eram bravas, sempre tomávamos “couro”. As professoras passavam a mão na vara e batiam, colocavam bago de milho e feijão na porta para que a gente ajoelhasse em cima. Era assim a escola para nós. Tínhamos uma professora, a Maria Serafim, que nos ensinava muitas coisas. Nós aprendemos a fazer quadro vivo, em que pegávamos uma pessoa, a vestíamos de santa e falávamos que era um quadro vivo. Na igreja, nós colocávamos uma cortina tampando e, na hora da coroação, nós abríamos o quadro vivo. O pessoal da igreja ficava de boca aberta.

Eu sou devota de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Fátima, e sempre ajudo nas festas do Reinado. Eu também participava da Festa da Colheita, junto com a Leide. No tempo dela, ela nunca deixava a festa acabar, mas, depois que ela se foi, nunca mais tivemos o festejo. Ela participava, inventava cantos para a festa e nós sempre ajudávamos. A festa surgiu porque as famílias que passavam dificuldade conseguiram uma rocinha, que um fazendeiro de Rodrigues cedeu, e se juntavam para plantar milho, feijão, arroz e outras coisas para terem o que comer.

Como sobrava muita coisa, eles faziam a festa e colocavam o restante para vender. Quem mobilizava tudo isso eram a Leide e o Antônio, que faziam na festa a dança da peneira – que muita gente confunde com a dança das Marias do Quilombo, parte do grupo Negro por Negro.

O Negro por Negro começou assim: uma menina muito sábia, muito curiosa, procurava tudo que queria saber na internet, ou perguntava para as pessoas. Essa menina é chamada por todos de Dina. Um dia, estávamos todos na igreja e ela

disse: “Ô, gente, por que nós não inventamos uma dança com as mulheres mais experientes do quilombo?” – nós não gostamos de falar “mulheres velhas”, preferimos “mulheres experientes”. Ela juntou todo mundo e começou o grupo, procurando saber dos cantos dos mais velhos. Nós a ajudamos e aprendemos a cantar com ela. Sempre ensaiávamos no seminário da igreja e já nos apresentamos até em Mato Grosso!

A Dina e a Leide são exemplos de pessoas que sempre fizeram o elo do quilombo. Assim como elas, muitas outras mulheres são importantes para nossa história. A Dona Jandira, mãe da Leide, por exemplo, era nossa parteira. Ela era de Chacrinha, uma cidade quilombola, mesmo, e se casou em Marinhos. Ela cuidava muito das mães, mas, quando via que não seria possível ajudar, ela mandava o pessoal para o hospital. Dona Jandira também era rainha do Carnaval, e ela e seu marido desfilavam no pátio da estação do trem. O trem ficava parado muito tempo, ali, para que as pessoas ficassem vendo a festa, os bichos e as fantasias. Nós andávamos pelas ruas da comunidade e terminávamos na estação.

Nessa época, a estação era nossa grande diversão. As moças todas ficavam para lá e para cá na passagem do trem, e os rapazes ficavam doidos, atrás. Uma vez, um menino bonito e moreninho, chamado Walter, deu um beijo no rosto da nossa amiga Maria Lúcia na hora do recreio, e ela veio correndo dizer que estava grávida. Nós éramos bobas demais, achando que um beijo engravidava! Mas todas acabaram se casando com homens do lugar, mesmo, porque tínhamos medo dos viajantes. E foi assim que nossa comunidade foi crescendo.

Quando quiseram reconhecer Marinhos como quilombo, o pessoal fez reunião para nos explicar tudo. Havia gente mais velha que sabia mais do que nós sobre nossa história, mas já tinham morrido. Mesmo assim, muitas pessoas souberam contar como nos formamos, e como era a vida durante a escravidão. Se nossos antepassados estivessem vivos, eles contariam tudo, porque presenciaram o que era a escravidão. Lá nos Martins, havia correntes onde os escravos apanhavam. E muita gente, até hoje, ouve gemido, barulho de batida e barulho de panela. Eu falo que é assombração, porque ali já foi lugar de escravidão. E lugar de escravidão é lugar de sofrimento. Nós não passamos por isso, mas sabemos pelas histórias que os mais velhos nos contaram.





Lecilda Ana de Carvalho

Comunidade
Quilombola de Marinhos



“O nosso carnaval era demais, uma coisa de doido! Cada pessoa era um bicho diferente.”

Minha mãe sempre esteve em Marinhos e meu pai veio de longe, de Santos Dumont, para trabalhar de guarda-chaves na estação de trem. Ele era solteiro, conheceu minha mãe e ficou em Marinhos. Eu também nasci e me criei no mesmo lugar. Saí de Marinhos por um tempo, para trabalhar em Brumadinho, mas, depois que me aposentei, voltei para minha casinha no quilombo.

Na época em que eu estudei, as aulas aconteciam em um salão grande. Como ainda não tinham feito a escola, nós estudávamos ali mesmo. Ia gente do Ribeirão, do Colégio e de Rodrigues estudar em Marinhos, e não tinha outro lugar. Não eram essas carteiras com mesinha que temos agora, mas bancos, com encosto comprido, colocados um atrás do outro, parecendo banco de igreja. Antigamente, a quarta série e a terceira ficavam juntas, com um professor para as duas turmas. O quadro era dividido no meio: de um lado, para os alunos do terceiro ano e, de outro, para os do quarto. Era muito bom!

Depois, construíram a escola oficial, e todos os alunos passaram para ela. Eu me formei e acabei trabalhando também na escola, durante 22 anos, até me aposentar. Trabalhava na cozinha, preparando a merenda das crianças.

Quando a minha irmã Lenilda era ainda pequena, nossa mãe a ensinou a fazer comida. Tínhamos um fogão a lenha alto, e ela não alcançava. Minha mãe, então, colocava um banquinho para ela subir e lá ficava ela, cozinhando. Ela aprendeu com nossa mãe e eu aprendi com ela, que me ensinou a fazer arroz, feijão, angu, carne, verdura, essas comidas do dia a dia. Depois que minha mãe morreu, éramos nós que fazíamos comida, junto de uma tia que morava em Massangano e veio para cuidar de nós, até o meu pai se casar novamente. Nessa época, era difícil para ele cuidar de seis filhos, pois trabalhava o dia todo na estação de trem e não tinha muita folga.



O trem era uma coisa de louco. Em uma parte da frente, embarcavam os bois saídos do pasto, todos forrados, correndo em direção ao vagão. Os bichos do zoológico de Belo Horizonte também passavam por Marinhos. Às vezes, meu pai estava na estação e nos chamava: “Amanhã é dia de passar os vagões de bichos, vão lá para vocês verem”. Passava leão, macaco, zebra, tudo que se pode imaginar. Nessa época, o principal meio de transporte era o trem, não tinha outra condução.

Hoje, no trem só passa minério, mas, antigamente, era bem menos, porque o trem era para as pessoas. Passava o Vera Cruz, que era de luxo; o N2, que vinha da Bahia; e o misto, que vinha de Lafayette e ia direto para a Estação Central, em Belo Horizonte. Ele passava na Parada da Dona, em Coronel Eurico, e depois vinha por Marinhos até sair por Brumadinho, passando

pela parada do Inhotim, que se chamava Funil. Depois, passava em Melo Franco, Alberto Flores, Sarzedo, Ibitaré, Barreiro, Ferrugem, Calafate, Gameleira, até chegar ao centro da capital. Demorava duas horas para chegar lá e era muito barato. De repente, começou a conversa de que o trem iria acabar – e não era por falta de gente, porque eles sempre estavam lotados. Era mesmo por causa da entrada do minério de ferro. Depois que cortaram o trem, as conduções ficaram muito mais difíceis, porque não tinha ônibus para irmos aos

lugares que precisávamos. Foi uma época bem difícil.

Mas também tinha muitas coisas boas, como o nosso carnaval. Era demais, uma coisa de doido! Cada pessoa era um bicho diferente. Tinha o macaco, o galo, o boi, a mula... tinha de tudo. A cada ano, o pessoal reformava as fantasias do ano anterior. Meu pai era a mulinha: ele mandava fazer um balaio oval e, no meio, um buraco para a pessoa entrar. Ele pegava duas pernas de calça e sapatos, e enchia tudo com palha.

Então, ele forrava o balaio e pregava as duas pernas do lado, para dizer que era a perna de quem estava dentro. E, por

fim, montava a mula, com rabinho, cabeça e tudo. Aquilo era um encanto!

A mãe do Sarampo era o pitêu. A gente morria de medo, porque o pitêu era grande, parecendo aqueles bonecos de Olinda. Quem estava dentro do boneco segurava uma cruz e, por cima dela, vinha um pano de chitão que formava os ombros e a cara. A gente ficava ali, olhando, sem saber quem estava lá dentro. Todo mundo ficava com medo. Quem fazia os bonecos e as roupas era a turma toda. O meu pai, o avô do Rei, o Seu Vicente, o Seu Domingo, todo mundo se juntava para produzir a festa.

E nós vestíamos umas saias de papel crepom de todas as cores, pregado com um elástico. Às vezes, o boi vinha correndo, passava o chifre e rasgava a nossa saia. Era só risada! Nós também éramos doidas para ter cabelo grande, então fazíamos um cabelo longo de fibras de pita, que é uma planta que dá no mato, com uma folha larga. Nós pegávamos a pita e cortávamos. Fazíamos um molho grande e trazíamos para o quilombo, onde tinha uma mina com uma pedra grande em que se batia a roupa quando lavava. Nós batíamos a pita na pedra até ela soltar um caldo verde e os pedacinhos virarem uma fibra branquinha. Comprávamos tinta preta, tingíamos aquela fibra e aquilo virava o nosso cabelo. Amarrávamos em cima e com o resto nós fazíamos tranças, amarradas com lacinhas. Os colares eram de conta de lágrima de Nossa Senhora. Saíamos pelo quilombo e enchíamos as vasilhas. Limpávamos tudo, passávamos a mão na agulha com corda de pescar e íamos passando pelos buraquinhos. Fazíamos colares, pulseiras e anéis. Era lindo.

A estação de trem de Marinhos tinha um pátio grande, onde o pessoal trabalhava. De noite, eles pegavam bambus, colocavam óleo e acendiam com um pavio. Não tinha luz elétrica, era tudo lamparina e lampião. E quem tocava eram os rapazes da Chacrinha, perto de Belo Vale, da família da Leide. Eles traziam violão, sanfona e reco-reco e participavam com a gente. Quem movimentava o carnaval era a Jandira, avó do Rei, que montava tudo na escola com os meninos e eles vinham todos fantasiados, cantando:

Ô iê iê, ô iá iá, montado na mulinha devagar eu chego lá.

E iam repetindo.





Sapé

Percido Meira (Pelé)

Comunidade
Quilombola de Marinhos

*“Dizem por aí
que muitos
escravos
trabalharam
para fazer essas
linhas de trem
que passam
por Marinhos.”*



Desde quando eu nasci, eu já era Pelé, e muita gente me conhece, em Marinhos, por Pelé. Quase ninguém sabe o meu nome direito, porque ele é diferente. Quando eu nasci, eu ia me chamar Vanderlei, mas acabou que outra mãe pegou o nome para o filho dela. Meu padrinho, então, disse que ia arrumar um nome que ninguém no Brasil teria. E foi assim que me batizaram de Percido. Minha mãe me chamava pelo nome, mas ela não falava direito, ela dizia Percide. Com meu pai, era a mesma coisa, ele não conseguia. Por isso eu gosto mais de Pelé.

Quando eu comecei a me entender por gente, a vida era muito difícil. Nós íamos para a escola, mas nem chegávamos a estudar direito. Saíamos de pé no chão, porque não havia dinheiro para comprar calçado, e nossa roupa era feita com o tecido daquele saco de carregar açúcar que a mãe da gente comprava. Nosso pai plantava roça e sempre falava que, na colheita seguinte, ele compraria sapatos para nós. Ficávamos na esperança, mas, depois de colher o milho, nem dava para fazer isso. Nós éramos 13 pessoas e nem sei como estamos vivos até hoje, porque, do jeito que meus pais viviam, sem emprego nem nada, era muito complicado. Nós fomos criados através do alimento do quintal, do sustento do quintal e da rapadura. Por isso eu falo que levamos uma vida de escravo, mesmo. O que nós já passamos, no passado, eu chamo de escravidão.

Inclusive, dizem por aí que muitos escravos trabalharam para fazer essas linhas de trem que passam por Marinhos. Dizem que ficou muita gente enterrada embaixo dessas rampas, porque as pessoas não davam conta de fazer o trabalho e eles matavam e enterravam a pessoa ali mesmo. O tio do meu pai, que morreu muito velho, chegou a trabalhar nessa linha e sempre dizia: “Ô, menino, você não acredita numa coisa. Debaixo dessas rampas, desses barrancos de linha, tem muita gente enterrada”.

Quando perguntávamos aos mais velhos o que era escravidão, eles respondiam que a pessoa trabalhava carregando feixe de cana através do chicote. Se ela não aguentasse carregar o feixe, eles batiam na pessoa até ela morrer ou mantinham a pessoa presa em um quarto. Eles sempre tiveram essa memória e, se não viveram, ouviram dos mais antigos. Os antigos também falavam que Marinhos era quilombo, mas eu nunca vi isso. Para mim, quilombo é o lugar das pessoas que

têm muita dificuldade, que não têm dinheiro para comprar nada, que não têm uma casa bem feita. Hoje, não temos isso mais, pois está todo mundo mais tranquilo, mas, na época dos meus pais, a situação ainda era difícil.

Eu e meus irmãos fomos criados através da cangaia, esse saco que transportava a cana para moer e fazer rapadura que era colocado no lombo do cavalo. Era tudo arrumadinho, tinha uma coberta grande, uma fornalha e as forminhas, todas limpinhas, onde se colocava o melado. O cavalo ficava rodando, meu pai colocando a cana, e a garapa ia saindo por baixo, direto para um tacho grande. Depois que o tacho ficava cheio, já com o fogo aceso, nós o pegávamos pela alça e colocávamos na fornalha para ferver. Quando o melado estava bem moreninho, tirávamos e enformávamos. Todo mundo da região passava para comprar a rapadura. Por ali mesmo eles compravam, partiam e comiam. Eu mesmo já bebi muita garapa por ali.

Esse engenho de cana é antigo, tem peças muito velhas e peças mais novas que meu pai foi substituindo. Eu mesmo gostaria de mexer, mas dependemos de madeira boa, jacarandá ou peroba. São madeiras que não racham, muito resistentes e difíceis de encontrar. Nós fomos criados através desse engenho, porque meu pai não tinha emprego. Desse tipo de engenho, só tinha ele na região. Ele comprava os alimentos com a venda da rapadura. Ele morreu com 93 anos e, até os 90, ele subia o morro carregando cana nas costas. Ele também plantava milho e arroz, e depois socava tudo no pilão.

Além disso, tinha o moinho de fubá, que ficava em uma parte mais baixa porque era rodado a água. Esse moinho já era bem antigo. Acho que foi o avô do meu pai que construiu. A criação tinha galinha, porco e cabrito – cujo leite era muito bom. Falavam que tomar leite de cabrito reforçava os ossos, e todas as pessoas que tomavam esse leite davam um estalinho no joelho, igual a quando os cabritos andam.

Além de plantar e cuidar do engenho, meu pai também me ensinou a construir. Ele também era pedreiro, mas desses que só mexiam com casas de pau a pique, barreçadas com barro e telhado de sapé. Ele começou a fazer essas casas quando eu tinha 12 anos, e eu ficava acompanhando. Ele usava só terra de barro encontrada no quintal, perto do brejo. O lugar era cheio de barro

branco que virava aquela argila branquinha, que chamamos de tabatinga. Usávamos o barro nas paredes e no chão. Quando reformamos a casa onde moramos, fizemos com alvenaria de tijolo queimado, e quem fez foi meu irmão, com esse barro. Ele fez e meu pai levantou. Depois, ela ficou velha e precisamos reformar novamente, mas ainda estamos para acabar. Uma casa dessas, feita de barro, dura muitos anos. Enquanto estiver com telhado, ela não cai. Inclusive, em Marinhos, tem uma venda antiga. Ela caiu, mas o adobe continua de pé.

Um tempo atrás, toda casa era assim, na base da ajuda e do mutirão. O pessoal levantava a casa e, com uma semana, fazia tudo, porque juntava muita gente. Uns cortavam madeira dentro do mato, outros faziam o adobe e outros já estavam arrancando o sapé para cobrir. Quando pensavam que não, a casa já estava de pé. Hoje, você vai bater uma laje e tudo é cobrado, não tem mais essa ajuda.

Eu estive trabalhando por três anos em Nova Lima, construindo aquele condomínio Vale dos Cristais, que pertence ao dono da fazenda que fica perto. Quando eu acabei de construir, me colocaram para trabalhar de motorista, levando os filhos deles para a escola. Eu fazia de tudo: trabalho de pedreiro, de motorista, de faxineiro, de jardineiro e até de cozinhar. Nem fritar um ovo a dona da casa sabia, e era eu quem tinha que ensinar. Por isso, eu ainda acho que existe escravidão, porque nós trabalhávamos muito e não nos pagavam um preço justo. Depois de dois anos, eu decidi sair, porque não estava gostando e, lá, nós ficávamos muito presos. Aí, o patrão me disse: “Como você está de carteira assinada, você vai para a fazenda e vai mexer com obra por lá”. Eu fui e fiquei trabalhando para eles ali. Até hoje, eles me chamam para fazer coisas.

Inclusive, recentemente, eu fiz para eles um muro de pedras na estrada da fazenda. Se alguém achar que estou mentindo, pode ir lá verificar. O muro é alto mesmo, e quem vê pensa que foram os escravos que fizeram – mas não. A única pessoa, em Marinhos, que faz esses muros sou eu. Eu faço de tudo: muro de pedra, casa de pau a pique e até casa moderna.





Comunidade Quilombola de Ribeirão







Orias, Maurina, Deusdete, Creuza e Marcília Braga

Comunidade
Quilombola de Ribeirão

*“Nossas casas
eram feitas por
nós mesmos.
Todo mundo
vinha ajudar,
fazia um junta-
ajunta: ajudava
um, ajudava
outro e, por
isso, era rápido
construir.”*



Orias de Paulo Braga

No Ribeirão, antigamente, não tinha nada, só mato. Chovia muito e dava muita enchente nesses fundos afora. A gente vivia no meio da água e pegava peixes na peneira, para comer frito ou assado. Até passarinho a gente comia, porque era tudo muito difícil. Os pais tinham uma dificuldade danada para criar os filhos. Eu, praticamente, não estudei. Comecei a fazer aula, mas não fui em frente, para ajudar meu pai na roça. Vontade de estudar eu tinha, mas as coisas eram difíceis e meu pai não me deixava ir à escola: “Você tem que seguir comigo na roça”, ele dizia. Eu e meu irmão, então, acabamos plantando milho, arroz, feijão, abóbora, cará e mandioca. A gente tinha que fazer isso para ajudar nosso pai.

Nessa época, também não havia luz elétrica, a luz eram os vagalumes. Cortava bambu, enchia de pano, colocava quero-sene e saía, alumando a casa dos outros. Dentro de casa, usava uma lamparina, chamada de “candeia”, que hoje não existe mais. Já os ricos usavam lampião. A eletricidade só chegou tempos depois, quando a Cemig colocou um relógio na parte mais alta da comunidade. Depois disso, o pessoal mesmo puxou os cabos e ligou em suas casas. Isso foi na época em que o José Ernesto era prefeito de Brumadinho. Foi ele que levou a luz para Ribeirão e também registrou esse nome, porque antes não tinha nome e era conhecido como Ribeirão Ponte Pedra.

Para entrar na comunidade, era preciso passar por dentro do córrego, por cima de uma pinguela feita no braço. Quando o rio enchia e não dava para atravessar, tinha que correr para a fazenda da Bagagem na parte mais alta, até a água baixar, e tinha que ir até Marinhos fazer compras. Era uma época muito difícil, mas, como menino, a gente sabia se divertir. Quando o pai libertava das tarefas, iam todas as crianças rolar na areia e pular na água, o dia inteiro.

Essa areia, onde a gente ia brincar, o pessoal tirava para fazer casa ou vender. Uns vinham com caminhão, até que embar-garam essa prática. Se você encostar o caminhão e pegar areia, em um instantinho os outros o denunciavam e a polícia chega, pedindo para parar. Para tirar areia ou cascalho, hoje, é preciso

ter licença. É até bom, porque deixa a areia quieta. Eu tenho a impressão de que as pessoas acham que vão tirar ouro dali. Elas acham isso porque esse fundo todo tem ouro, é só arrumar uma bateia. Já acharam muito ouro embaixo desses córregos.

Todas as casas também recebiam água de uma nascente que tinha lá em cima. Era um reguinho, mas dava muita água, que servia a todo mundo. Mas foram vendendo os terrenos, aos poucos, e alguns compradores fizeram uma lagoa que segurou a água. Agora desce muito pouco. Nossas casas eram de pau a pique e de adobe, feitas por nós mesmos. Primeiro, preparava o barro, o terreiro e a forma, e fazia o adobe. A madeira era tirada do mato, mesmo, e o telhado era de sapé ou de telha curva, feita por um fazedor de telhas, perto dos Martins. Todo mundo vinha ajudar, fazia um junta-ajunta: ajudava um, ajudava outro e, por isso, era rápido construir.

A gente desconfia que o local era um quilombo por causa da fazenda histórica dos Martins e da fazenda de Três Barras, que ficam próximas de Ribeirão. Lá, trabalhavam os escravos e, até depois de terminar a escravidão, a coisa continuou. Antigamente, o pessoal, em Ribeirão, ainda era igual a escravo. Trabalhavam descalços e, se quisessem calçar, tinham que fazer uma alpercata de pneu. Ninguém recebia para trabalhar, e eu acho que quem faz um papel desses só pode ser escravo. Em troca do trabalho, recebia uma ordem para ir comprar coisas básicas.

Essa terra inteira era ocupada pela nossa família, mas, ao longo do tempo, fomos perdendo as parcelas. Você sabe como é: os fazendeiros foram dando um jeitinho e tomando as terras. Meu bisavô, João Delfino, mexia com vaca e também com um engenho que tinha em Ribeirão, onde produzia rapadura para vender no Aranha e em Marinhos. Já meu pai recebia uma mixaria e não conseguia comprar muita coisa para comer. Minha mãe não gostava de cozinhar para ele, então ele mesmo colhia abóbora e cozinhava na panelinha de ferro. Foi ele que me ensinou a fazer comida e, por isso, eu cozinho até hoje. Eu gosto de fazer arroz, macarrão, carne e couve.

Nossa avó também cozinhava e tinha um quintal com muitas folhas de chá e erva de bicho que ela usava para curar o umbigo do pessoal todo de Ribeirão. Ela se chamava Maria, e só netos chamavam a avó de Mãe Gorda, porque ela era altona.

Todo mundo respeitava minha avó porque ela fazia parto, curava umbigo, benzia e fazia remédio de raiz. Tudo era ela que resolvia.

Ela dizia que segunda, quarta e sexta-feira eram os dias bons para benzer, e o que mais acontecia era vento virado e aguamento. Quando um menino está querendo alguma coisa e você não dá, ele fica aguado. E se ele pegar aguamento, fica barrigudo, com a nuca funda e o pescoço fino, e vai emagrecendo até morrer. Nenhum médico acha esse negócio, só benzedeiro, mesmo, é que resolve. A gente, tendo fé, cura.

A fé também move nossas festas. Em Ribeirão, eu faço parte de um grupo de Folião, que muita gente acha que é a mesma coisa da Folia de Reis. Mas é diferente! No Folião, tem os palhaços que saem pegando oferta e fazendo palhaçada e, na Folia de Reis, tem os três reis magos. Eu fiz o Folião porque conheci, quando era pequeno, já que existia um em Marinhos. Naquela época, eu ficava olhando e acompanhando os palhaços passando nas casas, e, em 2010, me veio a ideia de fazer um. Eu não fiz pesquisa nenhuma, pois já me lembrava de tudo. Só fiz uma reunião na igreja com o pessoal e chamei todo mundo para fazer, comprei o pano para fazer a roupa dos palhaços e assim se formou o Folião de Ribeirão.

Minha família era do Moçambique. Meu tio Zé Maria, de Santa Efigênia, era do Sapé e foi quem levantou a Guarda em Brumadinho. Eu comecei com ele e entrei na guarda com oito anos, quando arrumamos uns tamborins e começamos a bater. Antigamente, não existia a igreja de Santa Efigênia, havia só um cruzeiro. Fomos nós que lutamos para fazer a igreja. Nós saíamos rua afora segurando uma bandeira, a Guarda batendo e o pessoal beijava a bandeira e colocava dinheiro. Fomos juntando, juntando, até que conseguimos levantar a igreja.

Todas as vezes em que fazemos festa, as cozinheiras se juntam e fazem muita comida: macarrão, tutu tonto, carne, verdura e refrigerante. Elas pede doações para os órgãos públicos e para a vizinhança, e, dias antes, já se começa a cozinhar e bater feijão, limpar carne, temperar, dividir os homens para preparar as trempes, fogão de pedra improvisado, buscar panelas com as pessoas das comunidades e as escolas. Cozinhar já é uma grande festa, e todo mundo conhece a nossa comida – tanto que eu digo que não pode mudar, porque as pessoas já sabem que nossa

comida é desse jeito e gostam muito de como ela é. A comida é muito boa!

Além da comida, também temos nossos cantos. Na Folia, eu canto a chegada da bandeira, canto quando encontro com a outra bandeira, canto quando chego às casas e também para pedir a esmola. A gente cantava e o pessoal respondia, batendo caixa e tocando violão, pandeiro meia lua e cavaquinho. No Moçambique, não se pode usar instrumento de corda, somente patangome e caixa. E no Congado e no Folião, pode pôr sanfona, violão e cavaquinho, mas não pode ter guaiás. Cada um tem seus instrumentos.

Hoje, eles são todos comprados, mas, antigamente, a gente é que fazia. Eu acho que, quando fazia na comunidade, era melhor, porque mantinha a tradição. Se for para fazer uma caixa, eu mesmo ia fazer os preparos e o couro de bezerros. Tem que ser couro de criação mais nova, para fazer mais barulho. Tocar nas Guardas é coisa séria, é quase uma guerra. As Guardas disputam entre si até cansar, até não saber mais verso nenhum. As Falias não se encontravam, mas, quando se encontravam, tinha disputa; os encontros que existem, hoje, não tinha antigamente. Por exemplo, Moçambique topando com Moçambique – beija a bandeira um do outro. Não é brincadeira, não, pois um costuma invejar o outro. É tão forte a inveja que costuma até a corda do instrumento arrebentar.

Tem muita espiritualidade na Folia. Um dia, o pessoal estava saindo com o Menino Jesus e a bandeira e parou em uma encruzilhada. Aí, eu mandei seguir, porque não pode parar. Se parar na encruzilhada, a Folia não segue mais. A encruzilhada tem um segredo, se você para nela, acontece algo que você não segue mais, só volta para trás. Precisamos seguir sempre em frente, com Nossa Senhora, como diz a música da saída da Folia:

“Senhora dona da casa, a Folia vai embora.

A Folia vai embora.

Vocês fiquem aí com Deus, eu vou com Nossa Senhora.

Eu vou com nossa senhora”.



Maurina de Paula

Nós nascemos e fomos criados em Ribeirão do Paraopeba, e eu sou a mais velha de todos os nossos irmãos. Todos da nossa família gostavam de música, principalmente a minha mãe. Todos somos músicos e tocamos vários instrumentos: enquanto um trabalha, o outro toca.

Quando uma irmã está triste, a outra começa a cantar e transmite alegria para a primeira, contagiando-a. Nós, irmãos, costumamos nos reunir no alpendre onde passamos nossa infância para tocar. Nós sempre fazíamos muita coisa, cantando: íamos para a escola, todo mundo caminhando a pé, descalço, com a capanginha do lado, carregando um caderninho e um lápis. E cantando, doidas para chegar a hora da merenda, para comermos mingau.

Eu fui, ainda menina, cuidadora de crianças em uma casa de família, em Brumadinho. Nessa época, morei na casa do Tio Zé Maria, que tinha um violão e foi me ensinando a tocar. Apreendi tudo com ele, que ia me mostrando e explicando direitinho como fazer. Ele era do Sapé e era integrante da Guarda de Moçambique dos Bibianos. Depois disso, fui para Belo Horizonte, onde cantei no Coral da Copasa. Fiz a primeira audição e passei para ser soprano.

Alguns anos atrás, fomos convidadas para participar do evento da Consciência Negra e, nessa ocasião, formamos um coral composto só por mulheres da família. Foram as tias, as mães e as sobrinhas, mulheres negras do Quilombo de Ribeirão. Decidimos nomear o grupo de Pérolas Negras. A nossa primeira apresentação foi com a música *Quilombo Axé*, que fala de quilombo, de pessoas negras e de racismo. Fizemos uma apresentação em Ribeirão e, como as pessoas gostaram muito, fomos convidadas pelo Quilombo de Sapé, seguido do Quilombo de Marinhos e também do de Rodrigues. Hoje em dia, nós não vivemos sem música, somos uma família que vai interagindo através do som. A música nos levanta.

Deusdete de Paula

Eu me casei em outubro de 1982 e, nessa época, os casamentos na região eram grandes bailes. Enquanto o sol não acordava, a gente não parava. Era sanfona, violão, pandeiro e cavaquinho, igual a pagode e forró. Nessa época, lembro que, no Ribeirão, ainda não tinha luz elétrica. A energia chegou no ano seguinte ao meu casamento, em 1983. Era um pauzinho que cortava no mato para puxar a luz para as casas. Não era toda casa que tinha luz, teve muita que ainda viveu anos com lamparina e vela, e a gente brincava nesse escuro sem luz, só com a iluminação clarinha da lua, não tinha medo de cobra nem nada, mas, para entrar no mato, sempre falava a oração de São Bento:

“São Bento, Água Benta, deixa eu passar aqui. Arreda cobra, arreda bicho, Deus adiante, pai na guia. Em nome do pai, do filho e do Espírito Santo”.

E funciona: não se acha cobra nenhuma. Eu entro no mato e já falo a oração, para não encontrar nada.

Em algumas situações, a gente se acostumou a chamar por proteções, igual à proteção ao cansaço. Você pede licença a ele, pega o cansaço e ele nem te queima. Se não pede, ele te empola toda. Nós comemos muitos pratos com cansaço. Tem que picar, bem picadinho, e socar até ele até virar uma bolinha. Pode fazer o cansaço com uma costelinha ou uma carne moída bem feitinha. É gostoso e tem muita vitamina, mas tem que ser na época dele, porque ele está em extinção e tem vezes que a folha dele está dura.

Toda a vida eu fui apaixonada por fotografia. Meu patrão me pagou o curso e, por muito tempo, eu fiquei com vergonha porque, lá, só havia pessoas claras. Mas me trataram bem! Fiz o curso todo, terminei e me deram diploma. Hoje, eu já esqueci algumas técnicas porque parei de fotografar, mas eu adoro. Tirava fotos das festas, dos casamentos e dos eventos na igreja. Tenho até hoje as máquinas e a filmadora.

Creuza Maria da Conceição Araújo

Eu saí do Ribeirão pela primeira vez, para trabalhar, com 13 anos. Meu primeiro trabalho foi em Brumadinho, como babá, e depois fui aprendendo a cozinhar, a lavar roupa, a cuidar da casa e a fazer faxina. Qualquer coisa que precisar fazer eu faço.

Quando fui viver em Belo Horizonte, arrumei um namorado e fomos morar de aluguel. Era um aluguel atrás do outro, não parava de aparecer. Dava uma piscadinha, era aluguel em cima. Um dia, minha mãe falou:

“Ô, minha filha, eu estou com muita dó de você. Eu vou te dar um pedacinho de terra para você construir um barraquinho, nem que seja de dois cômodos, para você enfiar a cabeça com os seus filhos.”

Ela me deu esse pedacinho e eu fui zelando, até que fiz a minha casinha. Desde então, tenho o meu pedacinho para viver e vou levando a vida no Ribeirão.

Logo que construí a minha casa, comecei um jardimzinho. A primeira planta que plantei foi a coroa de Cristo e, depois, muita margarida. Eu ia à casa dos outros, via umas plantinhas bonitinhas e pedia a muda para plantar – não tinha vergonha, mesmo. Minha vida são as plantas, e só eu que mexo nelas, porque, se eu deixar para os homens mexerem, eles roçam todo o meu jardim.

Nossa avó, mãe da nossa mãe, benzia, cuidava, sabia dos remédios e era parteira. Foi vendo minha avó e minhas tias que aprendi sobre as plantas que, hoje, tenho no jardim e também sobre a benzeção. A arruda é uma planta que se usa muito para benzer. Além dela, eu tenho hortelã, poejo, funcho, alfavaca, panaceia, que é conhecida também como baba de onça, e tipos diferentes de ervas cidreiras. A panaceia é um ótimo anti-inflamatório, enquanto a trançagem é usada para a garganta. Para dor de ouvido inflamado, usamos o saião, que é um santo remédio, também usado para o estômago. Você pega o saião, bate com água e, mesmo sem coar, você toma aquela batida. Quando eu estou gripada ou sinto uma diferença no corpo, eu faço chá de hortelã, gengibre e erva cidreira. Em um instante, a gripe vai embora. Todo mundo que fica gripado corre para cá, pois sabe que eu conheço o poder das plantas.

Marcília de Paula

Eu sou nascida em Ribeirão do Paraopeba, que também é conhecido como Ribeirão Ponte Pedra, por causa de uma ponte que tinha ali, na parte mais baixa do quilombo. A comunidade foi fundada pelo nosso bisavô, João Delfino, que tinha uma fazenda no local. Depois, chegou meu avô, Orias Delfino, que continuou a história. No Ribeirão, hoje em dia, vivem cerca de 700 pessoas – um cálculo feito a partir do número de casas cadastradas no sistema da água.

Quando eu era pequena, todo mundo em casa saía para trabalhar. Cada um trabalhava para ajudar a manter a nossa família, enquanto eu ficava tomando conta da casa e ajudando o papai na roça. Como ele não tinha terras, combinava a “meia” com o fazendeiro: o terreno era do fazendeiro e quem plantava era meu pai. Na hora de colher, metade ia para o dono da terra e metade para o meu pai, que vendia quase tudo na vendinha. Pouca coisa vinha para dentro de casa. Junto do meu pai, eu aprendi a mexer com feijão, café, arroz, milho, batata e amendoim. Fazia chuva ou sol, nós estávamos lá, dando o melhor de nós.

Quando nosso pai tinha alguma comida, colocava dentro da camisa e saía para colocar embaixo de uma moita de banana no quintal. Depois que ele ia embora, nós íamos lá, pegávamos um pouco e devolvíamos o resto para o esconderijo dele. Quando nossa avó, Mãe Gorda, pedia para levarmos marmita para nossos tios na fazenda, nós comíamos um pouquinho, arrumávamos o que restava e fechávamos a marmita. Nossa avó cozinhava muito bem. Era ela que cuidava de nós quando nossa mãe saía para trabalhar. Foi a mesma tradição com a geração dos nossos filhos.

Naquela época, os bois tinham mania de morrer nos pastos do Ribeirão, seja por picada de cobra ou porque caíam no buraco e era preciso sacrificar. Quando um boi morria, era só festa. Pegávamos a foice e um saco de linhagem e pegávamos as carnes todas. Como não tinha geladeira, nós limpávamos, rachávamos a carne, colocávamos sal e secávamos no sol. Quando um vizinho matava um porco, ele dividia para todo mundo no saquinho de arroz ou na folha de banana, e todo mundo comia. Até hoje, costumamos fazer isso, embora em menor quantidade que antigamente: cada pessoa contribui com o que tem, cada um da comunidade gera um pedacinho de carne para pôr dentro das casas.





Caetano Maria Braga

Comunidade
Quilombola de Ribeirão



*“Por mais triste
que seja, essa é a
nossa história, e
até meus filhos
me dizem, hoje,
que precisamos
registrá-la, pois
ela é parte
importante de
quem somos.”*

Eu tenho 21 filhos, fui casado com duas mulheres ao mesmo tempo. Eu e Maria, com quem me casei no papel, vivíamos em Rodrigues e tivemos nove filhos. Já com a Fina, eu tive 11, que cresceram no Ribeirão. Nesse meio tempo, me envolvi com outra mulher e tive outra filha. Atualmente, vivo com a Fina e, até o presente momento, tenho 41 netos, além de oito bisnetos.

A fazenda do meu pai era em Ribeirão, assim como a nossa casa antiga, que era toda barreada. Muitas das casas da comunidade fui eu que ajudei a fazer. Eu rapei muita parede com a munheca. Pegava o barro, de qualquer lugar, e a madeira, que precisava ser mais resistente. Nós usávamos paus de capoeira, porque, naquela época, eucalipto era só para gente rica.

Quando alguém ia construir uma casa, todo mundo ajudava. Era a turma toda unida, pais, filhos, irmãos e vizinhos! Nós falávamos que era o momento do junta-ajunta – e não é a junta do joelho, não. Nós dizíamos que faríamos um junta-ajunta porque era dia de digitório, que significava ajudar sem cobrar. Antigamente, ninguém falava em “fazer de graça”, mas, sim, “vai ter digitório”. Nós fazíamos muito isso.

Todas as casas de Ribeirão foram construídas assim, com um ajudando o outro. Até as crianças ajudavam com o que podiam, nem que fosse para carregar água. Quando uma de nossas filhas tinha três anos, ela colocou fogo na casa por acidente e queimou tudo. Antigamente, nós usávamos quero-sene, e tinha um lampião em cima da cabeceira da cama. Nossa filha ia riscando o fósforo, que não acendia, e ia jogando para



trás. Como o último que ela jogou estava aceso, pegou fogo em tudo. Depois disso, construímos outra casa. Um pedaço dela era com adobe e o resto era de pau a pique. Tempos depois, fizemos uma cozinha em digitório. Veio o Orias, veio o Paulinho, os meninos da Geralda, e nós fizemos. Todo mundo sempre ajuda.

O chão era de terra e, para varrer, precisávamos borrifar água. No Sapé, faziam o piso de barro, mas, como o barreiro era muito longe, acabamos fazendo de terra. E no telhado, acabamos usando umas telhas da fazenda do meu avô, que era mais rico. Tudo o que os fazendeiros tinham ele também tinha, incluindo um moinho d'água, curral e carro de boi.

A água da comunidade vinha de cima, descia de uma mina que passava pelo moinho de água velho. De lá, passava pela casa de pedra do vovô rico, ia para a casa do Orias e para a casa do João – a água era dividida para a comunidade toda. Depois, a água foi acabando, porque estão desmatando tudo em volta. Todo mundo lavava as coisas na bica, até que, em 2000, o padre Lalo, chileno, fez um poço, na mesma época em que a bica secou.

Dizem que o Ribeirão começou com a doação de algumas terras de um fazendeiro da Fazenda das Três Barras a quatro escravizados, que foram os primeiros moradores do lugar. E, desde então,

uma grande família se formou, pelo casamento de primo com primo. Agora, tem muita gente da cidade que comprou terras, porque o pessoal foi vendendo ao longo do tempo. Mas, antes, no Ribeirão, era tudo família. Todo mundo era Braga, só um ou outro que era misturado.

As conversas para o reconhecimento do Quilombo de Ribeirão começaram na fazenda de Martins. Juntou o Cambão, de Marinhos, o Gilmar, do Colégio, a Maria, de Rodrigues, e a Marilene, de Ribeirão, para ficarem responsáveis pelos documentos. Toda essa movimentação começou porque a empresa Ferros ia tomar conta de Ribeirão, que ia se transformar em uma lagoa de rejeito. Se não tivessem feito isso, a comunidade ia acabar. A Ferros fica em Moeda e, por conta da água em abundância do córrego que passa em Ribeirão, eles fariam uma barragem. Tudo ia descer de lá e chegar até a barragem – já estavam trabalhando para indenizar todo mundo e nos tirar de Ribeirão. Como eu era um dos primeiros a morar no lugar, muita gente veio me perguntar se eu iria vender para eles. Na época, eu não entendia muito e, realmente, pensei em vender e sair de Ribeirão. Mas o pessoal acabou se mobilizando e entrando na luta, até conseguir o certificado de quilombo.

Hoje, meus filhos falam que, para nós, foi uma valorização, e que agora ninguém tira a gente de Ribeirão, só se quisermos sair, mesmo. Quando saiu a vacina contra a Covid-19, imaginávamos que ela ia demorar a chegar, porque estavam vacinando, primeiro, os médicos. Mas quando eles disseram que os quilombolas seriam vacinados em seguida, foi uma grande vitória.

Eu sempre contei histórias dos escravizados da nossa região, mas meus filhos sempre ficavam espantados e com medo, e não queriam guardar na cabeça. Era duro o trabalho: eu mesmo trabalhei muito nas fazendas. Não existia trator, não existia máquina, os tratores eram os negros e o trabalho era pesado. Eles batiam nos escravos, maltratavam, deixavam sem comer. Como era uma coisa triste e ruim, ninguém quis guardar na memória. Mas, por mais triste que seja, essa é a nossa história, e até meus filhos me dizem, hoje, que precisamos registrá-la, pois ela é parte importante de quem somos.



Josefina do Rosário (Dona Fina)



Comunidade
Quilombola de Ribeirão



“Graças a Deus, todos os meninos que passaram pelas minhas mãos estão aí. Eu costumo benzer com água, fazendo umas cruzinhas, ou receita uns chás.”

Eu nasci na comunidade de Colégio, mas me considero mais de Ribeirão, para onde me mudei quando tinha 14 anos. Fui junto com a minha mãe, o meu irmão e o filho do meu padrasto, José Sebastião, porque sua família era de Ribeirão.

Quando ainda vivia em Colégio, eu e meu irmão, Eduardo, acompanhávamos minha mãe à fazenda que ficava perto da minha casa. Enquanto minha mãe trabalhava, nós dois ficávamos na varanda, brincando e mexendo nas tabuletas – éramos pequenos, eu tinha cerca de quatro anos. Nessa fazenda conhecemos três escravos: dois homens e uma mulher. Os homens trabalhavam roçando mandioca e carregavam os balaies cheios, no ombro, cortavam e moíam cana, preparavam a lenha, faziam todo tipo de trabalho pesado e usavam roupas de algodão feito na roda de tear. Eu via esses homens na fazenda e tinha muito medo, me pareciam ser muito grandes, por isso, nunca conversei com eles, mas observava que eles comiam do lado de fora da casa e o capataz, que se chamava “Sertanejo”, comia na cozinha.

A mulher era já mais velha, ela era responsável por lavar a roupa na bica, varrer a casa, além de outros serviços, mas sempre vinha brincar um pouco comigo e meu irmão. Quando alguém chamava por ela, ela corria e entrava para a casa. O tempo passou e eu não sei o rumo que levaram os três, mas o capataz ficou na fazenda até que ficou muito doente e foi levado embora para sua cidade de origem.

Minha família é toda do Colégio. Hoje, tem poucos parentes daquele tempo, mas a maioria das pessoas que estão lá ainda fazem parte da minha família. Várias pessoas me perguntam por que a comunidade se chama Colégio e se, em algum momento, teve um colégio ali. Eu comento que nunca houve colégio e que não sei o porquê do nome. Ninguém nunca me contou nada sobre isso. Minha escola eu fiz em Sapé, onde hoje é o salão. Fiz até o terceiro ano, já que o quarto, na época, era em Marinhos, e eu não tinha condições de ir a pé, sozinha, até lá. Eu me lembro de que só eu que passei para o quarto ano e, como o resto não passou, eu não tinha companhia para ir. Então, estudei só até o terceiro ano.

Foi aí que começamos a trabalhar na roça, plantando batata, feijão e milho para os outros. Trabalhávamos para os fazendeiros da região, como o Jorge Murilo, os Barroso e o

Laurico. Fazia chuva ou fazia sol, nós sempre estávamos lá. Minha mãe, mesmo, me ensinava o que eu sei, e eu fazia tudo direitinho. Já minha avó fazia tudo quanto era quitanda e doce, mas, como tínhamos menos condições que ela, não conseguíamos fazer o que ela ensinou à minha mãe. A mãe foi criada fazendo os balaies de biscoito e a gente já não tinha como fazê-los. Por isso é que ela não fazia tanta coisa diferente, ela cozinhava o que tinha.

Minha avó sabia muito de plantas, a mãe também sabia e a gente sabe alguma coisinha. Eu já benzi muita gente em Ribeirão, gente de vento virado e com mau olhado. Muitas pessoas me perguntam por que os meninos ficam de vento virado, e eu sempre digo que não sei explicar como ele aparece. Falam que o menino assusta e fica com vento virado, mas o que causa isso eu não sei dizer. A gente apenas vê o que o menino está sentindo. Em cada um, dá uma coisa diferente: muitos costumam ter diarreia ou, às vezes, uma perninha fica maior que a outra. Se não benzer e desvirar esse vento, o menino pode até morrer. Remédio nenhum sara, chá nenhum sara, só mesmo o benzimento.

Graças a Deus, todos os meninos que passaram pelas minhas mãos estão aí. Eu costumo benzer com água, fazendo umas cruzinhas, ou receito uns chás. Há poucos dias, uma menina estava com a garganta inflamada, e eu disse para fazer o gargarejo de bicarbonato com água morna e sal, e ela melhorou. Nesses dias, eu também cacei poejo para fazer chá para a minha netinha, mas não tinha em lugar nenhum. Ela estava gripada, mas não achamos o poejo. Antigamente, eu tinha poejo, macela, hortelã e levante. Já tive muita erva, mas agora não tenho mais porque as galinhas não deixam. Eu digo que quero cercar uma área para eu ter minhas plantinhas de volta.

Nesses tempos mais antigos, quando precisávamos de médico, nós íamos para Brumadinho. Tínhamos que carregar os meninos nas costas, ir até Marinhos e pegar o trem para Brumadinho. Depois, Deus nos abençoou e foram chegando os postinhos de saúde perto de nós. Tem um em Marinhos e outro em Martins, com médico uma vez por semana, toda quinta-feira. Mas, quando vamos ao médico, evitamos falar para eles das plantas, porque eles costumam não aceitar. Hoje, se você falar com um médico que você deu um chá, ele vai dizer que não pode

fazer isso. Medicina tem dessas coisas, mas a gente sabe como nossos saberes funcionam.

Eu andava muito nesses matos da região e, certa vez, fui com a Eliana buscar lenha. Eu deixei a Eliana na beirada da estrada e falei: “Você fica quietinha aqui, não desce do barranco que eu vou naquela moita, porque é capaz de achar algum pau”. Eu já tinha pegado uns poucos e me lembro que, quando levei o pé para frente, senti aquela fincada. Quando olhei para baixo, o sangue já estava saindo e a cobra estava lá, em pé, com o pescozinho levantado. Puxei a Eliana e voltamos correndo – e, ali, eu já estava começando a falhar. Um dos meninos foi até o Colégio chamar a mãe que benzia, e outro foi lá perto de Marinhos, onde havia um senhor, que também benzia a distância.

Nisso, meu pé já estava bem inchado e inflamado. O pessoal colocou batata de dália para não deixar o sangue subir. E eu ainda estava grávida de cinco meses... Eles queriam ir para Brumadinho, mas eu não queria, de jeito nenhum. Não teve outro jeito, acabamos indo para lá. Eu fiquei no hospital por três dias, ganhei alta e voltei para casa. Todo mundo ficou preocupado: “O menino vai nascer manchado, o menino vai nascer com sequela”. Graças a Deus, nasceu normal. Nessa época, nós ganhávamos os meninos todos em Ribeirão.

Todo mundo nasceu na comunidade, e era a Dona Geralda que fazia a maior parte dos partos, mas alguns eu mesma fiz, sozinha. Quando foi a vez da Vanessa, minha filha mais nova, eu falei que teria que ser no hospital, por causa dos exames pré-natal. Eu nunca fiz pré-natal de nenhum dos meus filhos, mas tive que fazer quando foi o da Vanessa. O povo falava que, se não fizesse pré-natal, e se fosse preciso ir ao hospital, o



hospital não aceitava. Eles punham todo tipo de coisa na nossa cabeça e, aí, eu comecei a fazer o pré-natal.

Na comunidade, quando o bebê nascia, nós passávamos óleo de mamona com fumo para o umbigo cair. A Tia Rosária fazia o óleo, mas, nos últimos partos que eu fiz, eu tive que comprá-lo, porque a gente quase não achava mamona. Dependendo do lugar, o povo cortava os pés e não tinha como aproveitar. Eu experimentei fazer o óleo uma vez, mas não deu certo, porque rendeu muito pouco. Com um litro de mamona, eu consegui fazer um vidrinho pequeno, sendo que, com o mesmo tanto, a Tia Rosária fazia uma garrafa. Dizem que a gente não pode ficar nervoso, que é preciso ter calma. Acho que foi por isso que não consegui.

Já as quitandas da minha avó nós não conseguimos fazer porque não temos o forno que ela tinha. Na casa dela, era aquele forno de terreiro, feito de cupinzeiro. Hoje, tudo é a gás. Quando pegamos um cupinzeiro para fazer forno, quase não tem cupim mais. Se é uma casa mais novinha, eles estão lá, mas, se é velha, eles não ficam, não, porque ela não serve mais para eles. Serve para abelha, marimbondo, esses bichos todos. Se, quando pegamos, vemos que tem cupim ainda, nós largamos no chão até eles irem embora, ou colocamos para as galinhas comerem. Depois disso, cortamos e vamos remontando, até virar aquele

cupim grande, que é o nosso forno.

Dá pra fazer muitos doces nesse forno, como a broinha de melado que minha avó fazia. Nós moíamos a cana, colocávamos para secar e, quando dava aquele meladinho, nós guardávamos. Depois, em vez de colocar açúcar, minha avó colocava melado e deixava dentro do coité. A gente era pequeno e ficava doido para ajudar, mas ela não deixava. Ela colocava coco, balançava o coitezinho, fazia bolinha e virava na folha de banana. Ficava aquela coisa mais bonitinha!



Maria Matusinha (Sussuca)

Comunidade
Quilombola de Ribeirão



“Trabalhei muito para trazer ônibus para Ribeirão, para construir a capela e, também, para trazer a luz até a comunidade.”

Eu nasci em um lugar chamado Limeira, um pouco depois de Martins, onde tem a fazenda histórica, na casa do Marco Antônio. Lá, era terra de fazendeiro, também, e os meus pais trabalhavam por lá. Meu pai ficava mexendo no curral e plantava uma lavourinha pequena, onde tinha arroz, feijão e batata. Naquele tempo, tinha muita capoeira na região, então, tínhamos que cortar tudo para plantar batata. Também tinha muito esterco e, por isso, a horta era sempre farta.

Um tempo depois, minha família se mudou para o Colégio, onde meu pai começou a trabalhar de empregado com o Geraldo Monteiro, outro fazendeiro. Lá, ficaram pelejando, daqui e dali, procurando sempre um jeito de comer. Ele tomava conta da fazenda, tirava leite das vacas e levava para vender em Colégio, todos os dias. Colocava 100 litros de leite nos cavalos e levava até lá, para entregar na cooperativa. Um dia, meu pai jogou na loteria, ganhou um dinheirinho e comprou um terreno em Moeda, onde fez uma casinha de seis cômodos. Foi nessa época que eu me casei com o Dilson e me mudei para Ribeirão, onde construí minha família. Hoje, tenho cinco filhos e cinco netos.

Na igreja, eu fui secretária, depois ministra da eucaristia por uns 16 anos e, também, presidente da associação por mais de dez anos. Trabalhei muito para trazer ônibus para Ribeirão, para construir a capela e, também, para trazer a luz até a comunidade. Eu escrevia os pedidos à mão e ia até o gabinete do prefeito. Há cerca de 13 anos, quando eu tive um aneurisma, minha cabeça deixou de ajudar. Tive que fazer uma cirurgia e,



por causa dela, parei por uns tempos. Nesse momento, passamos as responsabilidades da associação para outras pessoas.

Meu filho é técnico de enfermagem e estudou em Brumadinho. Para esse menino ir à escola, ele saía de casa às 5h da manhã para apanhar, perto das palmeiras, o ônibus que vinha da Moeda. Além do meu filho, tinha outro menino de Ribeirão, afilhado do Dilson, que também pegava o ônibus. O ônibus vinha da Moeda e os dois iam apanhar lá embaixo, até que falaram: “Se vocês arrumarem pelo menos oito pessoas, o ônibus pode começar a passar no Ribeirão”. Foi assim que comecei a

correr atrás. Para conseguir esse ônibus para nossa comunidade, tive que fazer muita viagem para Brumadinho. Quando eu chegava lá, parecia até que o prefeito se escondia de mim, pois sempre falavam que ele estava fazendo alguma viagem. Foi difícil demais. Fui batendo na perna, lutando e lutando, até conseguir vencer.

Enquanto isso, o Dilson e o Becão, que trabalhava para ele, fizeram uma parte da estrada onde o caminhão e os carros conseguiam manobrar. Antes, tinha que ir até a boca da ponte para subir ou para entrar no Ribeirão, mas eles fizeram as duas entradas que existem hoje. E eu, nessa época, corri atrás de arrumar mais seis meninos para o ônibus passar pela comunidade.

Na casa do Caetano foi um: ele não queria deixar o Guilherme pegar o ônibus de jeito nenhum, mas eu paguei para ele se matricular, porque não tinha certidão. O Dilson pagou do bolso dele, me ajudando. Não foi fácil, mas arrumei os seis meninos para inteirar os oito e o ônibus começou a passar em Ribeirão. Agora, graças a Deus, tem uns quatro ônibus na volta do dia. E, antes, só tinha escolar.



Edson da Silva (Dilson)

Comunidade
Quilombola de Ribeirão



*“Eu sempre
pelejei na minha
situação, mas
agradeço por
sempre ter tido
uma turma
trabalhando
para mim, em
troca do que
eu fazia.”*

Eu sou uma das pessoas mais velhas do Ribeirão e, junto com o Tio Caetano e o Zito, do boteco, nós vimos muitas coisas passando. Eu nasci na casa que era da minha avó, na entrada da comunidade de Ribeirão. Hoje, a casa não existe mais, porque fizeram outra em cima. Quando meu pai foi trabalhar para os ricos, assim como toda pessoa pobre da época, nós passamos a morar no terreno da casa deles por uns tempos. Ali atrás mesmo, no mato, ele fez nosso barraco.

Nosso bisavô, João Delfino, era o dono de todo esse Ribeirão. Ele foi o primeiro morador da comunidade e tinha um terreno que ia desde a beirada do córrego, na entrada de Ribeirão, até a parte mais alta. Deviam ser quatro ou cinco alqueires. Ele era preto, mas também fazendeiro: tinha bois, carros e até outro terreno fora de Ribeirão, perto de São José.

Nessa época, não havia nem luz nem água no quilombo. Foi muita luta para que essas coisas chegassem até Ribeirão. A eletricidade chegou por volta de 1980 e a água, em 1998. Nessa época, um padre do Aranha começou a ir para Ribeirão e decidi que iríamos colocar poços na comunidade. Ele dizia que juntaríamos 18 mil réis e faríamos oito poços artesianos. Todo mês, eu saía para as comunidades coletando 5 mil réis de cada pessoa. Ia até Marinhos, onde era o seminário dos padres, e passava para eles o dinheiro arrecadado. No fim, gastamos mais de 200 mil, mas fizemos os poços, que foram inaugurados em 2000: um em Ribeirão, um no Colégio, um no Sapé, um em Marinhos, um no Coronel Eurico, um na Toca e outro na Maricota.

Não houve nenhum envolvimento do governo. Quem correu atrás fomos nós mesmos. O Cambão, de Marinhos, foi quem conseguiu para nós 70 hidrômetros. Nós nunca ganhamos com esses trabalhos, fazíamos isso pela comunidade. O meu serviço, mesmo, é plantando batata doce, milho, feijão, cará chinês e arroz para levar ao Ceasa. Eu vou falar a verdade: a rotina era muito difícil.

Eu plantava minha batata doce, meu jiló, minha marimba e minha abóbora para levar ao Ceasa e, em troca, conseguir dinheiro para comprar meus pedacinhos de terra. Eu e meu genro colocávamos a cangaia na égua e íamos até a roça, com as caixas vazias. Chegando lá, andávamos pela roça afora, catando os

legumes todos, que embalávamos na folha, colocávamos na égua e nas nossas costas, e descíamos morro abaixo.

Foi meu pai quem me ensinou a mexer com a terra. De manhã cedinho, quando ainda fazia geada, ele ia trabalhar de enxada e foice na mão. Roçava pasto, picava lenha de metro para queimar e plantava fumo. Eu comecei a trabalhar com ele para o Artur Rosa, que tinha um carrinho de boi. Eu, com meus dez anos de idade, era o candeeiro – a pessoa que vai na frente do boi, o guiando. Comecei guiando o boi e levando a cana para moer ali no engenho.

Depois, mais velho, comecei a fazer boteco junto do Toninho do Zuca, para ganhar um dinheiro e criar nossos filhos. Nós comprávamos cerveja e refrigerante nos comércios do Sapé e, às 8h da manhã, já fazíamos uma barraca para as vendas – principalmente durante as festas. Acordávamos às 3h da manhã para descascar batatas e fritar pastéis com sardinha e carne moída. Como naquela época não tinha luz, nós gelávamos as bebidas no barro mesmo do brejo.

Eu sempre pejei na minha situação, mas agradeço por sempre ter tido uma turma trabalhando para mim, em troca do que eu fazia. Na igreja católica da comunidade, em tudo que eles precisavam eu ajudei. Eu comprava as coisas necessárias, anotava, passava a nota para o presidente e, quando não tinha dinheiro para pagar as contas da igreja, eu pagava com meu dinheiro e dizia que me pagassem de volta quando conseguissem um troco em alguma festa. As cadeiras da igreja, a caixa de som, tudo foi eu que comprei. Uma vez me perguntaram se eu queria ser presidente, mas eu não quis. Ainda assim, eu sempre ajudei em tudo.

Eu fiz uma Cavalgada no Ribeirão por dez anos. Tinha prova de tambor, vinha gente da Pepsi, o dono do DHS, os donos do Senhor do Bonfim e do Ceasa, que traziam as turmas deles e também ajudavam. No primeiro ano de festa, a igreja não tinha nada. Eu comprava, então, tanquinho, televisão, máquina, bicicleta e som para fazer rifa. Eu mandava fazer o bloco de rifa e, só dentro do Ceasa, eu já vendia tudo. E, assim, arrecadava o dinheiro da festa.

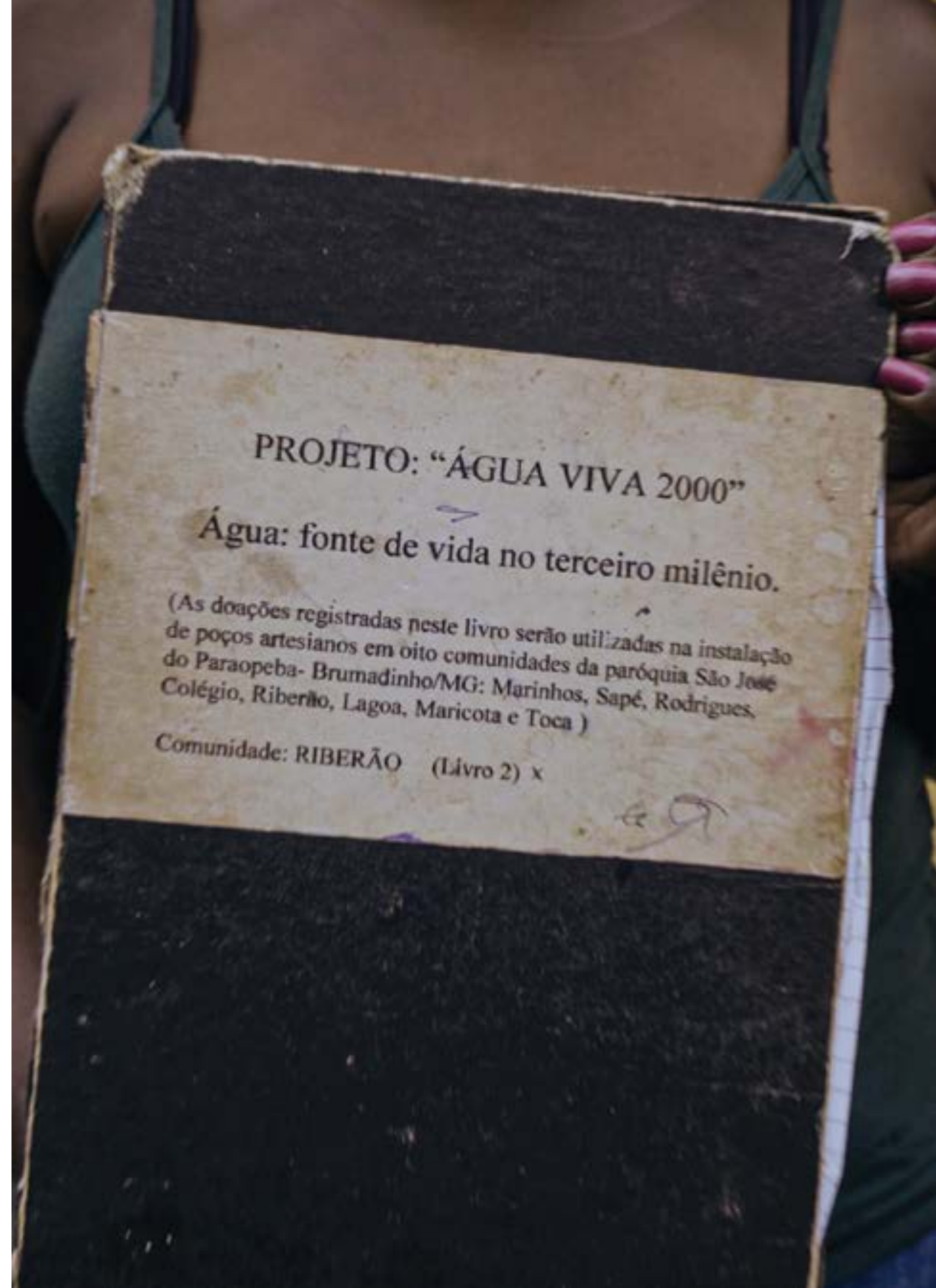
A Cavalgada aconteceu de 2000 a 2010 e sempre foi no terreno do Zito. No último ano, eu disse para o pessoal que,

após a festa, era para mandarem dois caminhões de terra para colocar no lugar que os cavalos rodavam. Nós colocamos a terra, semeamos e melhoramos, e, em um instantinho, estava tudo gramado. Em todos os anos, o pessoal vendia cerca de 50 caixas de cerveja de garrafa, mais as latinhas. E ainda sobrava.

Outra coisa que sei fazer bem são os doces, que aprendi com a minha mãe. De vez em quando, ela saía de Ribeirão pra Brumadinho pra fazer rosca e goiabada pra vender. Eu já fiz muita goiabada por aí. Recentemente, o negócio ficou ruim e eu só fiz uns 20kg, que não deram para nada. Às vezes, fazíamos até 150kg, o que nos dava outro meio de sobrevivência. Eu, Sussuca e nossas filhas nos levantávamos de manhã cedinho, colocávamos o balaio na cabeça e saíamos caçando goiabas maduras, lavadinhas, do pé. Essas maduras não precisam descascar, mas, se tem alguma feia, tem que descascar e tirar aquela broquinha. Nós preparávamos todas as goiabas, cortávamos, cozinhávamos e passávamos na peneira. Hoje em dia é diferente, porque passamos no liquidificador e moemos depois de cozida. Nós fazíamos tanta goiabada que, até hoje, tenho várias marcas de queimado de doce.

Para o doce de amendoim, é a mesma coisa. Eu secava o amendoim, que eu mesmo plantava, e o torrava (que era melhor do que comprar já torrado). Eu plantava e a Sussuca debulhava. Depois, esfregávamos bem, tirávamos a pele toda e passávamos no moedor. E era tudo no fogão a lenha, que fica muito mais gostoso do que o comprado. O doce de amendoim comprado fica embalado por muito tempo, cheio de conservantes.

Graças a Deus, em tudo o que eu pude ajudar no Ribeirão, eu ajudei. Trabalhei tanto para mim quanto eu trabalhei para os outros. A única coisa que nunca gostei foi de gado. Mas eu mexia em tudo quanto era cerca, tapava buraco, roçava pasto, tirava as caixas de marimbondo e matava cobra. Muita gente do Ceasa já me ofereceu para emprestar dinheiro, principalmente quando fomos construir nossa casa. Mas, graças a Deus, eu nunca precisei. Lá no Ceasa, eu já acertei 700 serviços de roça, sempre fui muito trabalhador. Eu sou pobre, mesmo, mas nunca precisei roubar. Só o nosso trabalho sério já é suficiente para levarmos a nossa vida.





Zumira, Célio, Iracilda, Irailda, Ana Alice e Lenilda Braga

Comunidade
Quilombola de Ribeirão



*“Antigamente,
nós brincávamos
de roda, de
boneca, de
esconder e
também no meio
dos sacos de
linhagem com
os primos todos
juntos.”*

Zumira Delmina Braga

Em Ribeirão, quem costumava fazer benzeção era a minha sogra, a Mãe Gorda. Mas eu aprendi mesmo a benzer com minha mãe, que aprendeu com minha avó. Veio passando de geração em geração. Algumas pessoas que me conheciam também se interessaram por aprender a benzer e, quando elas apareciam, eu ensinava o que sabia. No entanto, elas eram de fora – às vezes, as pessoas vêm para Ribeirão, benzer, porque, quando não se sabe, tem que sair procurando.

Eu sempre benzi na brasa, colocando-a dentro de um copo d'água e dizendo a oração que a gente sabe. Às vezes, a brasa desce para o fundo do copo e, quando isso acontece, é porque a pessoa está bem carregada. Se ela ficar mais no meio, é porque está tudo balanceado. Só de olhar a brasa a gente sabe se é quebrante ou mau olhado. Geralmente, as crianças têm mais quebrante e os adultos, mau olhado.

Se a benzeção eu aprendi com minha sogra, a costura eu aprendi foi com Deus. Já costurei muito nesta vida. Um rapaz mais novo vinha por aí, pedia para eu reformar suas roupas e eu reformava todas. Também fazia muitos vestidinhos para as meninas. Elas traziam os tecidos e eu fazia, com a maquininha de costura que tinha. Hoje, costuro menos, depende da minha vista, mas sei usar a máquina e também fazer à mão. Não fica tão bom, mas damos os pontos com a agulha de mão e tudo fica certinho.



Célio Braga (Becão)

Eu nasci em Ribeirão do Paraopeba, na rua do ribeirão, mesmo. Nós morávamos em uma casinha pequena, de quatro cômodos, e nosso morro era puro mato. Só passava gente a pé, cavalo e carro de boi. Nós íamos para a escola, em Marinhos, estudávamos, brincávamos e caminhávamos todos juntos. Quando chegávamos à nossa casa, tínhamos que fazer os deveres da escola e, além disso, nossos pais passavam a tarefa de capinar o quintal. Todo mundo sabe como era antigamente, se não fizéssemos a coisa, o puxão de orelha comia.

Nas comunidades, tem o Moçambique e o Congado, tem a Guarda de Nossa Senhora do Rosário (em Marinhos) e a de São Benedito (no Sapé) – e eu participo das duas. O Moçambique tem os capitães que batem caixa, os capitães que batem o patangome e os que dançam. E tem a rainha conga, o rei perpétuo, além de general, major e presidente. Eu sempre participei – e bato tambor e caixa. Eu não sei fazer, mas os antigos todos sabem: eles pegavam essas latas de óleo ou de gasolina, faziam álcool de bambu, colocavam na boca e passavam o couro e a corda para esticar. Aí, o tambor zoava igual a um trovãozinho. Tem também a caixa feita de coqueiro e a de lata. Mas eu não tenho caixa, só tenho o pandeiro que toco na Folia. Eu toco e saio cantando:

“Com a porta aberta, mesa pronta, receber com alegria, receber com alegria. Com a porta aberta, mesa pronta, receber com alegria, receber com alegria. [...] São Sebastião é um santo milagroso, é um santo milagroso. São Sebastião é um santo milagroso, é um santo milagroso.”

Essas toadas são da nossa família, trazidas pelo nosso avô, que era do Moçambique. Ele mexia com o Moçambique de Sapé e o de Marinhos, e nós, quando crianças, olhávamos como batia uma caixa ou um patangome, como amarrava a latinha no pé com chumbinho para dançar. Olhando, olhando, foi assim que fomos aprendendo. Os mais velhos se foram, Deus tirou, mas tem muitos jovens por aí que ficaram e continuam com nossas tradições.

Iracilda Delmina Braga

Eu nasci perto de Marinhos, no Açudinho, na mesma região em que a minha mãe nasceu. Antigamente, nós brincávamos de roda, de boneca, de esconder e também no meio dos sacos de linhagem com os primos todos juntos. Menino e menina brincavam juntos e ninguém se separava. Nessa época, nossa avó, Mãe Gorda, ficava contando histórias para nós. Era muito gostoso.

Meu pai trabalhava na lavoura de uma fazenda próxima, plantando e colhendo milho, feijão e arroz. Antigamente, plantava-se meio a meio: meu pai trabalhava nessa fazenda do Amaro Maia, perto da entrada de Marinhos, e, em troca, ganhava metade da colheita.

Para mim, a trajetória de estudos foi um pouco difícil. Eu comecei a estudar nos Martins até o que a gente chamava de segundo ano e, depois, fui para Marinhos, estudar no terceiro ano. Depois disso, eu parei, pois tive que trabalhar, também, para ajudar em casa. Naquele tempo, era meio difícil. Agora, existe ônibus, mas, antigamente, nós íamos e voltávamos a pé da escola. Quando tinha chuva, nós íamos mesmo debaixo d'água, no frio, descalços. Chegávamos a Marinhos e, para não entrar na sala de aula com o pé feio, lavávamos na água, antes de aparecermos. A escola era misturada, tinha pessoas brancas e pessoas negras. Mas o tratamento era todo errado: a gente não fazia nada e apanhava. Tinha até uns que brigavam com a gente, sempre briguinha boba.

Foi na escola que eu aprendi a bordar. Havia uma professora, que morava em Belo Horizonte, e que vinha para



Ribeirão nos ensinar a bordar. Eu bordava mais para dentro de casa, mesmo, e comecei a trabalhar para fora, em Marinhos. Depois, fui para o Barreiro e acabei indo para Belo Horizonte, onde trabalhei por 39 anos.

Irailda Delmina Braga

Todos nós fomos criados em Ribeirão, mesmo, e, na nossa época de criança, brincávamos muito. Brincávamos de roda e de corre cotia e, durante a noite, saíamos correndo pelos matos afora. Era um mataréu, mas tudo, para nós, era brincadeira. Aquele tempo era bom, muito mais alegre.

Temos uma variedade de plantas muito grande, em casa. Nós trazíamos mudas da casa da mãe da mamãe, que também plantava muita coisa. Os pés de manga nasceram no local e o cansanção eu trouxe uma muda da casa da vovó, no Açudinho. Ele é uma verdadeira relíquia. Eu não gosto que ninguém fique mexendo nele. Esse negócio de cortar só eu que gosto de fazer. Eu também gosto de cozinhar o cansanção. Ele tem esse negócio de coçar um bocadinho, porque a folha é meio espinhenta. Mas eu já estou acostumada. Dizem que, para apanhar, tem que rezar antes. E, para não coçar quando comemos, eu pico, bonitinho, boto para refogar até ele se juntar e virar uma bola. Vou apertando, socando e colocando um pouquinho de água, até ele ficar bonitinho. E não é que fica bom? É bom comer cansanção acompanhado de um arroz, um feijão e um angu. Se quiser misturar com um frango ou carne moída, também fica gostoso. Mas, para mim, só de colocar o cansanção junto do feijão e do angu, já está bom demais. O angu, hoje, nós fazemos com milho comprado. Mas, antigamente, fazíamos com milho plantado em Ribeirão, mesmo.

Ana Alice Braga

Antigamente, havia alguns moinhos por Ribeirão. Em nossa casa, tinha um paiol que ficava alto de milho, feijão, arroz e

tudo quanto é coisa, mas também tinha os lugares de moer. Eu me lembro de um, nos Martins, e um na Bagagem, que fica na entrada do Ribeirão. Todo mundo podia levar milho para moer no moinho, mas, como ele pertencia à família dos Maia, era preciso deixar uma parte. Era muito bom, mas agora não se veem muito mais moinhos. Ter até que tem, mas eles estão parados há muitos anos. Hoje, para voltar a funcionar, tem que reformá-los. Nós sempre íamos a Martins para moer milho. Levávamos tudo em um saquinho limpinho, clarinho, amarrado na cabeça. Depois, nós passamos a ir a cavalo, até que os moinhos pararam de funcionar.

Lenilda de Lourdes Braga

Nesse terreno em que moramos, tem muitas frutas, muitas coisas plantadas. Durante muito tempo, plantamos para o consumo de casa e não para vender. Desde que eu me lembro, nós plantávamos arroz, feijão, milho, batata e cará. Só o cará e o arroz são da minha época. A gente ajudava a plantar, junto com todo mundo que participava. Os tios, os filhos, os netos, todo mundo ia para a roça, também, graças a Deus. Tinha uma organização em que cada família plantava em uma parte. Tinha a parte da nossa avó, Mãe Gorda, e também dos filhos e primos. Era uma época muito boa!



Comunidade Quilombola de Rodrigues



Quil







Zulmira
de Souza
Silva

(Dona Cuti)

Comunidade
Quilombola de Rodrigues



“O povo de Rodrigues tem muita fé. Eles dançam, tocam, louvam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, a Santa Cruz e a Rosa Mística.”

A minha infância em Rodrigues foi muito boa. Nós brincávamos bastante, de roda, de tudo. Juntávamos a colegada toda e brincávamos até tarde da noite. O divertimento principal que tínhamos era ir para a estação, em Marinhos, para poder ver o trem de ferro. Todas as tardes, nós íamos até Marinhos ver o trem passar. Era um tempo muito bom.

Nessa época, eu estudava em São José, que só tinha até a quarta série. Depois, como São José era mais longe, eu passei a estudar em Marinhos, até finalizar os estudos. Minha profissão é doméstica, mas desde criança eu trabalhava na lavoura, com os fazendeiros. Minha família tinha uma plantação de arroz, feijão, amendoim e milho, e tudo que nós plantávamos era para uso próprio. Quando chegava a época da colheita de milho, eu lembro que meu pai não encontrava nada para colher, porque eu tinha passado por ali antes dele e pegado todos os milhos para fazer bonequinhas. Um dia, ele pegou a enxada, separou um pedacinho e falou: “Esse pedaço aqui é para você plantar e colher suas bonecas. No de cá, você não mexe”. E assim foi! A partir daí, eu comecei a plantar as coisas. Tomei tanto gosto pela lavoura que plantei até roça para mim mesma.



Foi só depois de me casar com o Reginaldo é que saímos de Rodrigues e nos mudamos para Belo Horizonte. Moramos lá até hoje, mas passamos mais tempo no quilombo do que na cidade. Sempre que voltamos, ficamos na casa dos meus pais, onde eu nasci e sempre morei. Meus parentes me contam que minha mãe estava grávida de mim e trabalhando na roça. Um belo dia, ela chegou da roça, foi tomar banho para descansar e, de repente, eu nasci dentro da bacia de água.

Essa casa onde nasci é uma das mais antigas de Rodrigues e, nela, tem muitas histórias. Todas as festas do quilombo começaram nessa casa, mas a cruz que mantemos no jardim

não existe por causa do Reinado. Minha mãe contava que todo mundo escutava conversas que vinham de cima da gameleira que fica no jardim. Era meio assombrado, as pessoas sentiam uma vibração, escutavam vozes, mas não viam ninguém. Parece que os espíritos faziam a assembleia deles lá na árvore. Como minha mãe era católica, ela fez aquela cruz e colocou ali para poder abafar esses sons. E parece que resolveu, porque eu, graças a Deus, nunca vi nem ouvi nada.

Todas as vezes que faziam a festa de Santa Cruz no quilombo, nós enfeitávamos essa cruz. Eu a enfeito até hoje, todo mês de maio. As pessoas desciam da igreja com a Guarda e traziam o mastro. Eu fazia o livro, meu irmão fazia a bandeira de papelão e desenhava a Santa Cruz. Foi assim por muito tempo, desde quando eu me entendo por gente. Assim que a festa acabava, ela terminava com um baile, um forró deles, bem em frente à nossa casa. Faziam cordas de bananeira, acendiam lamparina – porque não tinha luz elétrica – e viravam a noite. O forró era sagrado.

O povo de Rodrigues tem muita fé. Eles dançam, tocam, louvam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, a Santa Cruz e a Rosa Mística. Eu mesma sou juíza do Congado. A juíza, como dizem, arruma a igreja, estica as bandeirinhas, fala com os outros e lava os pratos de comida. Meu avô também era um dos responsáveis pela festa de Santa Cruz, que é celebrada com missa, patangome e caixa. As pessoas batem a caixa e dançam aquela dança de Congado e Moçambique. Antigamente, a Guarda era toda de Rodrigues e, depois, o pessoal passou a convidar pessoas de fora. Agora, muitas Guardas de fora participam da festa, que dura o sábado e o domingo inteiros. Tem café, tem almoço e tem novena. E tudo acaba passando pela frente da casa da minha mãe, que é uma casa de referência para festas. Se tem uma casa onde fazem festa em Rodrigues, essa casa é a nossa.

Waldemar e Marlene de Souza



Comunidade
Quilombola de Rodrigues



*“Nós damos
graças a Deus
por termos
nosso cantinho.
Nossa vida está
na comunidade,
todo mundo
gosta da gente e
nós gostamos de
todo mundo.”*

Nós e todos os nossos irmãos nascemos em Rodrigues, mas nossos pais eram de Belo Horizonte. Nossa infância foi muito próxima, pois fomos criados juntos, íamos juntos para a aula e brincávamos todos perto de casa. Nós estudávamos em Marinhos e São José, e íamos a pé para lá, descalços, porque não tínhamos muitas condições. Gastávamos mais de uma hora. Às vezes, conseguíamos pegar carona com algum caminhão de carga, mas não era sempre que isso acontecia. Quando íamos mais longe, para Belo Horizonte, visitar nossa avó, pegávamos o trem de passageiros. Íamos até a central, ficávamos por lá dois dias e voltávamos. Tínhamos o trabalho de ir até Marinhos pegar o trem, mas compensava.

Depois do quarto ano, paramos de estudar e começamos a trabalhar. Na época, picávamos lenha e roçávamos pasto para os fazendeiros, junto com nosso pai. Nós éramos novinhos, mas tínhamos inteligência. Nossa mãe, enquanto isso, era dona de casa e cuidava de oito filhos, o que não é pouca coisa. Passávamos muita dificuldade: comíamos feijão sem sal e sem gordura, cará puro, abóbora madura pura e arroz socado no pilão, quando tinha.

Desde que nos entendemos por gente, já existia um moinho, em Rodrigues, que está de pé até hoje. Esse moinho pertencia a uns fazendeiros que cobravam na mercadoria para que nós pudéssemos usá-lo. Nós, que levávamos milho para virar fubá, tínhamos que deixar uma parte do fubá para eles. Nesse tempo, nós também fazíamos rapadura em engenho de pau, tocado à mão. Nós pegávamos a garapa, colocávamos em um tacho bem grande e deixávamos ferver bastante. É preciso



mexer bem até ficar grosso, que é quando chega o ponto certo. Para saber se chegou no ponto, você pega a colher, levanta um pouco e, se a rapadura estiver firme e não cair da colher, está boa. Não tem nada melhor do que café de rapadura!

Fala-se por aí que Rodrigues inteira pertencia a um fazendeiro que se chamava Rodrigues – por isso, o nome. Os antigos dizem que o Sr. Rodrigues morava na casa grande e tinha uma fazenda enorme de porcos ao lado de onde, hoje, fica a igreja. Dizem que ele era muito rico e que tudo que está dentro dos limites das ruínas dos muros que cruzam a comunidade era dele. No tempo desse Rodrigues, nossos antepassados eram todos escravos que trabalhavam para ele. Foram eles que

fizeram esses muros, carregando pedra na zorra, que era um tronco de madeira puxado por eles e pelos animais para arrastar coisas pesadas. Eram eles que puxavam e construía tudo.

Quando nós nascemos, Rodrigues ainda não era chamado de quilombo: era uma comunidade, quase uma cidadezinha. As casas eram piores, de pau a pique e de sapé. Mais tarde, nossa casa foi substituída por adobe, que fazíamos em família. Cada família era responsável pela construção da casa, mas os primos,

irmãos e parentes sempre ajudavam. Nós pegávamos barro no córrego, onde também plantávamos arroz, trazíamos para o quintal e colocávamos em uma forminha de tábuas, até secar e formar o bloco. Tinha que amassar bem o barro para dar liga.

Com o passar do tempo, as casas antigas iam se desmanchando, tombando e arriando, e nós íamos construindo novas, de tijolo industrial. Nossas casas atuais foram feitas com material comprado em Brumadinho, mas nosso cunhado

conseguiu uma doação de material da prefeitura. Fomos construindo aos pouquinhos, um cômodo depois do outro. Muita coisa já mudou em Rodrigues, inclusive as casas: todo mundo tem uma moradia melhor, hoje em dia. Antigamente, nós trabalhávamos muito e ganhávamos pouco e, hoje, graças a Deus, temos até ajuda do governo.

Chegaram mais estradas, posto médico e tratamentos de saúde. Antes, quando alguém ficava doente, era só com a benze-deira; e quando alguém nascia, o parto era no lugar, mesmo, porque era difícil ir ao hospital. Nossa mãe era parteira e fazia o parto da comunidade inteira. Ela ficava deitadinha na cama e o tempo todo chegavam pessoas chamando por ela. Ela aprendeu a fazer parto, sozinha, e muita gente tinha fé nela.

Não tem muito tempo que Rodrigues se tornou quilombo e, na época do processo, sempre tinha as reuniões na igreja, em que o pessoal explicava tudo que iria acontecer. Eles falavam que o reconhecimento como quilombo traria muitas mudanças boas para nós. As mudanças estão, de fato, acontecendo aos poucos: temos calçamento, ajuda de cesta básica e garantia de que ninguém tira nossa casa de nós. Mas, para nós, Rodrigues ainda continua sendo a nossa comunidade, onde nascemos e crescemos – sendo ou não reconhecida como quilombo. No entanto, percebemos que, para a juventude, é importante sermos chamados de quilombo, pois, como eles mesmos falam, isso significa termos uma terra para plantar, colher e produzir nosso alimento. Nós damos graças a Deus por termos nosso cantinho. Nossa vida está na comunidade, todo mundo gosta da gente e nós gostamos de todo mundo. Não temos inimizade com ninguém, e é em Rodrigues que vamos ficar, até quando Deus quiser.





Helena das Graças Antunes

Comunidade
Quilombola de Rodrigues

“O que eu gostava nesse tempo de Festa da Colheita e do que tenho mais saudade era daquela união, porque era todo mundo junto.”



Eu nasci em Massangano, uma comunidade que não é reconhecida como quilombo, mas também pode ser considerada quilombola. Só me mudei para Rodrigues depois que me casei com o Joel Antunes, que morava no local. Da minha infância, eu me recordo com muito prazer. Nós tínhamos aqueles brinquedinhos que nós mesmos fabricávamos. Como meus pais não tinham condições de comprar bonecas para nós, acabávamos brincando com bonecas de milho. E para fazer os bonequinhos, nós arrancávamos um pedaço de madeira, fazíamos um gancho e o vestíamos com papel de bala. Meus irmãos costumavam fazer bois de sabugo, aqueles colossos de cercadinho e falavam que era o curral do gado. Minha mãe não nos deixava brincar na casa do vizinho, porque tínhamos que ajudá-la a varrer o terreiro e a lavar as vasilhas. Ficávamos naquela ocupação e não tínhamos tempo de sair, então brincávamos em casa, mesmo.

Quando eu me casei e me mudei para Rodrigues, em 1968, as casas eram de pau a pique e sapé, mas também de adobe e de chão batido de terra, daquele feito com bosta de boi e argila. O barro nós buscávamos longe e não conseguíamos trazer em grande quantidade. Então, sempre reservávamos um resto em uma vasilha e ficávamos com um paninho. Se alguma comida respingava no chão, nós pegávamos o barro reservado e cobríamos para ficar sempre novinho. As portas e janelas eram meu marido e meu sogro que faziam, lavrando paus de madeira e deixando no formato de portais – hoje, chamamos esse portal de tramela. Eram as próprias pessoas que construíam suas casas.

Nessa época, eu conheci alguns moradores muito antigos da comunidade, da família Souza, e eles me contaram que os primeiros a formar Rodrigues trabalhavam e moravam



nas fazendas da região. As pessoas não cultivavam para si mesmas, porque não tinham terrenos grandes para plantar e dar sustento para as suas famílias. Elas arrumavam o terreno com os fazendeiros para plantar milho, feijão e arroz. Eu mesma já plantei uma horta com pimentão, abobrinha, jiló, tomate e hortaliças para vender para o Ceasa, mas a gente sempre tinha que pagar a metade ou a terça parte para os fazendeiros, porque a terra era deles.

Depois que eu fiquei viúva, foi a mamona que entrou na minha vida, pois a única renda que tinha era a pensão do fundo rural, que equivalia à metade de um salário mínimo.

Além de trabalhar em casas de família, eu fazia meus plantios e buscava lenha para vender – carregava lenha na cabeça até Sapé e Marinhos. Quando vi que a situação estava apertando, resolvi fazer o azeite de mamona, que eu aprendi com minha mãe e sabia que vendia muito, como vende até hoje.

Para fazer o óleo, é preciso colher a mamona, mas sempre em tempos de sol forte, quando elas estouram. Se não tiver sol suficiente, elas mofam porque ficam úmidas. Depois de colhidas, você apura as mamonas, pega os grãos e os leva a uma panela para fazer uma torração. Depois de torrar, você coloca os grãos em um pilão para socar. Soca bastante, até ficar pastoso, até elas soltarem um óleo, e esse é o momento para colocar em cozimento na água fervente. O cozimento é de um dia inteiro no fogão a lenha, com a água fervendo sempre. Quando a água for acabando, você precisa ir repondo com mais água fervente. Não pode colocar água fria, pois ela atrasa a fervura. Durante o dia todo você mexe um pouco e repõe água, e repete o processo até o óleo minar por cima da panela. Nesse momento, fica uma borra, uma massa embaixo, e o óleo todo sobe. Quando você vê que o óleo está todo por cima, você vem com a colher, colhe o que está por cima e coloca em outra

panela para fritar. Tem que fritar para secar todo o excesso de água. Enquanto tem uma fervura que faz barulho e é espumante, significa que ainda tem água. Só depois que silencia tudo é que você coloca tudo em um vasilhame, com um paninho bem branquinho em cima, e vai coando o óleo, para ele sair, purinho.

O óleo de mamona é muito bom para queda de cabelo e para curar umbigo de recém-nascido, porque ele é cicatrizante e anti-inflamatório. Ele também serve para untar eixo de carro de boi e para castração de porco, além de servir como laxante: se a pessoa estiver bem ressecada ou com prisão de ventre, pode tomar umas gotinhas no chá ou no café. Por ter tantas propriedades, o óleo vende muito. Eu vendo para todo mundo, desde Brumadinho até São Paulo. Meu óleo vai para lugares que eu nem conheço. Acho que, em Rodrigues, só eu sei fazer óleo de mamona. Já tentei ensinar para várias pessoas, porque eu gosto muito de passar as coisas que eu sei para os outros, mas ninguém se interessa. Dizem que dá muito trabalho e preferem comprar pronto. Mas o pronto não é purinho como o meu.

Nessas épocas de dificuldade, nós também fazíamos a Festa da Colheita. Nós começamos com sete famílias, de Sapé, Rodrigues e Marinhos. A gente se reunia e procurava algum fazendeiro que pudesse ceder um terreno para nós plantarmos. Muita gente não tinha condições de ceder, não porque não gostavam, mas porque já tinham suas criações e não podiam ocupar com plantação o lugar que era pasto. Na época, um fazendeiro chamado João Alberto costumava ceder para nós. Ele cercava uma parte para pôr o gado e o restante ficava para nós fazermos o plantio. Eu me lembro da Leide, que era muito minha amiga, cantar enquanto plantávamos. Ela dizia: “O chão dá se a gente plantar. Se a gente não planta, o chão não dá”.

Nesse processo, o dono do terreno arava a terra, dava adubo para que nós pudéssemos semear nas covas e nós entrávamos com o trabalho voluntário e a colheita. Nós plantávamos, capinávamos, colhíamos e depois dividíamos pela metade. A metade da produção ficava para o fazendeiro e a outra metade nós dividíamos entre as sete famílias. Dava a quantidade igualzinha para cada uma, independentemente de a família ter mais ou menos pessoas. Todo mundo ganhava o mesmo tanto, era desse jeito. Como o fazendeiro tinha também trator, ele trazia

a produção para entregar em nossas casas. O mais bonito disso tudo é que, quando faziam a entrega, dois ficavam me ajudando a colocar tudo no meu celeiro enquanto os outros iam seguindo para entregar em outro lugar. E quando eles terminavam, iam ajudar os demais. E, na última casa em que faziam a entrega, sempre tinha um cafezinho. Lá no Sapé, costumavam até fazer um arroz doce.

Tudo que nós colhíamos trazíamos para casa e, desse montante, nós tirávamos uma parcela e levávamos para a Festa da Colheita, para doação. Levávamos um pouco de arroz, de feijão, de milho e de fubá para aquela festa, que acontecia na igreja. E, de lá, o pessoal doava para outras famílias que estavam precisando. Quando o fazendeiro via a nossa partilha, até ele tirava uma parte e doava para outras famílias. Era assim, um ajudando o outro.

Anos depois, nós até tentamos voltar com essa colheita comunitária, mas não foi a mesma coisa, porque era tudo individual. Quando fizemos pela primeira vez, todas as sete famílias tinham que estar ali, plantando, nem que fosse um membro da família ou alguém que eles pagassem para ficar no lugar deles. Já na segunda vez, o pessoal falava que iria e ninguém aparecia. Uma vez, eu fiquei o dia inteiro, sozinha, colhendo feijão. Vendo que os membros não cumpriam o combinado, eu acabei saindo – também porque já não tinha mais forças para fazer muita coisa. Às vezes, eu ia levar um cafezinho ou uma água, mas acabei deixando o grupo, porque já não estava mais bonitinho como era antes.

O que eu gostava nesse tempo de Festa da Colheita e do que tenho mais saudade era daquela união, porque era todo mundo junto. Na hora da refeição, por exemplo, eu me sentava longe, com vergonha de mostrar a minha marmita e, lá do outro lado, a Leide me chamava para me sentar perto dela. Eu e uma concunhada tínhamos uma condição de vida muito difícil, então nosso cardápio era muito singelo. Mas, como a Leide e o Antônio tinham uma condição melhor, ela levava carne e salada de tudo quanto era tipo e trocava conosco, nem que fosse por um pedaço de angu, para que todo mundo pudesse comer igual. Isso nos motivou muito, porque podíamos ficar juntinhas ali, no mesmo lugar, com o mesmo cardápio.

O bonito de trabalhar junto é isso, todo mundo se ajudando em todas as horas. Tinha dias em que nós comprávamos um queijo na fazenda e dividíamos com todo mundo no café da tarde. Mesmo quando o Antônio não estava, a Leide sempre guardava um pedacinho para ele. A Leide e o Antônio são um casal que deixou muitos bons exemplos. Se todos os casais fossem iguais a eles, o mundo seria uma coisa muito boa. Eles eram um casal lindo, que concordava um com o outro sem nem ter que falar uma palavra. Eles deixaram um legado, mas cópia deles eu não vi muita gente pegar. Poderia ter pegado e ainda há tempo de pegar, porque eles realmente foram um exemplo. Nós participamos da vida dos dois porque trabalhávamos juntos. Em todas as reuniões, nós estávamos juntos, nas festas e até mesmo no velório da Leide, quando ela se foi. A gente sempre acompanhou muito esse casal. Eu me lembro de quando o Antônio estava com a mãe doente. Nós trabalhávamos o dia inteiro na roça e, quando era noite, nós íamos para lá, ficar com ele até mais tarde, para dar apoio no momento difícil que eles estavam passando. No dia em que a Leide morreu, todo mundo do grupo estava junto com ele. E se a gente estivesse com um problema, uma adversidade em nossas vidas, ele também estava com a gente. Nós sempre fomos unidos em tudo.





Euclério dos Santos Braga

Comunidade
Quilombola de Rodrigues



*“O muro que
fica em volta
da igreja fomos
nós que fizemos,
assim como um
cruzeiro todo
enfeitado – mas
esse apodreceu
e caiu.”*



Eu fui nascido e criado em Ribeirão, mas me mudei para Rodrigues logo depois que meu pai, Caetano Maria Braga, e minha mãe, Maria Matuzinha, tiveram uma desavença. Com seis ou sete anos, eu já trabalhava para ajudar meu pai e minha mãe. Na época, meu patrão, que era o dono do bananal onde plantávamos, capinávamos e levávamos a colheita para deixar no jeito para ser vendida, entregava o dinheiro todo para o meu pai, e eu não via nem um centavo. A única coisa que ganhei dele como pagamento pelo trabalho foi uma camisa bonita. Não sei se ele a ganhou ou realmente a comprou para mim, mas era a única camisa que eu tinha para sair. O restante era só roupa rasgada de trabalho.

Quando completei oito anos, comecei a estudar em Marinhos, mas eu sempre dava o “cano” nas aulas. Em vez de estudar, eu ficava trabalhando para poder ajudar a mamãe, mas, mesmo assim, nunca tomei bomba. Acho que a professora me passava de ano, empurrado. Tempos depois, comecei a trabalhar com o serviço que eu gostava, que era na fazenda. Comecei tirando leite de vaca, depois passei a tomar conta de gado e a montar a cavalo. Estive em Caeté e, depois, fui para Igarapé fazer um curso de inseminação, para poder cuidar de vacas e criar bezerros.

Quando não tinha serviço por perto, eu ajudava meu tio Dualdo, Eduardo Francisco, que já morreu há muito tempo.

O muro que fica em volta da igreja fomos nós que fizemos, assim como um cruzeiro todo enfeitado – mas esse apodreceu e caiu. Esse cruzeiro que tem, hoje, é incompleto, porque ninguém enfeitou. A igreja fomos nós que também começamos a construção, mas a deixei inacabada porque me mudei para Caeté, onde fiquei por quase 18 anos. Também ajudei meu tio a consertar o moinho de milho, na época em que acabou a água do rêgo. Meu tio e eu subimos no açude, cavamos com a enxada para abrir caminho e fomos até a boca do moinho para deixarmos tudo funcionando novamente.

O Tio Dualdo é o tio de que eu mais gostava e, quando fui embora para Caeté, não ficou mais ninguém para ajudá-lo no trabalho. Não tinha ninguém que o ajudasse, nenhum parente, nenhum homem da comunidade. Mas ele era famoso na região por moer o milho de todo mundo. Todos traziam milho para o Tio Dualdo moer. Havia um armazém em Marinhos que tinha uma charrete que sempre trazia quatro sacos de milho para moer. O moinho dele tinha um controlador e, dependendo da quantidade que a pessoa precisava, ele deixava o parador preparado para o moinho parar. E quando ele queria que moesse tudo, não sobrava nada lá dentro. Tudo virava pó. Eu trabalhei muito nesse moinho: aquele pozinho do milho ficava voando para todos os lados, e todo mundo levava embora para fazer mingau.

Sueli das Graças Antunes



Comunidade
Quilombola de Rodrigues



“Muita gente saía do quilombo para trabalhar em Belo Horizonte, e a maioria dessas pessoas eram mulheres. Em Rodrigues, quem trabalha mais é a mulher.”

Com apenas sete dias de idade, minha mãe me levou de Nova Lima para Rodrigues. Ela nem podia, já que outrora, com sete dias, ninguém nem podia visitar um recém-nascido. Mas ela me levou mesmo assim. Perdi meu pai cedo, com seis anos, e nossa mãe acabou criando sete filhos, sozinha. Como ela ganhava uma mixaria, era difícil comprar muitas coisas para comer. Todos os dias, era sopa de macarrão.

Foi assim que começamos a viver, conhecendo a escassez de tudo. Nós não gostávamos que nossa mãe saísse para trabalhar, pois preferíamos que ela ficasse conosco, em casa. Mas não tinha outro jeito. Ela sempre falava: “Vocês que sabem. Vocês querem morrer de fome?”. Ela confiava muito em nós, achava que, enquanto ela saía para trabalhar, nós ficávamos quietinhos em casa. Mas éramos danados e sempre íamos para a cachoeira e as lagoas da região. Uma vez, quase nos afogamos todos ao mesmo tempo – história que só fomos contar à mamãe depois de velhos.

Nós fomos atravessar a lagoa com um pau, mas ele estava cheio de formiga e nós o soltamos na água, e foi aí que começamos a nos afogar. Sempre digo que Deus é conosco desde o ventre da nossa mãe, porque, quando começamos a nos afogar, cada um foi tentando se salvar e depois puxava o outro para fora da água. Era para ser a maior catástrofe da face da Terra, mas Deus nos salvou.

Meu pai foi assassinado em 1979, em uma chacina em que mataram quatro pessoas do quilombo. Quando isso aconteceu, o jornal Gazeta Urbana apareceu para fazer uma foto nossa, das famílias, trazendo a notícia de que quem matou nosso pai iria acabar com o restante. Nesse momento, eles nos marcaram a ferro quente. Até hoje, estamos marcados e temos



medo. Nós víamos a poeira, de longe, vindo na estrada, e saíamos correndo por debaixo da cerca, para nos esconder no mato. Até hoje, não apareceu ninguém, mas essa história nos criou muito medo. Tanto é que, toda vez que eu sonho, eu estou correndo ou fugindo de algo. Por isso eu digo que nós temos que velar as palavras, porque com uma palavrinha você destrói a vida de outra pessoa. Nós temos que ter cuidado.

Nessa mesma época, nós estudávamos em Marinhos e íamos a pé, descalços e de barriga vazia, com a roupa toda chumbadinha de sujeira, pulga e piolho. Eram tantos piolhos, que eles faziam fila na minha cabeça. Quando eu chegava à escola, eu tirava, os colocava na cadeira e dizia que eram boizinhos. Desde esse momento, eu profetizei na minha vida que eu seria fazendeira, e acabei me tornando uma. Hoje, tenho duas cabeças de gado em casa.

Outra coisa que me marcou na nossa infância era a hora de dormir. Dizem que era uma cama de casal, mas aquilo sempre foi uma cama de solteiro para sete pessoas dormirem. Eu ia coçar a minha perna e acabava coçando a perna do meu irmão. Tínhamos uma cobertura para todo mundo, e um ficava puxando de um lado e outro puxava do outro. Também não tinha colchão, era uma espuma que afundava com o peso de todos nós. Mas nós gostávamos muito, éramos bagunceiros, e nossa infância foi muito gostosa. Apesar de sofrida, nossa infância foi muito boa, porque tínhamos a família toda por perto. Hoje, eu perdi essa proximidade, porque o estilingue da vida jogou cada um em um lugar.

Muita gente saía do quilombo para trabalhar em Belo Horizonte, e a maioria dessas pessoas eram mulheres. Em Rodrigues, quem trabalha mais é a mulher. Com 12 anos de idade, eu comecei a trabalhar como doméstica na cidade, para onde ia de

trem. Quando eu não queria ir, eu dizia para a patroa que tinha caído a barreira do trem. E vou dizer: todo dia caía uma barreira.

Nessa época, as patroas vinham de Belo Horizonte para buscar as meninas da comunidade, porque as meninas da roça eram mais caprichosas e podiam se mudar para a capital, para morar nas casas onde trabalhavam. Mas a verdade é que elas nos escravizavam mentalmente, já que nós não sabíamos quais eram os nossos direitos. Eu sempre fui rebelde e arisca, tive que criar uma armadura desde que mataram meu pai. Até hoje, eu tenho uma proteção divina, e ninguém toca em mim. Eu tinha trauma de Belo Horizonte, pois via todas as minhas irmãs indo e voltando, com uma tristeza danada.

Eu até gosto de ser empregada doméstica, e minha irmã Denilza das Graças Antunes Paiva sempre diz que isso cria em nós um senso de cuidado e de organização. Mas organizadas nós sempre fomos, aprendemos com a mamãe. Em nossa casa, todas as crianças tinham uma obrigação. Com sete anos, algumas meninas arrumavam a casa, outras lavavam roupa e outras buscavam água; e os meninos quebravam vassouras. Hoje, os pais não deixam as crianças fazerem nada, mas nós aprendemos muito. Não precisava mandar ninguém fazer nada: no sábado, nós já sabíamos que era dia de arrumar a casa, lavar a roupa e buscar bosta de boi e barro para passar na parede da casa. Esse senso de organização cresceu ainda mais em nós depois que trabalhamos como domésticas, mesmo tendo sido difícil. De fato, tudo nesta vida tem um proveito. A vida pode ser sofrida, mas, se você só se lembrar da parte ruim, você não consegue seguir em frente.

Quando eu conto nossa história, muita gente acha triste, mas eu digo, com toda a certeza, que nós temos uma história muito bonita, porque nossa mãe nos criou, sozinha, sem pai. Nós poderíamos ser todos ladrões barra pesada, mas, graças a Deus, todo mundo é do bem. Um dia, nós fomos pegar uma batata do chão na roça, depois que um homem havia arrancado e deixado por lá. Mas nossa mãe fez a gente devolver. Sempre foi assim nossa educação: crescemos em meio ao sofrimento e à pobreza, mas fomos e ainda somos muito felizes e gratos pela vida que temos.





Adriana Regina Braga Silva (Dina)

Comunidade
Quilombola de Rodrigues



“Nós sempre procuramos manter, resgatar, fomentar e preservar a nossa cultura – cultura essa que não é fácil no mundo de hoje, com tantos preconceitos.”

Eu sou nascida e criada no Quilombo de Rodrigues e sempre fui atuante nas nossas manifestações culturais e nas dos outros quilombos. Não tem como dizer que eu não participo de algo, porque nos quilombos eu sempre atuei em tudo. Fui nomeada como guardiã da cultura afro-brasileira; sou Primeira Capitã do Congo de São Benedito; sou Capitã Dançante do Moçambique de Nossa Senhora do Rosário; sou idealizadora e coordenadora do Grupo Afro Canto e Dança Negro por Negro. Esse grupo foi criado na Festa da Consciência Negra, em Marinhos, porque até 2012 não tínhamos quase nada para apresentar na festa. Nós, então, nos juntamos: jovens, crianças, adultos, experientes e criamos o Grupo Afro – porque a gente não é velho, a gente é experiente – e, de repente, quando nós vimos, a juventude estava toda envolvida.

Com o tempo, nós também criamos uma associação Identidade Quilombola, além do Boi do Rosário, que sai na Festa da Consciência Negra e na Festa da Santa Cruz. Nós também criamos o Arraial do Pelonha, que é o apelido do meu tio Dualdo (Eduardo Francisco dos Santos – *in memoriam*), um dos primeiros a marcar a quadrilha junina. Eu dancei muito na época dele e, quando fizemos o arraial, decidimos homenageá-lo. É uma festa que tem muito movimento, sempre enche de gente.

Eu estou sempre ativa na comunidade quilombola de Rodrigues, ainda mais nos contornos das festas, procurando seguir o que os mais velhos deixaram para nós. Eu sempre falo que sou uma congadeira com o maior orgulho, desde quando estava no ventre da minha mãe (Maria Matuzinha). Nós sempre procuramos manter, resgatar, fomentar e preservar a nossa cultura – cultura essa que não é fácil no mundo de hoje, com tantos preconceitos e intolerância religiosa. Sou mãe de três rapazes (Maurílio Braga, Hugo Braga e Rhaul Braga) e eu



tenho o maior orgulho em falar deles, porque eles também são atuantes da cultura. Da mesma forma, meu pai (Caetano Maria Braga) também me enche de alegria, porque nos ensinou a tomar a bênção e a respeitar os mais velhos. Nós sempre seguimos o exemplo deles e caminhamos ao lado deles o máximo que podemos. Enquanto Deus me der forças, vou seguir o legado dos meus ancestrais, sem deixar a peteca cair.

Eu bato o meu tambor e ando com o pé no chão, com a maior alegria, porque nada disso fui eu que inventei. Essa cultura veio dos nossos antepassados, dos negros de antigamente, lá da época da escravidão. O tambor que tocamos, hoje, era uma forma que os negros de antigamente encontravam para louvar a Deus, a Nossa Senhora e a seus Orixás. Por onde nós passamos, tentamos ensinar o quanto conhecemos da intole-

rância religiosa e o quanto nós, no quilombo, sabemos respeitar as diferenças de cada um. Quando alguém no Quilombo de Rodrigues criticou a religião do outro? Nunca. Pelo contrário, nós sabemos que somos filhos de um só Deus. Somos todos filhos do maior, que é Deus.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os Orixás, a ladainha – tudo isso faz parte da nossa cultura. Eu aprendi a Ladainha, em latim, com os mais velhos. O Tio Dualdo (Eduardo Francisco dos Santos – *in memoriam*) fazia a

adoração na casa dele e eu participava, cantando muitos cantos. E até hoje isso continua, porque nós todos procuramos manter aquilo que nos foi deixado como cultura, sem falar nos artesanatos que produzimos em Rodrigues. Em vez de buscarmos lá fora os elementos para podermos fazer artesanato, nós começamos a olhar o que tem nos quilombos, o que podemos aproveitar. E uma das coisas que nós descobrimos foi a importância da conta de lágrima de Nossa Senhora do Rosário. Brincos de conta, terços de conta, pulseiras de conta: o pessoal encomenda e nós fazemos, porque as contas que dão pelo quilombo crescem igual a capim.

Eu tenho muita fé em Nossa Senhora do Rosário, muita devoção e todo o respeito do mundo, porque ela é a mãe de Jesus. Nela eu deposito a minha fé, porque ela é uma SANTA. Hoje, eu não sei andar sem a conta de lágrima de Nossa Senhora, porque os mais velhos sempre falaram conosco que, para aqueles que acreditam, a conta de lágrimas nos livra de todos os poréns, nos livra de inveja, mau olhado, de tudo quanto é coisa ruim. A conta de lágrima de Nossa Senhora, para mim, é proteção.

Além das contas que plantamos, também usamos o caeté que cresce nos quintais para fazer os patangomes. Também estamos furando o caeté para fazer brincos, colares e terços. É mato, que dá no quintal. Nós cortamos tudo para fazer artesanato. Hoje, nós aprendemos a como plantar abóbora para fazer a cabaça. Nós não compramos nada, plantamos tudo no quilombo, mesmo.

O guaiás e as caixas, meu marido (Delfonso Geraldo da Silva) também faz, ofício que aprendeu com o Tio Dualdo (Eduardo Francisco dos Santos – *in memoriam*), além de fabricar os bastões sagrados para outras Guardas. Meu irmão, Nerinho (Eunéirio Braga), era o Primeiro Capitão do Congo. Através dele é que eu fui para o Congado, porque, antes, era só Moçambique. No nosso Moçambique, antigamente, as mulheres não podiam participar. Mas é aquela frase: lugar de mulher é onde ela quiser. Hoje, na nossa Guarda, eu coloco guaiás e danço junto com os homens. E eu gosto de participar. Eu gosto e pronto, acabou. Hoje, até os mais novos participam e sabem produzir caixa para o Congo e Moçambique. Eles aprenderam todas as técnicas com os mais velhos, é um aprendizado que passa de geração em geração. Às vezes, os jovens trazem uma nova técnica, mas nunca fogem daquilo que a gente já faz.

Tudo nos nossos quilombos é feito em família, e não tem como falar que nós não somos parentes. Pode ser aquele grau longe, mas, no fim do dia, somos todos parentes...

Marinhos, Sapé, Ribeirão e Rodrigues são tudo uma família só, desde o início. Eu ouço muito falar que Rodrigues começou com as pessoas que ficavam trabalhando nas fazendas, porque em volta do quilombo só havia fazendeiros. E nosso reconhecimento como quilombo veio em 2005, depois do reconhecimento de Sapé. Eles chamaram todos nós para colher saliva,



porque, para a comunidade ser reconhecida como quilombo, era preciso fazer o exame. Na época, eu era uma das pessoas que era contra a transformação em quilombo. Eu falava que não tinha que ser quilombola, não! Porque, na nossa cabeça, nós não sabíamos a importância que era ser um quilombola. Depois que você começa a se informar e a estudar, percebe que ser quilombola é muito bom.

Querendo ou não, nós já temos um pé no quilombo, porque nossos antepassados (Reis e Rainhas) foram tirados à força das suas casas, na África, para serem escravizados e forçados a fazer os trabalhos nas fazendas, aqui no Brasil. Não tem como fugirmos da nossa história. Por isso, procuramos sempre levar para frente o nosso legado. Sempre digo que sou do Quilombo de Rodrigues, sim, com muito orgulho, e sou grata a todas as pessoas dessa comunidade, tanto as que permanecem quanto as que já não estão mais. E se Deus aparecer para mim, perguntando:

“Dina, o que você mais deseja neste mundo?”

Eu vou responder:

“Desejo trazer esse povo todo bom de volta para perto da gente”.

*Ó, Deus onipotente
eu só quero
eu só quero
o seu amor
Minha alma
só quer amar
Ah, meu Deus
Ah, meu Deus
e o meu Senhor
Ó, Deus onipotente
eu só quero
eu só quero seu amor
Minha alma só quer amar
Ah, meu Deus
Ah, meu Deus
e o meu Senhor
Viva Deus!*

*Letra do canto
“Deus Onipotente”*



SOMOS NÓS, somos uma purção de gente!

Olízia “Iyá”, Rei Batuque,
Igor Santana e
Sayonara Braga

Salve Nossa Senhora
do Rosário!
Salve São Benedito!
Nossas louvações aos
nossos mais velhos,
vivos e já falecidos!
Axé, Saravá!

Não nos atrevemos, jamais, a assinar este texto sem antes referenciar, e reverenciar, aqueles que estiveram antes de nós – nossas raízes, não nosso passado – e sem antes, também, dedicar tudo o que vem acontecendo às nossas crianças: nosso presente e futuro.

Passado é passado para muitos, mas, para nós, é presente. Por ser nossa raiz, nunca será esquecido. Nosso povo não joga fora raiz alguma. Com elas, fazemos chás e remédios. Das raízes à seiva bruta, com todos os seus nutrientes que serão os responsáveis pelas flores e pelos frutos...

A importância deste livro está no reconhecimento dessas tradições, os registros dos contos e dos cantos nos ajudam a cuidar da nossa história. Compartilhamos a constituição do povo quilombola aos que chegam e compreendemos como, a partir desse primeiro quilombo velho, essas quatro comunidades se formaram. Este livro evidencia o nosso povo e nossas memórias. É um livro que propõe uma movimentação histórica, de nos escutar, de desejar saber as nossas versões da nossa história.

Não deixar a história do nosso povo ser apagada, entregar aos mais novos o caminho que percorremos, de onde viemos e quem somos. Documentar a nossa identidade, a cultura e deixar memórias que irão ficar guardadas para as futuras gerações. Através das falas dos mais velhos, não estamos só contando história e, sim, mantendo tradições, valorizando a cultura preta.

Pelo caminho, apareceram dificuldades de mobilizar todos, conciliar datas e disponibilidades do coletivo. Em alguns momentos, a falta de interesse em participar de um processo também se fez presente, mas muita coisa vem mudando e isso também traz mudanças na forma de pensar. Pelas histórias contadas pelos mais velhos, é de se perceberem as mudanças em uma desconstrução cultural na própria história.

Vivemos momentos marcantes e pudemos presenciar e aproximar de muitas pessoas de cada comunidade, tivemos a oportunidade de ouvir histórias que ainda não conhecíamos. Nos aproximamos de histórias repassadas aos mais velhos que datam dos tempos da escravidão. Nos emocionamos ouvindo nossos pais e avós falando sobre familiares e antepassados que não tivemos a oportunidade de conhecer. Foram relatos de muito afeto e carinho, demos gargalhadas de histórias

que foram sérias, no tempo delas, e que, com o tempo, foram alcançando dimensões divertidas e descontraídas. Fomos lembrados da tradição de escutar os mais velhos, praticamos essa escuta cuidadosa e agora seguimos interessados em cada pessoa de uma maneira diferente. Enxergamos o quanto os nossos quilombos são ricos e têm muitas histórias que não podem ser apagadas.

Lançamos pro mundo um livro que nos ouve, nos permite falar, nos assegura um lugar de fala. Ele também é um meio para demandar sermos atendidos: a nossa primeira demanda é que ele chegue até as salas de aulas, para que nossas crianças possam aprender o que não pudemos ver nos livros de história, para que elas possam compreender que nesse lugar existe um povo forte, firme, resiliente, ancestral e originário. Esse povo tem o costume de se encontrar e compartilhar histórias.

“OS NOSSOS MAIS VELHOS
SEMPRE CONTAVAM ISSO...”
“É O MEU POVO CONTANDO ...”
Um sonho que se realiza...
“É UM LIVRO NOSSO...”

Desejo de todos, fruto da luta de três grandes mulheres: Rosimara, Patrícia e Tânia. Foram elas que convocaram o Inhotim para esta missão. Somos um povo

matriarcal, de mulheres que se organizam pela preservação da nossa cultura, esse pedido veio DELAS, mulheres poderosas e importantes de nossos quilombos.

Essa movimentação deve ser o começo, que venham outras edições, outras compilações, para que muitas outras histórias possam ser compartilhadas. Não aceitaremos mais as violações de direitos, os abusos às nossas meninas, as usurpações dos direitos às nossas terras, lutaremos contra a escravidão, que ainda nos cerca – trabalhos desvalorizados, não formalizados, com baixa remuneração, ainda fazemos serviços que muitos não querem fazer. Não queremos nossos filhos em situações precarizadas.

Aproveitamos que estamos recebendo atenção às nossas falas: NOSSO NOME É RIBEIRÃO PONTE PEDRA! SOMOS MARINHOS! SAPÉ! SOMOS RODRIGUES! SOMOS QUILOMBO! É assim que os antigos chamavam e é assim que deve ser! Respeitamos os mais velhos e somos um povo antigo.

RESPEITA NÓIS!
RESPEITA NÓIS,
ESCUTA NÓIS
ENXERGA NÓIS.

NÓS SOMOS PRETOS
E NÃO INVISÍVEIS!

MAS O TESOURO FOI
DESCOBERTO!
O QUE TENTARAM
ENTERRAR É OURO,
NOSSO POVO É OURO!

“Cidade de preto
arraial de São José
viva o povo dessa terra
esse povo ouro é!”

Nosso povo OURO É! Parece
tão raro COLOCAR EM PRÁTICA
OS SENTIDOS DA AUDIÇÃO E DA
VISÃO... Só queremos dignidade.

Que venham outros
parceiros como o INHOTIM PARA
NOS DAR DIGNIDADE, REPARAR
E REFAZER HISTÓRIA!

Somos guardiãs e guardiões
da nossa memória.





Cultivar a história

Felipe Carnevalli,
Francisca Caporali,
Jana Janeiro,
Luiza Verdolin
e Paula Lobato

Todas as vezes em que o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos – que no ano de 2023 deixou este mundo para caminhar com seus ancestrais – se referia à noção afropindorâmica do tempo circular, ele afirmava que as coisas não devem ser lidas de forma linear. Não existe começo, meio e fim para os povos quilombolas, mas “começo, meio e começo”.

É a partir desse pensamento de Bispo que escolhemos compartilhar nossa jornada nesta experiência linda e profunda, que começa ao recebermos o chamado de três mulheres quilombolas para a construção de um livro que contasse suas histórias e garantisse a salvaguarda dos saberes e memórias das comunidades quilombolas de Brumadinho (MG), para que fossem transmitidos às novas gerações. Começamos este projeto, então, entendendo seu lugar em um processo maior, que abrange a história desses quilombos, sua ancestralidade, a afirmação de sua existência – e, ao mesmo tempo, enxergando o potencial deste livro de atuar na construção de novos começos.

Compreendendo a divisão, ainda colonial, entre aqueles que sempre controlaram as narrativas oficiais e aqueles que foram frequentemente retratados de forma marginal ou até mesmo apagados por essas narrativas,

partimos do princípio de que a história desses quilombos só deve existir através das múltiplas vozes de seus moradores e moradoras, e do que julgam importante compartilhar quando indagados sobre seus territórios. Assim, assumimos o compromisso de ser um canal de transposição entre a oralidade e a escrita, no qual as histórias, memórias, os saberes, crenças e costumes narrados pelos protagonistas dos quilombos de Marinhos, Rodrigues, Ribeirão e Sapé se tornassem sementes para que este livro pudesse germinar.

Cada página de *O que o nosso povo contou* é o registro da confluência entre muitas vozes e do trabalho de muitas mãos. Em uma construção coletiva com mobilizadoras e mobilizadores escolhidos como pontes entre as comunidades e a equipe editorial do livro, realizamos um primeiro encontro com as mestras e os mestres dos quatro territórios. Nesse momento, recebemos a bênção para adentrar seus quilombos e dialogar com os moradores interessados em participar do projeto. Com os caminhos abertos, iniciamos uma série de encontros individuais e coletivos em cada um dos quilombos, cuja dinâmica foi sendo conduzida pelas particularidades de cada lugar e pelos desejos de cada comunidade.

Em determinados encontros, organizamos *Oficinas de*

Memória, grandes rodas que mobilizavam uma parcela considerável das comunidades em torno de discussões, apresentações, elaborações de mapeamentos e inventários e, principalmente, de contações coletivas de histórias dos quilombos. Em um segundo momento, nos dividimos em pequenos grupos para a condução de entrevistas individuais nos ambientes domésticos dos autores e autoras.

A confiança para que pudéssemos adentrar a casa dessas pessoas acabou estimulando o estreitamento mútuo dos nossos laços afetivos: enquanto os entrevistados se sentiram cómodos e à vontade para conversar em seus espaços cotidianos, nós, visitantes, pudemos compreender mais de perto as materialidades que compõem suas lembranças.

Entendendo o caráter processual deste projeto, tivemos o cuidado de realizar registros em diferentes formatos, como vídeo, áudio e fotografia, prevendo vidas futuras para o material coletado. No caso desta publicação, dedicada a registrar as vozes dos mestres e mestras, em sua maior parte de idades avançadas, nos pareceu oportuno e urgente criar um arquivo documental dos quilombos, que acompanha a entrega do livro e passa a compor um acervo histórico e afetivo de cada uma das comunidades.

Em resposta ao desejo de registrar em palavras escritas as narrativas dos quilombos – comunidades que tradicionalmente transmitem seus conhecimentos de forma oral –, as conversas com os autores participantes do livro foram gravadas, transcritas e editadas por nós, procurando respeitar as expressões e os estilos linguísticos adotados pelos entrevistados. Algumas marcas de oralidade, especialmente as repetições, as idas e vindas em alguns assuntos e outros hábitos da fala que, transpostos para a escrita, podem dificultar a compreensão da história contada, foram cuidadosamente suprimidas, a fim de tornar a leitura mais fluida, sem que isso significasse uma descaracterização da voz de cada pessoa. Em outros casos, as autoras e os autores solicitaram que a escrita mantivesse uma forma de linguagem mais fiel à oralidade. Quando a primeira versão do conjunto de textos ficou pronta, eles foram devolvidos aos mediadores para que fossem avaliados, corrigidos e reeditados junto aos autores, garantindo que se sentissem representados pelos textos resultantes de nossas conversas.

Por fim, como o propósito principal do projeto era criar um legado para as futuras gerações das comunidades, nos parecia essencial envolver de alguma maneira as crianças dos territórios. Além de

serem o público principal ao qual o livro se destina – por ser distribuído principalmente em contexto escolar –, a grande distância de idade entre elas e os mais velhos revela maior dificuldade de as crianças guardarem os dizeres deles na memória. Daí a importância para os quilombolas, como também afirmava Antônio Bispo, de que os saberes dos mais velhos sempre cheguem às gerações netas. A partir dessas questões, convidamos Warley Desali e Rafael dos Santos Rocha, dois artistas experientes em processos educativos em diferentes territórios, para realizar oficinas de pintura e retrato com os mais novos. Como as propostas pedagógicas se transformavam a cada encontro, as crianças escolheram muitas outras coisas para retratar, além de si mesmas: das oficinas saíram autorretratos, registros de seus parentes, imagens de símbolos ligados aos territórios, como a igreja e a cruz, entre outros. Como desdobramento dessas oficinas, Desali produziu também pinturas dos autores e autoras, especialmente para a publicação.

Assim, a partir das vozes de mestras e mestres, de adultos e crianças, costuramos narrativas e arquivos para a consolidação de um conteúdo com uma perspectiva culturalmente significativa para as pessoas das comunidades de Ribeirão, Marinhos, Rodrigues

e Sapé e, não menos importante, para outras comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos brasileiras.

Ao chegarmos ao momento de impressão deste livro, nos deparamos novamente com a ideia do tempo circular de Bispo, já que, mais do que a finalização de um processo, acabamos fazendo parte de um encadeamento de narrativas vivas que continuarão a ser contadas, refeitas e semeadas – ainda a muitas mãos. Ao pensarmos nos mais novos, filhos e netos das autoras e dos autores deste registro escrito, podemos entendê-lo como uma bonita cápsula não só deste tempo, mas dos tempos passados e daqueles que estão por vir. Desejamos que *O que o nosso povo contou* seja o começo, o meio, mas nunca o fim das possibilidades e do desejo dessas pessoas de ecoarem seus preciosos “Saberes e Memórias” e cultivarem sua história para as gerações presentes e futuras.

Agradecemos a receptividade, as trocas e a confiança depositada em toda a equipe.









Instituto Inhotim

Bernardo Paz
Idealizador e fundador

Allan Schwartzman
Diretor-fundador

DIRETORIA

Paula Azevedo
Diretora-Presidente

Júlia Rebouças
Diretora Artística

Felipe Paz
Diretor de Relações
Institucionais

Luciana Zanini
Diretora
Administrativo-Financeira

Eduardo Mizuta
Diretor de Operações e
Infraestrutura

Gleyce Heitor
Diretora de Educação

CONSELHO DELIBERATIVO

Bernardo Paz
Presidente

Eugênio Mattar
Vice-Presidente

Alfredo Pinto
Andréa Cruz
Ayrson Heráclito
Betania Tanure
Daniela Villela

Eduardo Bartolomeo
/ **Maria Luiza Paiva**
(suplente)

Eduardo Wurzmann
Elena Landau
Eugênio Mattar
Fábio Barbosa
Francisco Müssnich

Genny Nissembaum
Guilherme Teixeira
Gustavo Ioschpe
Izabella Teixeira
Jandaraci Araújo
José Carlos Carvalho
Keyna Van de Beuque
Maguy Etlin
Maurício Campos
Ricardo Guimarães
Roberto Brant
Roberto Setúbal
Rubens Menin
Susana Steinbruch
Tiago Pessoa

CURADORIA DE ARTE

Douglas de Freitas
Curador Coordenador

Beatriz Lemos
Curadora Coordenadora

Marília Loureiro
Curadora

Fernanda Arruda
Curadora Adjunta

Deri Andrade
Curador Assistente

Lucas Menezes
Curador Assistente

Varusa
Assistente Curatorial

CURADORIA BOTÂNICA

Juliano Borin
Curador Botânico

Bárbara Sales
Assistente curatorial

CURADORIA DE MÚSICA

Leandro Oliveira
Curador de Música

PAISAGISMO

Pedro Nehring (1955–2023)
Um dos idealizadores do
projeto paisagístico do
Inhotim, tendo contribuído
com ele desde a sua criação
até o fim de sua vida.

Luiz Carlos Orsini
Responsável pelo projeto
paisagístico de 25 hectares
do Instituto Inhotim,
elaborado entre os anos
2000 e 2004.

GERÊNCIAS

Andrea Lombardi
Gerente de Patrocínios
e Relacionamento

Andreza Marinho
Gerente Financeira

Arthur Castro
Gerente de Áreas Verdes

O que o nosso povo contou

Saberes e memórias

Alita Mariah Amorim
Gerente de Projetos Artísticos

Bruna Oliveira
Gerente de Acervo Artístico

Cristiano Maciel
Gerente de Experiência do Visitante

Eduardo Silva
Gerente de Compras

João Paulo Andrade
Gerente de Educação

Pedro Morais
Gerente de Arquitetura e Infraestrutura

Lorena Vicini
Gerente de Comunicação

Raquel Murad
Gerente de Gestão de Pessoas

Taicê Mucelle
Gerente de Produto e Dados

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Gleyce Kelly Heitor
Diretora de Educação

João Paulo Andrade da Silva
Gerente de Educação

Luiza Verdolin
Coordenadora de Educação

Josenberg Mendes Rodrigues
Bibliotecário

Leonardo Alves da Silva
Letícia Peixoto Silva
Milton Eduardo Lira
Pedro Ton
Supervisores de Educação

Christiane Fernandes Avelino
Guilherme Dias da Silva Barreto
Educadores pesquisadores

Amanda Luize Pontes Homen
Daniela Coelho Brandão
Diulia Lopes de Assis Fialho
Fernanda Aparecida de Moraes
Filipe Cardoso Matos
Heloísa Helena
Rosa Vitalino
Júlio César Gotelip Duarte
Paula Libertad
Hermoza Gallegos
Rafael Sousa da Silva
Victória Caroline de Souza Brandão
Educadores

Saymon Ferreira Santos
Analista de projetos

Gabriel Rodrigues da Silva
Lucas Vieira Ribeiro
Assistentes administrativos

Luis Felipe Pires Aguiar
Vitória Barbosa Silva
Jovens aprendizes

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO
Felipe Carnevalli
Francisca Caporali
Gleyce Kelly Heitor
Jana Janeiro
João Paulo Andrade
Luiza Verdolin
Paula Lobato

MOBILIZADORES LOCAIS
Igor Santana Júnior
(Comunidade Quilombola de Sapé)
Olízia dos Santos Braga
(Comunidade Quilombola de Ribeirão)
Reinaldo Santana Silva – Rei Batuque
(Comunidade Quilombola de Marinheiros)
Sayonara Tatiana dos Santos Braga
(Comunidade Quilombola de Rodrigues)

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Luiza Verdolin
Vinicius Parreiras

CURADORIA PEDAGÓGICA
Jana Janeiro

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Saymon Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Felipe Carnevalli
Francisca Caporali
Paula Lobato

PESQUISA
Josemeire Alves Pereira

ENTREVISTAS E MEDIAÇÃO OFICINAS DE MEMÓRIA
Felipe Carnevalli
Francisca Caporali
Luiza Verdolin
Jana Janeiro
Josemeire Alves Pereira
Paula Lobato

REGISTRO ENTREVISTAS
Artuz Souza
Ruth Flores

REGISTRO FOTO E VÍDEO DAS OFICINAS DE MEMÓRIA
Artur Souza
Ruth Flores
Vitú de Souza

OFICINAS DE PINTURA
Warley Desali
Rafael dos Santos Rocha

TRANSCRIÇÃO
Pedro Teixeira

PREPARAÇÃO DE TEXTOS
Felipe Carnevalli
Francisca Caporali
Paula Lobato

FOTOGRAFIAS
Artur Souza: p. 15, 16, 17, 40, 106, 111, 123, 182, 184, 188, 193, 208, 209, 212, 223, 252, 255, 275
Ruth Flôres: p. 49, 51, 55, 56, 58, 59, 66, 71, 75, 85, 91, 96,

102, 110, 111, 116, 141, 151, 156, 163, 166, 207, 220, 238, 264, 265, 272, 273
Francisca e Victor Caporali: p. 30, 32, 33, 36, 50, 59, 62, 78, 84, 86, 98, 115, 144, 146, 162, 163, 171, 174, 178, 230, 247, 250
Vitú de Souza: p. 18, 31, 45, 80, 87, 125, 137, 141, 168, 196, 198, 201, 226, 264, 266, 267, 272, 273, 274
Giselle Dietze: p. 258, 259
Paula Lobato: p. 206, 214, 218, 236
Arquivo Seu Cambão: p. 99, 120, 125, 128, 130, 133, 233, 244
Arquivo Dona Lena: p. 226, 242

ILUSTRAÇÕES
Warley Desali

REVISÃO
Rachel Murta
– Trema Textos

PROJETO GRÁFICO
Paulo Mendonça

DIAGRAMAÇÃO
Felipe Carnevalli
Paula Lobato

COORDENAÇÃO ACERVO IMAGENS
Artur Souza

IMPRESSÃO
Formato

ISBN
978-85-61614-35-5

O que o nosso povo contou / Instituto Inhotim; organizadores Gleyce Kelly Heitor, João Paulo Andrade, Luiza Verdolin, et al.; ilustração de Warley Desali. – Brumadinho: Instituto Inhotim, 2024.

284 p. il. ; 17 × 23,7 cm. – (Saberes e Memórias)

ISBN 978-85-61614-35-5

1. Quilombo. 2. Saberes tradicionais. 3. Comunidades quilombolas. 4. Brumadinho (MG). I. Heitor, Gleyce Kelly. II. Andrade, João Paulo. III. Verdolin, Luiza. IV. Desali, Warley. V. Instituto Inhotim. VI. Série.

CDD: 981.00498

Ficha catalográfica elaborada por Josenberg Mendes CRB-6/2800

Mantenedora
Master

Realização



INHOTIM

MINISTÉRIO DA
CULTURA





ISBN 978-85-61614-35-3

